



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO SERTÃO PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA – PROFEPT  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**VIVIANNE RIBEIRO DUARTE**

**O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA EXPERIÊNCIA NA  
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E  
TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO**

Salgueiro - PE

2026

**VIVIANNE RIBEIRO DUARTE**

**O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA EXPERIÊNCIA NA  
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E  
TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Handherson Leylton Costa Damasceno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

D812 Duarte, Vivianne Ribeiro.

O papel da oralidade na formação integral : uma experiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no alto sertão paraibano / Vivianne Ribeiro Duarte. - Salgueiro, 2026.  
127 f. : il.

Produto Educacional (ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2026.

Orientação: Prof. Dr. Handherson Leylton Costa Damasceno.

1. Educação Profissional. 2. Currículo. 3. Educação Profissional e Tecnológica. 4. Ensino Médio Integrado. 5. Oralidade. I. Título.

CDD 370.113

**VIVIANNE RIBEIRO DUARTE**

**O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA EXPERIÊNCIA NA  
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E  
TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfePT), ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 10 de outubro de 2025.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Handherson Leylton Costa Damasceno  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano  
Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kélvy Freitas Abreu  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano  
Membro Suplente Interno

---

Prof. Dr. Samuel Alves Monteiro  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano  
Membro Externo

---

Prof. Dr. Hegildo Holanda Gonçalves  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Membro Externo

## AGRADECIMENTOS

Com imenso afeto, registro aqui meus mais sinceros agradecimentos a todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste sonho.

A Deus, Senhor da minha vida, por me conceber tamanha graça, por todas as bênçãos recebidas neste percurso, por tudo o que sou e me tornei pela força da Sua bondade e misericórdia, meu eterno agradecimento.

À minha amada família — meus pais, Marta Maria e José Getúlio — verdadeiros pilares da minha existência, cujo amor incondicional, força e exemplo de vida sempre foram meu alicerce. Agradeço, especialmente, pelo apoio essencial no cuidado com meus filhos, Maria Clara e José Miguel, que são minha luz e minha maior fonte de inspiração. Aos meus irmãos, Marcelo e Kilvia, sou grata pela presença constante e pela ajuda generosa ao longo desta caminhada.

Ao meu orientador, Dr. Handherson Leylton Costa Damasceno, expresso um agradecimento especial. Sua dedicação, paciência, escuta atenta e orientação generosa foram fundamentais em todas as etapas desta pesquisa. Obrigada pela confiança no meu trabalho e por sua sensibilidade intelectual.

Aos professores do ProfEPT, agradeço pelos ensinamentos, diálogos e vivências compartilhadas ao longo de todo este percurso, que ampliaram minha visão acadêmica e me fizeram crescer como pesquisadora.

À banca examinadora, por aceitar o convite, pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições que qualificaram este trabalho, meu sincero agradecimento.

Aos meus colegas do IF Sertão – Campus Salgueiro/PE, sou grata pela amizade, pelo carinho e pelos saberes compartilhados, em especial aos amigos Francimar, Denise, Lucélia, Kátia e Dezângela. A convivência com vocês tornou esta trajetória mais leve, humana e profundamente significativa.

Aos meus colegas de trabalho do IFPB – Campus Cajazeiras, minha gratidão pela compreensão nos momentos de sobrecarga, pelo apoio constante e pelas contribuições valiosas à minha pesquisa, em especial a Jacinta, Hegildo, Eva Maria, Arimateia, Alan, Cleina e Jaffna. Aos professores entrevistados, agradeço pela generosidade em compartilhar suas experiências e por contribuírem de forma tão significativa para esta pesquisa.

Aos estudantes do 1º ano do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) do IFPB – Campus Cajazeiras, agradeço imensamente pela disponibilidade, entusiasmo e sinceridade ao participarem da pesquisa.

A cada pessoa que, direta ou indiretamente, caminhou comigo nesta jornada, o meu mais profundo reconhecimento. Esta dissertação é também fruto de cada gesto de incentivo, de cada palavra de apoio e de cada mão estendida ao longo do caminho.

“A educação profissional deve estar comprometida com a superação das desigualdades sociais e com a emancipação dos sujeitos”.

Ramos (2005)

## RESUMO

O ensino médio constitui uma etapa decisiva na formação de jovens e adultos, marcada pela construção de conhecimentos e pelo desenvolvimento de competências essenciais à vida pessoal e profissional. No Ensino Médio Integrado (EMI), a oralidade apresenta-se como um desafio recorrente, especialmente em situações como apresentações de trabalhos, defesas, entrevistas de estágio e emprego, bem como na fala em público. Nesse contexto, esta pesquisa analisa de que forma a inserção da linguagem oral no currículo, particularmente no componente de língua portuguesa, pode contribuir para a formação integral dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Campus Cajazeiras. A investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com procedimentos bibliográficos, documentais e de campo. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com professores e estudantes do 1º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN). Como fundamentação teórica, o estudo dialoga com Bakhtin (2003, 2006), que discute a construção de sentidos e a interação entre diferentes vozes; Marcuschi (2010), que aborda as relações entre oralidade e letramento em uma perspectiva de continuum; Schneuwly e Dolz (2004), que propõem práticas pedagógicas voltadas para a produção oral e escrita; Magalhães et al. (2022), que analisam a presença da oralidade em materiais didáticos e currículos; e Bueno e Costa-Hübes (2015), que destacam a necessidade de práticas planejadas para o desenvolvimento das competências comunicativas. Também se apoia em autores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como Saviani (2003), Ciavatta (2014) e Mészáros (2008), que discutem a noção de politecnia na superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual e a importância da articulação teoria e prática. O trabalho apresenta um breve histórico da EPT no Brasil, discute a oralidade como prática complementar à escrita e evidencia sua relevância para a formação humana omnilateral, articulando-se aos processos pedagógicos da EPT. Os resultados evidenciaram uma lacuna no trabalho sistemático com a oralidade negligenciada no currículo de língua portuguesa, bem como insegurança, timidez e dificuldades dos estudantes em situações de fala pública, ao passo que os docentes reconhecem a predominância de práticas voltadas à escrita, o que reforça a pertinência de um Guia de Oralidade. Constatou-se que a inserção planejada de práticas orais contribui para o desenvolvimento da autonomia, da segurança comunicativa e do pensamento crítico, competências fundamentais à formação integral e à futura atuação profissional dos estudantes. Como produto educacional, foi elaborado o Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado, destinado a subsidiar professores de língua portuguesa e de outras áreas, com propostas didáticas que promovam práticas significativas de oralidade, de forma interdisciplinar, contextualizada e em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com a EPT. Este estudo integra o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), na Linha de Pesquisa 2 — Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT — e vincula-se ao Macroprojeto 5 — Organização do Currículo Integrado na EPT.

**Palavras-chave:** Currículo. Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Médio Integrado. Oralidade.

## ABSTRACT

High school represents a decisive stage in the education of young people and adults, characterized by the construction of knowledge and the development of essential skills for personal and professional life. In the context of Integrated High School, orality emerges as a recurring challenge, particularly in situations such as academic work and project presentations, internship and job interviews and also public speaking. Under this context, this study analyzes how the inclusion of oral language in the curriculum - particularly within the Portuguese language component - can contribute to the integral education of students at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras. The research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on bibliographic, documentary, and field research procedures. Data were collected through semi-structured interviews conducted with teachers and first-year students enrolled in the Technical Course in Information Technologies Integrated with High School. The theoretical framework relates to Bakhtin (2003, 2006), who discusses the construction of meaning and the interaction among different voices; Marcuschi (2010), who addresses the relationship between orality and literacy from a continuum perspective; Schneuwly and Dolz (2004), who propose pedagogical practices focused on oral and written production; Magalhães et al. (2022), who analyze the presence of orality in teaching materials and curricula; and Bueno and Costa-Hübes (2015), who highlight the need for planned pedagogical practices aimed at developing communicative skills. The study is also supported by authors in the field of Professional and Technological Education, such as Saviani (2003), Ciavatta (2014), and Mészáros (2008), who discuss the concept of polytechnic education as a way of overcoming the dichotomy between manual and intellectual labor and emphasize the importance of articulating theory and practice. The research portrays a brief historical overview of Professional and Technological Education in Brazil, discusses orality as a complementary practice to writing, and highlights its relevance for omnilateral human education in articulation with the pedagogical processes of this educational modality. The results revealed a gap in the systematic development of orality, which remains largely neglected in the Portuguese language curriculum, as well as students' insecurity, shyness, and difficulties in public speaking situations. At the same time, teachers acknowledge the predominance of pedagogical practices focused mainly on writing, reinforcing the relevance of developing an Orality Guide. The findings indicate that the planned integration of oral practices has contributed to the development of autonomy, communicative confidence, and critical thinking - skills that are essential for students' integral education and their future professional performance. As an educational product, a Didactic Guide for Orality Practices in Integrated High School was developed to support Portuguese language teachers and educators from other areas, offering pedagogical proposals that promote meaningful oral practices in an interdisciplinary and contextualized manner, aligned with the Brazilian National Common Curricular Base and with the principles of Professional and Technological Education. This study is part of the Professional and Technological Education Graduate Program in the National Network (ProfEPT), within Research Line 2 - Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education - and is linked to Macroproject 5 - Organization of the Integrated Curriculum in Professional and Technological Education.

**Keywords:** Curriculum. Professional and Technological Education. Integrated High School. Orality.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                 |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1:</b> IFPB na cidade de Cajazeiras.....                                                                                              | 43 |
| <b>Figura 2:</b> Produto Educacional – Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado no formato de cartilha digital..... | 56 |
| <b>Figura 3:</b> Apresentação e validação do Produto Educacional.....                                                                           | 63 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                      |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Gráfico 1:</b> Avaliação da clareza e organização do guia didático.....                                           | 57 |
| <b>Gráfico 2:</b> Avaliação da pertinência das propostas didáticas do guia.....                                      | 58 |
| <b>Gráfico 3:</b> Contribuição do guia didático para a prática docente. ....                                         | 58 |
| <b>Gráfico 4:</b> Avaliação do conteúdo abordado na oficina.....                                                     | 60 |
| <b>Gráfico 5:</b> Avaliação da contribuição da atividade prática para a compreensão dos conceitos apresentados. .... | 60 |
| <b>Gráfico 6:</b> Avaliação de participação na oficina. ....                                                         | 61 |
| <b>Gráfico 7:</b> Avaliação do tempo destinado à oficina.....                                                        | 61 |
| <b>Gráfico 8:</b> Recomendação da oficina a outros colegas. ....                                                     | 62 |
| <b>Gráfico 9:</b> Avaliação geral da oficina de oralidade. ....                                                      | 62 |

## **LISTA DE SIGLAS**

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CF - Constituição Federal

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNS - Conselho Nacional de Saúde

INTIN - Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

EAA - Escolas de Aprendizes Artífices

EMI – Ensino Médio Integrado

IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PD - Plano de Disciplina

PPC - Plano Pedagógico de Curso

ProfEPT - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNED - Unidade de Ensino Descentralizada

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                                   |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                                                                                                                                                                                               | 14 |
| <b>1.1 Objetivos</b>                                                                                                                                                                                              | 20 |
| 1.1.1 Objetivo geral                                                                                                                                                                                              | 20 |
| 1.1.2 Objetivos específicos                                                                                                                                                                                       | 21 |
| <b>1.2 Justificativa</b>                                                                                                                                                                                          | 21 |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>                                                                                                                                                                                      | 23 |
| <b>2.1 Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: um panorama histórico</b>                                                                                                                                   | 24 |
| <b>2.2 A linguagem que nos forma: oralidade, interação e construção de saberes</b>                                                                                                                                | 29 |
| <b>2.3 Oralidade e Educação Profissional e Tecnológica: desafios e possibilidades no ensino</b>                                                                                                                   | 35 |
| <b>3 PERCURSO METODOLÓGICO</b>                                                                                                                                                                                    | 41 |
| <b>3.1 Caracterização do tipo de pesquisa</b>                                                                                                                                                                     | 41 |
| <b>3.2 Local da pesquisa</b>                                                                                                                                                                                      | 42 |
| <b>3.3 Participantes da pesquisa</b>                                                                                                                                                                              | 44 |
| <b>3.4 Aspectos éticos</b>                                                                                                                                                                                        | 45 |
| 3.4.1 Aspectos éticos e pesquisa com seres humanos                                                                                                                                                                | 45 |
| <b>3.5 Instrumentos e etapas da pesquisa</b>                                                                                                                                                                      | 46 |
| <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>                                                                                                                                                                                  | 48 |
| <b>4.1 Percepções docentes sobre a oralidade: análise das entrevistas com professores do 1º INTIN</b>                                                                                                             | 48 |
| <b>4.2 Percepções discentes sobre a oralidade: análise das entrevistas com os estudantes do 1º INTIN</b>                                                                                                          | 51 |
| <b>5 PRODUTO EDUCACIONAL</b>                                                                                                                                                                                      | 55 |
| <b>5.1 Validação do produto educacional pelos professores</b>                                                                                                                                                     | 57 |
| <b>5.2 Validação do produto educacional pelos alunos</b>                                                                                                                                                          | 59 |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                                                                                                                                                     | 66 |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                                                                                                                | 68 |
| <b>APÊNDICES</b>                                                                                                                                                                                                  | 76 |
| <b>Apêndice A – Carta de anuência</b>                                                                                                                                                                             | 77 |
| <b>Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para pais ou responsáveis legais de adultos não alfabetizados ou juridicamente incapazes (Resolução nº 466/12 CNS; Resolução nº 510/16 CNS)</b> | 78 |
| <b>Apêndice C – Registro de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)</b>                                                                                                                                           | 82 |
| <b>Apêndice D -- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para maiores de 18 anos ou emancipados (Resolução nº 466/12 CNS; Resolução nº 510/16 CNS)</b>                                                  | 87 |
| <b>Apêndice E – Termo de compromisso e sigilo dos pesquisadores</b>                                                                                                                                               | 91 |
| <b>Apêndice F - Entrevista para alunos</b>                                                                                                                                                                        | 92 |
| <b>Apêndice G - Entrevista para professores</b>                                                                                                                                                                   | 95 |
| <b>Apêndice H - Questionário de avaliação docente do guia didático de práticas de oralidade</b>                                                                                                                   | 98 |

|                                                                                                                                                                       |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Apêndice I - Questionário de avaliação discente do produto educacional – Oficina 1 – Apresentações técnicas: expressando saberes com clareza e confiança .....</b> | <b>100</b> |
| <b>Apêndice J - Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado</b>                                                                              | <b>102</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                                                                                   | <b>121</b> |
| <b>Anexo A – Parecer Comitê de Ética em Pesquisa .....</b>                                                                                                            | <b>122</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A linguagem oral é uma das formas de comunicação humana, caracterizando-se pelo uso da fala como meio de interação social, expressão de pensamentos, sentimentos, saberes e cultura. Desde os primeiros anos de vida, o ser humano desenvolve a capacidade de se comunicar oralmente, processo que antecede a escrita e que está profundamente ligado à construção da subjetividade, à socialização e à formação identitária.

No contexto educacional, a oralidade ultrapassa o simples ato de falar: ela constitui-se como uma prática discursiva que envolve argumentação, construção de sentidos e participação ativa em diferentes situações comunicativas, como debates, entrevistas, seminários, discursos, nos mais variados gêneros orais. Já no campo profissional, a competência oral é um diferencial decisivo, pois permite ao indivíduo apresentar ideias com clareza, dialogar, negociar, liderar e atuar com segurança em ambientes colaborativos e diversos. Assim, desenvolver a oralidade de forma sistemática e crítica no contexto educacional é fundamental para a formação integral dos sujeitos, preparando-os para os desafios da vida acadêmica, social e do mundo do trabalho.

O interesse pelo estudo sobre oralidade emerge dos desafios vivenciados pela pesquisadora em sua trajetória acadêmica, especialmente durante o ingresso no ensino superior. As dificuldades enfrentadas em situações de exposição oral e nos variados contextos acadêmicos que demandam competências comunicativas foram determinantes para a escolha do tema desta pesquisa.

Mas, para além disso, a presente investigação dialoga com aspectos da trajetória pessoal, acadêmica e profissional, cuja vivência contribui para a compreensão mais sensível e aprofundada da temática. Nascida em Ipaumirim – CE, uma pequena cidade do interior do Ceará, é filha de pai agricultor e mãe servidora pública municipal. A mãe, grande incentivadora da educação dos filhos, desempenhou papel fundamental no estímulo à valorização do conhecimento como meio de alcançar objetivos e transformação social.

A pesquisadora ingressou no curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde, desde os primeiros períodos, deparou-se com situações desafiadoras relacionadas à oralidade, sobretudo o medo de falar em público. Sentia-se insegura diante de apresentações orais, enfrentando sintomas de ansiedade, voz trêmula e lapsos de memória durante suas falas. A recorrência dessas atividades no ambiente universitário, como: provas orais, defesas, apresentações, seminários e júris simulados, contrastava com a experiência vivenciada no ensino médio, em que as práticas de oralidade eram escassas e geralmente

restritas à leitura em voz alta. A ênfase, naquele período, era direcionada predominantemente à produção escrita, especialmente à preparação para a redação do vestibular.

No primeiro ano da graduação, a UFPB ofertou um curso de oratória jurídica, pelo qual a pesquisadora se interessou imediatamente. Motivada pelo desejo de superar o medo de falar em público, iniciou o curso com o objetivo de desenvolver habilidades de oratória. Com duração de três meses, o curso teve papel decisivo em seu desenvolvimento pessoal, educacional e profissional. As atividades práticas, os estudos dirigidos em grupo e as apresentações em auditório abordavam temas como o enfrentamento do medo, o planejamento discursivo, a postura corporal, os gestos e a entonação vocal, sempre conduzidas de forma clara e objetiva pelo docente responsável.

Atualmente, no exercício da função de coordenadora de estágio e relações empresariais do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras, a pesquisadora observa que os mesmos desafios enfrentados por ela no ensino superior se repetem entre os estudantes que acompanham os estágios supervisionados, tanto obrigatórios quanto não obrigatórios. Tais estágios, previstos como parte integrante do plano pedagógico dos cursos, compõem o itinerário formativo do educando (Brasil, 2008).

Durante os processos seletivos para vagas de estágio remunerado, as empresas concedentes realizam entrevistas presenciais, além da análise de currículos. Nessas situações, é comum observar estudantes apreensivos, inseguros e ansiosos diante da necessidade de se expressar oralmente. Em alguns casos, há até desistência da oportunidade por medo de falar em público. Essa constatação reforça a relevância de se repensar a inserção da oralidade no planejamento curricular da educação básica, sobretudo no Ensino Médio Integrado (EMI), de modo a garantir uma formação que contemple, de forma efetiva, as competências comunicativas exigidas na vida acadêmica, profissional e social.

O Ensino Médio Integrado, ao unir conhecimentos gerais com formação técnica e profissional, busca uma organização curricular mais flexível, baseada na pesquisa, no diálogo, na preparação do aluno para o exercício das profissões, contribuindo para sua inserção no mundo do trabalho e na vida em sociedade (Brasil, 1996).

Um dos grandes desafios do ensino médio na atualidade, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é garantir a permanência e a aprendizagem dos estudantes, satisfazendo suas aspirações presentes e futuras. Esses jovens e adultos diferenciam-se por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais, é nesse entendimento que o ensino médio deve trabalhar, recriando-se para atender as diferentes demandas, embora não possa por si só resolver as desigualdades sociais, mas pode ampliar as condições de inclusão social, ao

proporcionar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho (Brasil, 2018). Ao prover uma educação de qualidade, o ensino médio desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades e na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

Segundo Magalhães e Callian (2021), é essencial que a instituição de ensino ressignifique o lugar da oralidade no currículo, superando práticas que ainda a tratam de forma secundária. Promover a linguagem oral em sala de aula é um passo importante para desenvolver a autonomia comunicativa dos alunos. Falar em público, argumentar e se expressar com clareza são competências que favorecem o protagonismo estudantil e o exercício crítico da cidadania, elementos indispensáveis na formação de sujeitos em uma sociedade democrática.

Conforme Kuenzer (2016), a educação deve formar os cidadãos a serem críticos, autônomos, capazes de expor suas ideias e não apenas receptor de conteúdos, nem tampouco sujeitos oriundos de uma educação bancária, apontada por Freire (1996), que recebe o conteúdo de forma automática sem refletir sobre ele, viabiliza-se uma educação que seja de fato emancipatória e libertadora.

O desenvolvimento de práticas orais, como instrumento didático em sala de aula, é imprescindível para que o aluno adquira autonomia para apresentar seus trabalhos, participar de entrevistas de estágio, emprego, e seja capaz de vencer o medo tão comum entre os jovens, o medo de falar em público (Duarte, 2023).

A compreensão de que os estudantes precisam se desenvolver de forma plena para atuação cidadã, via modalidade falada, é amplamente defendida por muitos pesquisadores contemporâneos a partir de pesquisas com diferentes objetos como formação docente, currículo, materiais didáticos e práticas escolares. Marcuschi (2010), ao conceber oralidade e letramento em uma relação de continuum, fundamenta teoricamente esta pesquisa ao sustentar a oralidade como prática social indissociável das demais práticas de linguagem. Bueno e Costa-Hübes (2015) orientam a análise das práticas pedagógicas ao evidenciarem a necessidade de um ensino planejado da oralidade para o desenvolvimento das competências comunicativas. Magalhães e Callian (2021) contribuem para a reflexão crítica sobre a presença da oralidade nos currículos e materiais didáticos, aspecto central na investigação do PPC e dos recursos utilizados no curso analisado. Costa-Maciel e Bilro (2018), bem como Schneuwly e Dolz (2004), fundamentam a abordagem da oralidade por meio dos gêneros textuais e de sequências didáticas, enquanto Carvalho e Ferrarezi Jr. (2018) reforçam a dimensão crítica da oralidade, articulando linguagem, cidadania e protagonismo discente, eixo que sustenta o caráter formativo e social deste estudo.

Diante dessas contribuições teóricas, este estudo demonstra que atividades recorrentes de oralidade, articuladas de forma consistente com a escrita, devem ser concebidas como um continuum, e não tratadas de maneira dicotômica ou polarizada, conforme propõe Marcuschi (2010). Essa perspectiva pressupõe uma relação indissociável e complementar entre as práticas sociais interativas, sobretudo no trabalho com os gêneros textuais que têm como base a realidade sonora. Tal abordagem busca oferecer aos estudantes uma formação cidadã sólida, garantindo o acesso a ambientes de ensino e aprendizagem que favoreçam a autonomia, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) deve atuar contra o mito da supremacia da escrita, reformulando seus currículos e práticas educativas de forma a equilibrar as atividades de oralidade e escrita, com objetivo de aprimorar as capacidades de linguagens dos estudantes (Magalhães; Callian, 2021). Nessa perspectiva, a oralidade e a escrita passam a ser concebidas como dimensões complementares do uso da língua, e não como práticas dissociadas, como ainda frequentemente se observa no contexto escolar. Magalhães e Carvalho (2018, p. 4) corroboram essa compreensão ao afirmarem que: "referimo-nos ao imbricamento entre oralidade e escrita, de modo que o letramento escolar deve envolver práticas reais de uso da língua, por meio dos gêneros orais e escritos".

Essa postura contraria a ideia de que falar e escrever é dom inato e evidencia que as capacidades de linguagens são desenvolvidas no espaço educativo por meio de atividades sistemáticas de estudo e interação pela linguagem em diferentes práticas (Schneuwly; Dolz, 2004). À medida que os estudantes são estimulados e envolvidos em práticas de oralidade, desenvolvem maior autonomia e ampliam sua capacidade de expressão oral.

A presente pesquisa, voltada para o contexto do Ensino Técnico Integrado ao ensino médio, busca contribuir para a superação de lacunas ainda existentes na seleção e organização dos objetos de aprendizagem, especialmente no que diz respeito ao tratamento da oralidade no currículo escolar. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, configurando-se como um estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes do 1º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) e com os professores da respectiva turma.

A análise do Plano Pedagógico de Curso (PPC) Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFPB – Campus Cajazeiras evidencia um distanciamento entre as competências gerais previstas pela BNCC e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e a efetiva contemplação da oralidade no currículo. Embora o documento mencione a importância da

formação integral, da autonomia do estudante e da adoção de metodologias ativas, não há referência explícita à oralidade como prática pedagógica (IFPB, 2022).

No componente de língua portuguesa, a oralidade aparece de forma implícita, vinculada ao eixo linguagens, mas não é traduzida em propostas metodológicas ou em atividades avaliativas que a consolidam como parte essencial da formação dos estudantes. A ementa vigente apresenta de forma limitada a linguagem oral, mencionando apenas os gêneros escritos como: “relatório, carta, crônica, resumo, resenha e fichamento” (IFPB, 2022, p. 80), sem contemplar gêneros próprios da modalidade oral. Além disso, observa-se que outros componentes curriculares, inclusive os técnicos, poderiam se beneficiar de práticas de oralidade, considerando que a atuação profissional em tecnologia da informação exige apresentações, defesa de projetos, trabalho em equipe e comunicação efetiva.

Dessa forma, constata-se uma lacuna entre o que o currículo propõe em termos de formação integral e o espaço dado à oralidade como dimensão fundamental do desenvolvimento dos estudantes. É nesse ponto que esta pesquisa se insere, ao buscar analisar de quais maneiras a inserção da oralidade no currículo, em especial no componente de língua portuguesa, pode contribuir para a formação integral dos estudantes do ensino médio do IFPB – Campus Cajazeiras.

Magalhães e Callian (2021, p. 4) enfatizam que "quando tratamos da defesa de um ensino de oralidade, vinculamo-nos a uma concepção interacionista e social, em que os gêneros orais são elementos que guiam a ação pedagógica, incorporando significações e representações sociais". Nessa perspectiva, tais elementos precisam estar explicitamente previstos no currículo, de modo que possam ser efetivamente contemplados e priorizados nas práticas pedagógicas.

Entretanto, o que se observa na produção acadêmica, é uma predominância de estudos voltados à linguagem escrita em detrimento da linguagem oral, revelando um número significativamente menor de pesquisas, práticas pedagógicas e abordagens didáticas que se concentram na oralidade (Magalhães; Carvalho, 2018). Esse desequilíbrio evidencia uma lacuna teórica e metodológica que persiste no cenário educacional contemporâneo.

Uma análise realizada no período de 2018 até a presente data de 2025, por meio do Observatório do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que reúne todos os produtos educacionais defendidos no âmbito do programa, confirma essa tendência. Ao investigar os descritores "linguagem oral", "oralidade" e "gêneros orais", constatou-se uma escassez de dissertações que abordam diretamente essas temáticas nas Instituições Associadas (IAs), desde o início das defesas, em 2018, até o presente ano de 2025 (ProfEPT, 2025).

O banco de dados do observatório registra um total de 2.347 dissertações defendidas no período, distribuídas da seguinte forma: 2 em 2018, 301 em 2019, 424 em 2020, 395 em 2021, 268 em 2022, 381 em 2023, 357 em 2024 e 219 em 2025. Dentre esse total expressivo, apenas três dissertações abordam de forma específica a temática da oralidade (ProfEPT, 2025).

As três dissertações defendidas no ProfEPT entre 2019 e 2021 com foco na temática da oralidade são: Santos (2019), Romanha (2019) e Cabral (2021), que evidenciam um movimento ainda tímido, porém significativo, de valorização da linguagem oral na formação técnica de nível médio para EPT.

Embora partam de contextos distintos e adotem metodologias variadas, os trabalhos convergem ao reconhecer a urgência de superar o ensino tradicional que negligencia o desenvolvimento da oralidade como competência fundamental para o mundo do trabalho. Enquanto Santos (2019) propõe uma oficina de oratória voltada para a preparação de jovens em entrevistas e apresentações, Romanha (2019) investe na criação de um vídeo interativo com técnicas para falar em público, e Cabral (2021) elabora uma sequência didática centrada na canção popular como estratégia para fomentar a expressão oral e escrita dos estudantes.

Ambos os trabalhos, dialogam diretamente com as propostas aqui discutidas, além de apresentarem o negligenciamento da linguagem oral no ensino, apontam a oralidade como uma competência determinante para o enfrentamento do aluno no mundo do trabalho. Dessa forma, este trabalho pretende fortalecer e articular a relação entre teoria e prática, crítica curricular e intervenção docente, apontando caminhos para uma prática educativa mais dialógica, emancipadora e condizente com as exigências da EPT.

Os dados aqui apresentados revelam uma atenção ainda limitada à linguagem oral, mesmo sendo ela reconhecida, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como um dos pilares fundamentais dos eixos estruturantes do ensino (Brasil, 2018). Tal cenário reforça a constatação de Magalhães e Carvalho (2018), ao apontarem a desproporcionalidade entre os estudos voltados à escrita e aqueles dedicados à oralidade. Essa disparidade pode refletir a ausência efetiva nos currículos escolares, materiais didáticos e práticas pedagógicas no que tange ao seu desenvolvimento.

A formação do educando deve priorizar o desenvolvimento de competências que o habilitem a ser protagonista de sua própria expressão. Nesse processo, torna-se essencial formar sujeitos autônomos, críticos e capazes de se comunicar oralmente em diferentes contextos. A BNCC ressalta que os currículos escolares devem garantir o desenvolvimento de aprendizagens e habilidades, evidenciando a necessidade de uma abordagem inclusiva e abrangente, que

incorpore a oralidade como dimensão central e indissociável do processo educativo (Brasil, 2018).

Diante do exposto, busca-se responder à seguinte pergunta: “de quais maneiras a inserção da oralidade no currículo, em especial no componente de língua portuguesa, pode contribuir para a formação integral dos estudantes do ensino médio do IFPB – Campus Cajazeiras”?

Para aplicação dessa proposta, foi desenvolvido um Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado, que por meio de oficinas de oralidade busca subsidiar os professores de língua portuguesa e também de outras áreas com propostas didáticas que promovam práticas significativas de oralidade, de forma interdisciplinar, contextualizada e alinhada às demandas da BNCC e da EPT. Os resultados da pesquisa evidenciaram que os estudantes apresentam insegurança, timidez e dificuldades em situações de fala pública, ao passo que os docentes reconhecem a relevância da oralidade, mas apontam a predominância de práticas voltadas à escrita, o que reforça a pertinência do guia como instrumento de apoio à sistematização do trabalho com a linguagem oral no currículo.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: na Introdução, apresentam-se o tema da pesquisa, a problematização, os objetivos e a justificativa do estudo. O Capítulo 2 traça um breve histórico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e discute a linguagem oral, percepções, sua importância no processo de ensino e aprendizagem como instrumento didático complementar à escrita, bem como sua relação com a EPT. O Capítulo 3 descreve o percurso metodológico adotado. O Capítulo 4 contempla os resultados e discussões das entrevistas realizadas com professores e alunos. No Capítulo 5, como desdobramento da pesquisa, foi elaborado o Produto Educacional no formato de Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado e sua validação pelos professores e alunos. O Capítulo 6 traz as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas ao longo do trabalho.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo geral**

Analisar de quais maneiras a inserção da oralidade no currículo, em especial no componente de língua portuguesa, pode contribuir para a formação integral dos estudantes do ensino médio do IFPB – Campus Cajazeiras.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- ✓ Identificar os principais desafios relacionados à linguagem oral enfrentados pelos estudantes do IFPB, Campus Cajazeiras;
- ✓ Compreender o papel da linguagem oral no processo formativo dos estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI), especialmente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica;
- ✓ Elaborar um Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado, voltado à promoção da competência comunicacional dos estudantes.

## 1.2 Justificativa

Realizar uma pesquisa de mestrado sobre de quais maneiras a inserção da oralidade no currículo, em especial, no componente de língua portuguesa pode contribuir para a formação integral dos estudantes do ensino médio do IFPB – Campus Cajazeiras é uma oportunidade única e relevante por diversos motivos. Primeiramente, como técnica administrativa e coordenadora de estágio e relações empresariais no IFPB, Campus Cajazeiras, tenho contato direto e diário com os alunos e professores envolvidos nesse contexto educacional. Essa proximidade me proporciona uma visão privilegiada das dinâmicas, desafios e necessidades específicas relacionadas ao ensino da oralidade.

Além disso, a escolha deste tema justifica-se pela necessidade de o Ensino Médio Integrado (EMI) assegurar aprendizagens que atendam às aspirações presentes e futuras dos educandos, tanto nos espaços educativos quanto no mundo trabalho. É fundamental preparar esses estudantes para atuação ativa na sociedade, em diferentes contextos que demandam o domínio da linguagem oral eficaz, clara e persuasiva, essencial para a boa comunicação, argumentação e construção das relações interpessoais e profissionais.

Segundo Ramos (2008), é no ensino médio que a relação entre ciência e práticas produtivas se evidencia, em que ocorre a necessidade de inserção no mundo do trabalho. Disso decorre o compromisso com uma formação mediada pelo conhecimento e com a construção de uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa.

De acordo com a BNCC, os alunos devem ser preparados para a produção e recepção de discursos, ampliando suas capacidades de fruição, construção de conhecimentos, compreensão crítica, intervenção na realidade e participação social (Brasil, 2018). Compreender as concepções subjacentes ao ensino de oralidade na proposta curricular do

ensino médio é essencial para promover práticas pedagógicas eficazes e inclusivas, que atendam às demandas e expectativas dos alunos e contribuam para a formação integral deles.

A escolha pelo Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) foi motivada pela observação de que os estudantes dessa área, frequentemente mais focados no conteúdo técnico, tendem a se apresentar mais retraídos e tímidos, com menor ênfase nas interações sociais. Os cursos de ciências exatas geralmente priorizam os aspectos técnicos da formação, negligenciando o estudo e o desenvolvimento das habilidades comunicativas (Cardoso; Guerra; Sousa, 2020).

A realização desta pesquisa não só contribui para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também para a melhoria contínua das práticas educacionais do IFPB, Campus Cajazeiras. Os resultados desta dissertação podem fornecer contribuições para aprimorar o currículo, desenvolver estratégias pedagógicas mais eficazes e promover uma educação de qualidade que prepare os estudantes para os desafios do mundo contemporâneo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) oferece o Ensino Médio Integrado (EMI), modalidade que combina o currículo do ensino médio à formação técnica profissionalizante em uma mesma matriz curricular. Esse modelo proporciona aos alunos a oportunidade de adquirir tanto conhecimentos acadêmicos quanto habilidades técnicas específicas, preparando-os tanto para a inserção qualificada no mundo do trabalho quanto para a continuidade dos estudos em nível superior.

Um dos cursos oferecidos nesta modalidade pelo IFPB é o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN). Este curso visa formar profissionais aptos a atuar no desenvolvimento, manutenção e suporte de sistemas de informação, bem como na gestão e administração de recursos de tecnologia da informação. Considerando a crescente demanda por profissionais qualificados nessa área, o INTIN oferece uma formação sólida e abrangente, aliando teoria e prática para preparar os alunos para os desafios do mundo do trabalho (IFPB, 2024).

Nesse contexto de formação técnica e profissionalizante, a linguagem oral emerge como uma competência essencial para os estudantes, desempenhando um papel central no desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional (Marcuschi, 2010). A comunicação eficaz é indispensável em diferentes contextos, desde a interação com colegas, professores e clientes até a apresentação de projetos e ideias. Dominar a oralidade não apenas desenvolve a capacidade de se expressar com clareza e assertividade, mas também fortalece habilidades como o trabalho em equipe e a argumentação. Além disso, essa competência contribui significativamente para o destaque dos alunos em entrevistas de estágio e emprego, apresentações acadêmicas e reuniões, ampliando suas possibilidades de sucesso e inserção no mundo do trabalho.

O referencial teórico desta pesquisa tem como propósito contextualizar e fundamentar a discussão sobre a oralidade no Ensino Médio Integrado, em diálogo com a EPT. Na seção 2.1, apresenta-se um panorama da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, considerando seus aspectos históricos, legais e pedagógicos. Em seguida, a seção 2.2 discute a oralidade como prática social e pedagógica, evidenciando sua relevância no processo de ensino e aprendizagem e seu papel na formação integral dos sujeitos. Por fim, a seção 2.3 aborda a relação entre oralidade e EPT, destacando sua importância para a formação omnilateral<sup>1</sup> e para o mundo do

---

<sup>1</sup> Ciavatta (2014) compreende a formação omnilateral como aquela que busca desenvolver o ser humano em sua integralidade, abrangendo as dimensões física, mental, cultural, política e científico-tecnológica.

trabalho, uma vez que implica preparar indivíduos que, além das competências técnicas, sejam capazes de analisar, argumentar, questionar e atuar criticamente nos desafios da sociedade contemporânea.

## **2.1 Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: um panorama histórico**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação, agregando a formação geral e técnica, preparando os alunos para exercerem suas profissões, inserindo-os nas dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

A EPT originou-se no Brasil a partir do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, com a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) para o ensino profissional primário e gratuito. Seu propósito era habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, objetivando hábitos de trabalho profícuo, afastando-os da ociosidade ignorante, do vício e do crime (Brasil, 1909).

Desde sua origem, a EPT teve um longo percurso. Mais tarde, no governo Getúlio Vargas, foi promulgada a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que transformou as EAA mantidas pela União em Lyceus industriais e instituiu novos Lyceus “para propagação do ensino profissional, dos vários ramos e graus, por todo o território do Paiz [sic]” (Brasil, 1937).

Nesse mesmo ano, foi outorgado, pelo presidente Getúlio Vargas, a Constituição Federal (CF), que se caracterizou basicamente por ser uma república autoritária e centralizadora, atendendo aos interesses de grupos políticos. A educação técnica profissional foi colocada expressamente na Carta Magna de 1937 em um patamar inferior à formação humanística ofertada à elite, um marco regulatório que reforçou a dicotomia econômica entre o ensino formal para os mais abastados e o ensino técnico para os desprovidos da sorte (Silva; Azevedo; Peterossi, 2022). Assim delimitou a CF de 1937, art. 129: “o ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas” (Brasil, 1937). Tal artigo institucionalizou uma lógica que separava a formação intelectual (voltada às elites) da formação tecnicista (destinada às camadas populares), reforçando desigualdades sociais por meio de uma educação segmentada.

Em 1942, o Decreto-Lei nº 4.127/42 definiu as diretrizes para a estruturação da rede federal de instituições de ensino industrial, composta por escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem. Esse decreto eliminou os Lyceus industriais, convertendo-os em

escolas industriais e técnicas, que passaram a fornecer formação profissional em ambos os ciclos do ensino industrial (Brasil, 1942).

Outro marco importante foi a promulgação da CF de 1946, conhecida como a primeira experiência democrática do país. A concepção de educação passou a ser um direito universal, disseminado tanto no ambiente familiar quanto nas instituições de ensino, embasado nos princípios da liberdade e da solidariedade humana (Vilanova; Spíndola; Marinho, 2020).

A Constituição Federal de 1946, ao passo que defendia a educação para todos, terceirizava a educação do proletariado e de seus filhos aos anseios do mercado de trabalho, colocando nas mãos das grandes empresas o poder de interferência na formação dos empregados e de seus filhos. “As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes” (Brasil, 1946, art. 168, inciso III).

Dessa forma, disseminava-se ainda mais a distinção educacional entre ricos e pobres, que eram tratados como massa de manobra nas mãos dos detentores de bens e poder, dualidade essa que perdura hoje (Moura, 2007). Essa concepção, infelizmente, ainda reverbera nos dias atuais, apesar dos avanços legais e políticos nas últimas décadas. A dualidade entre uma formação propedêutica, voltada à preparação para o ensino superior, e outra profissionalizante, focada na inserção imediata no mercado de trabalho, continua presente, especialmente no Ensino Médio.

Em 20 de dezembro de 1961, foi oficializada a Lei nº 4.024/61, pelo então presidente João Goulart, marcando a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que esteve em vigor até 1971, quando foi substituída por outra versão, durante o regime militar (Brasil, 1961). Essa LDB passou a dar mais autonomia aos órgãos estaduais, diminuindo a centralização do poder no Ministério da Educação e Cultura (MEC). Regulamentou a existência dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Federal de Educação; o ensino religioso tornou-se facultativo e houve a obrigatoriedade de matrícula nos quatro anos do ensino primário (Chaves, 2021).

Durante o período da ditadura militar, foi promulgado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici a segunda versão da LDB nº 5.692/71, que abordava a reforma e a profissionalização do ensino médio, atribuindo ao ensino do segundo grau um caráter de profissionalização compulsória (Brasil, 1971).

Nessa época, havia uma carência de mão de obra qualificada, especialmente para impulsionar o desenvolvimento industrial; a escola era percebida como a instituição destinada a atender às necessidades do setor produtivo. Com efeito, a LDB de 1971 tinha por objetivo

conter a crescente demanda por ensino superior e promover a profissionalização de forma obrigatória (Cechin; Pilatt, 2023).

No contexto da ditadura, foi publicada a Lei nº 6.545/1978, que transformou as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), ampliando suas atribuições e consolidando sua importância no cenário educacional do país (Brasil, 1978).

Essa mesma Lei, em seu artigo 2º, destaca que a educação tecnológica tem por finalidade oferecer cursos de graduação e pós-graduação, nas modalidades *latu sensu* e *stricto sensu*, de licenciatura, assim como cursos técnicos de segundo grau e programas de educação continuada. Também conduzir pesquisas aplicadas, com foco principal na indústria e na área de tecnologia, estimulando atividades criativas e estendendo seus benefícios à comunidade por meio de cursos e serviços (Brasil, 1978).

Com isso, a rede alcançava o nível superior. De acordo com Frigotto et al. (2005, p. 17), “esses fatos demonstram que o ensino superior nos CEFETs é uma construção histórica e social”. A dualidade presente no ensino médio chega ao ensino superior, sem jamais deixar de reconhecer que esses cursos cumpriram e cumprem uma função social na formação de seus profissionais. Resta saber: que funções sociais são essas? E a que projeto de sociedade atendem?

Na reflexão dos autores, mesmo nos Institutos Federais, que propõem uma formação integral e politécnica, é possível observar tensões entre os ideais de uma educação emancipadora e as pressões do mercado por uma qualificação instrumental. Observa-se que o modo como as políticas educacionais, ainda reproduzem desigualdades sociais resulta na oferta de uma formação técnica mais precária, enquanto a formação geral e crítica segue mais acessível às elites.

Nesse cenário de tensões e reconfigurações da educação profissional no Brasil, os CEFETs passaram a oferecer uma formação mais ampla e especializada, abrangendo não apenas o ensino médio técnico, mas também cursos de nível superior nas áreas tecnológicas. Essa transformação representou o reconhecimento da necessidade de fortalecer o ensino técnico e tecnológico no Brasil, preparando os estudantes para atuarem em áreas específicas e demandadas pelo mercado de trabalho

Com o fim do regime autoritário em 1985, a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 marcou o início de uma nova era na educação brasileira. Conhecida como a Constituição Cidadã, devido aos seus avanços nos direitos sociais, esta Constituição estabeleceu bases sólidas para o desenvolvimento da EPT no Brasil, reconhecendo-a como um direito

fundamental. A CF valorizou o trabalho e a formação técnica, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral do educando.

Assim reza o art. 205 da CF/88:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Em seu art. 22, parágrafo XXIV, apresenta: “competete privativamente à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional” (Brasil, 1988). Essa competência exclusiva da União visa garantir a uniformidade e a harmonização do sistema educacional brasileiro, assegurando seus princípios básicos. No entanto, é importante destacar que os estados e municípios também têm competências próprias na área da educação, complementando as diretrizes estabelecidas pela União e atuando na gestão e execução de políticas educacionais no âmbito local (Brasil, 1988).

Em 1992, o Brasil passou pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, e seu vice-presidente Itamar Franco assumiu o governo até 1995. Em sua gestão, outros CEFETs foram criados pela Lei n. 8.948/1994, vinculados à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) (Cechin; Pilatt, 2023).

A promulgação da nova LDB, em 1996, representou um marco significativo para a EPT. Em seu artigo 39, o documento estabelece:

A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (Brasil, 1996, art. 39).

Com isso, a LDB passou a reconhecer a EPT como uma modalidade de ensino equivalente ao ensino regular, promovendo sua articulação com os diversos níveis educacionais e reforçando a importância da integração entre formação geral e formação técnica.

No ano de 1997, outro marco mudou completamente os rumos da EPT. No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), o Decreto-Lei nº 2.208/97, juntamente com outros dispositivos legais, como a Portaria nº 646/97, proibiu a integração do ensino médio e técnico, regulamentando a modalidade fragmentada e simplificada de educação profissional, em resposta às demandas do mercado de trabalho (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Essa medida representou um verdadeiro retrocesso, já que a cisão entre o ensino técnico e o ensino médio legalizava a histórica dualidade. Esse fato perdurou até a sua revogação pelo

Decreto nº 5.154/2004, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2004; Lima; Souza; Oliveira, 2019). O Ensino Médio Integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição vital para uma educação humana integral, promovendo uma travessia para uma nova realidade (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Diante desse contexto, surgiram os Institutos Federais (IFs), criados pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 29 de dezembro de 2008, estabelecido pela Lei nº 11.892/2008. Os IFs são a concretização dessa nova abordagem da EPT, com grande abrangência em todo o território nacional. Fundamentam-se no valor do trabalho como princípio educativo, em um processo de construção social que, simultaneamente, qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas e ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, inserido nas relações sócio-históricas e culturais de poder (Escott, 2020).

Assim, os IFs têm por finalidade, segundo a Lei nº 11.892/2008, ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, por meio da oferta de cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes. Além disso, visa fomentar o desenvolvimento local e regional, transferir tecnologia e inovação à sociedade, por meio de um processo educativo de integração e verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior (Brasil, 2008).

Ao passar a atuar nas áreas de pesquisa e extensão e fazer a verticalização do ensino, os IFs deixam de ser apenas escolas de formação profissionalizante e passam a desempenhar um papel muito próximo ao das universidades (Nunes et al., 2021).

Em 2015, a rede federal ainda se encontrava em expansão, quando o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff freou esse movimento, resultando em uma nova reestruturação nas políticas educacionais em todo o país (Sales; Pereira, 2023). Com o impeachment de Dilma, seu vice-presidente Michel Temer assumiu entre os anos de 2016 a 2018. Seu governo foi marcado por uma sequência de medidas controversas, como a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que limitou os gastos em saúde e educação por 20 anos, os debates sobre a "escola sem partido", a reforma trabalhista e, em seguida, o "novo ensino médio", com a promulgação da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017).

Em síntese, "o novo ensino médio" estabeleceu a fragmentação curricular e o aprofundamento da dualidade educacional, com base em uma separação entre a formação geral básica e os chamados itinerários formativos. Na prática, isso resultou em currículos desiguais, com conteúdos essenciais sendo tratados de forma superficial ou até suprimidos, especialmente nas escolas públicas. Essa abordagem, sustentada pela noção de competências, impôs

orientações curriculares que refletem o anticientificismo da reforma e a desvalorização do trabalho e da formação profissional docente (Pelissari, 2023).

Em 2018, em um contexto midiático-moralista-empresarial, foi eleito para Presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro. Seu governo foi marcado pelo discurso de ódio, com o uso de armas para resolver problemas sociais em nome da paz da nação, da família tradicional brasileira e dos cultos nas igrejas evangélicas; caracterizado pela misoginia, racismo, preconceito e meritocracia; em suma, cenário marcado por discursos de caráter autoritário e polarizações ideológicas intensas (Andrade, 2023).

Em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva emergiu como vitorioso no segundo turno das eleições governamentais, superando o candidato que detinha o posto de capitão. É em um contexto de ódio, violência e nacionalismo inflamado que Lula assumiu a presidência do país.

Nesse cenário de reconstrução das políticas públicas e de retomada do investimento estatal na área educacional, o governo federal anunciou, em 12 de março de 2024, a criação de 102 novos IFs. Este programa celebra uma das políticas educacionais mais bem-sucedidas no âmbito da educação profissional, possibilitando que a educação pública de qualidade alcance até mesmo as regiões mais remotas, distantes dos grandes centros urbanos e das capitais estaduais (Brasil, 2024).

Os IFs se tornaram uma das redes educacionais mais abrangentes na oferta de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação. Atualmente, são 686 unidades e mais de 1,9 milhão de matrículas, sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, a 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II (Brasil, 2024).

Essa linha do tempo revela a trajetória histórica da EPT no Brasil, marcada por lutas, avanços e reconfigurações institucionais que culminaram na consolidação dos Institutos Federais como espaços estratégicos para a formação integral dos sujeitos. É nesse cenário de expansão e fortalecimento da EPT que se insere o debate sobre o currículo integrado, o qual demanda não apenas a articulação entre formação geral e formação técnica, mas também a incorporação de práticas formativas que contemplem as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano entre elas, a oralidade, eixo central desta pesquisa.

## **2.2 A linguagem que nos forma: oralidade, interação e construção de saberes**

A linguagem, em sua expressão mais essencial, constitui o elo fundamental entre os sujeitos e o mundo, sendo criação humana desenvolvida a partir das necessidades

comunicativas ao longo da história, o que confirma seu caráter dinâmico no meio social (Francischini, 2023). A oralidade, como manifestação primeira e natural da linguagem, ocupa um papel central na construção do conhecimento, na formação das identidades e na organização das interações sociais.

De acordo com Bakhtin (2006, p. 107), “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor”. O autor enfatiza a natureza dialógica da linguagem, na qual a palavra não pertence apenas ao falante ou ao ouvinte, mas é um meio de conexão e interação entre ambos. Essa visão ressalta a importância de entender a comunicação como um processo colaborativo e mútuo, no qual o sentido é constantemente construído e reconstruído através da interação social.

Para Marcuschi (2000, p. 14), “A conversação é a primeira das formas de linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora”. Segundo o autor, sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um ser falante e não como um ser letrado, pelo fato de que todas as comunidades são falantes, mas nem todas se utilizam da escrita.

Muito antes do surgimento da escrita, a linguagem oral constituiu o principal meio de comunicação e transmissão de saberes entre os povos. A tradição oral era o instrumento por excelência para preservar e compartilhar conhecimentos, valores, crenças, histórias, mitos e práticas culturais, assegurando a continuidade das comunidades ao longo do tempo. Com o advento da escrita a oralidade passou a ser relegada a um plano secundário, sobretudo em ambientes escolares e acadêmicos, onde o texto escrito assumiu o papel central como forma legítima de conhecimento e registro, assim atesta os autores que “na escola, ainda se foca muito no trabalho com os gêneros escritos em detrimento dos orais” (Lousada et al., 2023, p. 152).

A evolução do ensino da língua portuguesa traz a trajetória pela qual a linguagem oral foi configurada como objeto de estudo, sendo fundamentada no conhecimento dos usos da palavra. Em particular, essa configuração envolvia a técnica e arte da elocução, da oratória e da eloquência, refletindo a influência da cultura beletrista e clássica que caracterizou os estágios iniciais da disciplina em sua institucionalização nas escolas brasileiras. O Colégio Pedro II, criado em 1837 no Rio de Janeiro, foi a instituição fundadora desse processo (Bunzen, 2011).

No plano de ensino de língua portuguesa do Colégio Pedro II, encontrava-se a divisão clássica dos gêneros oratórios e poéticos, bem como exercícios de recitação, leitura expressiva e composição oral (declamação, composição livre, exercícios de boa dicção, entre outros). Esses

elementos constituíam instrumentos didáticos centrais para o professor, permitindo a inserção e circulação do saber sobre oralidade na sala de aula (Nonato, 2019).

A oralidade começou a ser abordada como componente curricular no ensino de língua portuguesa a partir de meados do século XIX, quando deu início a sua consolidação nos programas e currículos da escolarização formal no Brasil (Nonato, 2019). Tal inserção, entretanto, não garantiu uma abordagem sistemática e reflexiva da oralidade, o que evidencia desafios históricos ainda persistentes no reconhecimento dessa prática como eixo fundamental para a formação integral e cidadã dos estudantes.

Ao longo dos anos, a linguagem oral como componente curricular foi gradualmente esquecida como objeto de ensino formal, tornando-se secundária em relação à escrita no processo formativo dos alunos. Conforme Santos (2024), a oralidade desempenha um papel primordial nos primeiros anos de vida do indivíduo, no entanto, com o início da vida escolar, a escrita passa a ser valorizada como a forma de comunicação mais prestigiada nas relações sociais, relegando a oralidade a um papel secundário. À medida que o percurso escolar avança, a ênfase na escrita se intensifica, enquanto a atenção à linguagem oral, por outro lado, diminui.

Fala e escrita devem ser entendidas como um continuum, rompendo com a ideia distorcida de superioridade da escrita sobre a oralidade. Ambas devem ser concebidas como atividades interativas e complementares dentro das práticas sociais e culturais (Marcuschi, 2010). Essa interseção entre fala e escrita é evidente em uma variedade de gêneros textuais encontrados em diversas esferas, como seminários, audiências públicas, debates formais, entrevistas e trabalhos acadêmicos, como teses e dissertações. Nessas situações, é essencial que o uso da linguagem oral esteja bem articulado com a escrita (Magalhães et al., 2022).

Os gêneros do discurso, conforme Bakhtin (2003) e seu Círculo, são compreendidos como formas relativamente estáveis de enunciados que circulam nos diversos contextos da vida social. Essa estabilidade relativa refere-se ao fato de que cada gênero apresenta características recorrentes que tendem a se repetir em situações comunicativas semelhantes, possibilitando a compreensão e a produção dos textos orais ou escritos pelos interlocutores. No entanto, tais características não são fixas ou rígidas; ao contrário, adaptam-se às condições específicas de produção e recepção de cada interação.

Os gêneros produzidos na modalidade oral não se limitam à emissão de palavras ou à dimensão sonora da linguagem. Gestos, mímicas, expressões corporais, bem como elementos cinésicos e acústicos, devem ser considerados na análise dos gêneros orais, pois toda interação discursiva é constituída por traços verbais e não verbais (Volóchinov, 2018). Desse modo, a oralidade configura-se como uma prática multimodal, na qual diferentes recursos semióticos se

articulam para a produção de sentidos, exigindo do sujeito competências que ultrapassam o domínio exclusivo do código verbal.

A partir da década de 1990, especialmente com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1997, as discussões sobre a oralidade, articuladas ao ensino e à aprendizagem dos gêneros orais, começaram a ganhar maior destaque no meio educacional. Nesse contexto, os gêneros textuais, tanto orais quanto escritos, foram estabelecidos como eixos norteadores para o ensino de língua portuguesa. Eles passaram a orientar o trabalho com a linguagem oral, complementando a escrita e conferindo sentido aos textos.

O trabalho com linguagem oral deve acontecer no interior de atividades significativas: seminários, dramatização de textos teatrais, simulação de programas de rádio e televisão, de discursos políticos e de outros usos públicos da língua oral. Só em atividades desse tipo é possível dar sentido e função ao trabalho com aspectos como entonação, dicção, gesto e postura que, no caso da linguagem oral, têm papel complementar para conferir sentido aos textos (Brasil, 1997, p. 35).

Os PCNs sugerem que o ensino da linguagem oral deve ser integrado às atividades que reproduzam contextos reais de uso da língua. Essas atividades permitem que os alunos pratiquem e compreendam a importância de aspectos como entonação, dicção, gestos e postura, desenvolvendo habilidades essenciais para uma comunicação eficaz em diversas situações da vida cotidiana.

Embora os alunos cheguem aos espaços educativos já familiarizados com diversos usos sociais da língua falada, esses usos geralmente se restringem a contextos informais. Cabe à instituição educativa explorar a oralidade em contextos mais formais da língua, ampliando as habilidades dos alunos para situações comunicativas mais estruturadas (Araújo, 2021).

Para Magalhães et al. (2022), a instituição de ensino é o território da práxis para o desenvolvimento da linguagem oral; é por meio do estudo dos gêneros orais que os alunos têm a oportunidade de aprender a falar em público em diversas situações de interação social, superando a concepção de que o domínio da comunicação eficaz é um dom inato. O contexto educacional é o espaço onde teoria e prática se encontram, oferecendo oportunidades para os estudantes desenvolverem suas habilidades de comunicação por meio de atividades interativas com os gêneros orais. Essa abordagem não só combate à ideia de que a capacidade de se comunicar bem é um dom exclusivo, mas também promove a visão de que se trata de uma competência acessível a todos.

A oralidade ressalta o aspecto histórico e social da linguagem na formação e socialização do indivíduo, uma vez que sua consciência linguística se desenvolve a partir da apropriação dos

signos de uma língua e da verbalização desses signos por meio de diferentes gêneros em interação com o outro em contextos sociais específicos (Vigotsky, 2000; Bakhtin, 2003).

Segundo Marcuschi (2010), a oralidade é uma prática social interativa com um propósito comunicativo, manifestando-se em diversas formas ou gêneros textuais fundamentados na realidade sonora. Ela abrange uma vasta gama de contextos, desde os informais até os formais, adaptando-se a diferentes situações de uso.

Na formação oral, seja ela inicial ou continuada, é essencial que o contexto educacional promova reflexões que ajudem os alunos a se desenvolverem. Isso contribui para assumir a responsabilidade social no processo formativo, uma vez que a aprendizagem da oralidade é um direito que deve ser valorizado e priorizado para o desenvolvimento pleno do cidadão (Magalhães et al., 2022).

Segundo Schneuwly e Dolz (2004), o ensino dos gêneros orais possibilita ao aluno interagir socialmente em situações concretas do cotidiano e da vida profissional. Para os autores, esses gêneros devem ser trabalhados a partir do triângulo didático: professor, aluno e conhecimento, cuja interação promove a construção do saber, planejada e mediada pelo docente. Nesse sentido, os gêneros orais configuram-se como instrumentos relevantes e apropriados no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades superiores do ser humano.

Compreendendo as diversas dimensões e benefícios da oralidade no contexto educacional, é possível reconhecer sua importância fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos jovens na EPT em seu percurso formativo e profissional. Nesse sentido, Ramos (2008), corrobora que o ensino médio é uma etapa fundamental na formação dos sujeitos, período que estão fazendo escolhas e dentre essas escolhas também está a formação profissional, o projeto de vida que desejam e podem perseguir.

A BNCC, implementada em 2018, dá continuidade à perspectiva discursiva da linguagem apresentada pelos PCNs. Esta nova base curricular organiza o ensino de língua portuguesa em cinco campos de atuação: vida pessoal, artístico-literário, práticas de estudo e pesquisa, jornalístico-midiático e vida pública (Brasil, 2018).

Trata-se de um documento normativo elaborado com o objetivo de orientar a construção dos currículos em todas as etapas da educação básica nas escolas públicas e privadas brasileiras, bem como na formulação de propostas pedagógicas. Seu propósito é trazer unicidade aos conteúdos, competências e objetivos de ensino considerados essenciais para a formação educacional em todo o país (Brasil, 2018).

As práticas educativas em língua portuguesa delineadas pela BNCC devem proporcionar ferramentas de transformação social através da apropriação dos letramentos tradicionais e dos novos multiletramentos, promovendo um maior protagonismo dos estudantes. Santos (2024) afirma que, com a implementação da BNCC, a oralidade passa a incorporar elementos como a autonomia e argumentatividade, que são essenciais para o desenvolvimento das habilidades e competências descritas no documento.

Nesta perspectiva, propõe-se que as instituições educacionais explorem diferentes formas de linguagem: visual, verbal, sonora e corporal, em diversos contextos formativos. Ao longo da educação básica, é fundamental estimular o desenvolvimento e a valorização da oralidade como um pilar essencial dos eixos de comunicação. Os alunos devem ser instigados a:

Produzir e analisar textos orais, considerando sua adequação aos contextos de produção, à forma composicional e ao estilo do gênero em questão, à clareza, à progressão temática e à variedade linguística empregada, como também aos elementos relacionados à fala (modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc.) e à cinestesia (postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.) (Brasil, 2018, p. 500).

A reestruturação promovida pela BNCC reverbera uma verdadeira ressignificação da disciplina de língua portuguesa, que anteriormente apresentava forte ênfase em práticas normativas e no ensino gramatical tradicional. Essa mudança visa reintegrar o desenvolvimento das competências orais dos alunos no cotidiano da sala de aula (Carvalho; Ferrarezi Jr., 2018).

Almeja-se que o ensino da oralidade vá além das paredes educacionais, promovendo um aprendizado produtivo e contextualizado às situações comunicativas vivenciadas pelos estudantes. É essencial capacitá-los para a produção de textos orais espontâneos, proporcionando a superação do medo de falar em público e o desenvolvimento da autonomia, tanto no ambiente educacional quanto fora dele, preparando-os para o pleno exercício da cidadania.

A articulação entre oralidade e Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se mostra essencial para uma formação humana integral, voltada não apenas ao domínio de saberes técnicos, mas também ao desenvolvimento de competências comunicativas e críticas indispensáveis à atuação cidadã e profissional dos estudantes. Nesta próxima seção propõe-se uma abordagem teórica que discute as bases conceituais da EPT e sua relação com a formação omnilateral, tendo como eixo estruturante o trabalho e a linguagem como práticas sociais. Considerando a tradição histórica de dualidade educacional no Brasil, refletida na separação

entre ensino técnico e formação geral, busca-se refletir sobre a superação desse modelo excludente, enfatizando a importância da oralidade como direito formativo e como ferramenta de emancipação.

### **2.3 Oralidade e Educação Profissional e Tecnológica: desafios e possibilidades no ensino**

A Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade educacional prevista no Art. 36A da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cuja finalidade precípua é preparar o estudante para o exercício das profissões, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Ela pode ser desenvolvida por meio de uma variedade de cursos e programas, incluindo formação inicial e continuada, qualificação profissional, educação técnica de nível médio, bem como educação tecnológica em nível de graduação e pós-graduação (Brasil, 1996).

É destinada não apenas aos jovens que procuram uma formação técnica integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio, mas também a adultos que desejam se qualificar profissionalmente, bem como aqueles que querem seguir na educação profissional técnica de nível superior e pós-graduação.

A EPT trata da formação politécnica ou educação tecnológica, que refere-se "ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas" (Saviani, 2003, p. 140). Essa formação não se restringe apenas ao aspecto técnico, mas também inclui a formação intelectual, física e tecnológica, abrangendo assim a ideia de uma formação humana integral. Saviani (2003) argumenta que a noção de politecnia busca superar a dicotomia tradicional entre trabalho manual e trabalho intelectual, instrução profissional e instrução geral. De acordo com Ramos (2008) é uma educação que possibilita o acesso à cultura, à ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional unitária.

Esse é o sentido de educar, segundo Gramsci, eliminar a separação entre homo faber e homo sapiens; resgatando o papel fundamental da educação e sua relação com o trabalho, bem como suas possibilidades criativas e emancipadoras (Mészáros, 2008). Assim, a educação deixa de ser meramente instrumental e passa a assumir um caráter formativo integral, orientado para o desenvolvimento pleno do sujeito em suas dimensões intelectual, social, cultural e política.

Os cursos abrangidos pela EPT devem proporcionar uma formação humana em todas as suas dimensões, com o trabalho como princípio educativo e a formação omnilateral, de forma que o estudante seja capaz de pensar, planejar e não apenas apertar parafuso. "Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado,

escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social” (Ciavatta, 2005, p. 85).

O trabalho como princípio educativo propõe que o ensino vá além do treinamento técnico-operacional, devendo articular o saber-fazer com o saber-pensar, de forma crítica e consciente, assim como a formação omnilateral, que contemple todas as dimensões, tornando o educando um cidadão capaz de pensar, planejar e decidir.

Seu objetivo de educar é a promoção do conhecimento em duas dimensões que se completam e se entrelaçam harmoniosamente: a formação geral e a formação profissional. Essa integração visa à transformação do ser humano, permitindo que os estudantes desenvolvam suas capacidades e habilidades de forma completa e autônoma. Assim, a EPT busca não apenas preparar os estudantes para o mundo do trabalho, mas também contribuir para seu crescimento pessoal e intelectual como um fim em si mesmo.

A história da educação sempre evidenciou uma dualidade entre o ensino propedêutico, destinado aos mais abastados, e o ensino técnico, direcionado aos filhos dos trabalhadores. Esse modelo visava garantir a formação intelectual das lideranças, enquanto reservava o trabalho braçal para as classes trabalhadoras. Tal abordagem atribuía ao ensino médio uma formação geral para as elites, com foco no ingresso nas universidades, enquanto oferecia às classes populares uma educação voltada para o trabalho. Essa segregação educacional reforçava as desigualdades sociais, perpetuando a divisão entre os que lideram e os que executam tarefas manuais (Ciavatta, 2014).

Ciavatta (2014) defende que a luta histórica da EPT até os dias atuais é pela superação da dualidade entre classes sociais, promovendo uma educação universal para toda a população. O objetivo é garantir "um padrão digno de vida e de conhecimento não apenas para as elites, mas também para os trabalhadores, os verdadeiros produtores da riqueza social, e seus filhos" (Ciavatta, 2014, p. 202). Desse modo, o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, a garantia de uma educação pública de qualidade e o fortalecimento de uma formação crítica e emancipadora constituem compromissos fundamentais que integram a agenda das políticas da Educação Profissional e Tecnológica (Rezende et al., 2020).

As bases conceituais que fundamentam a EPT, conforme defendem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), propõem a superação da dualidade estrutural historicamente presente no sistema educacional brasileiro, marcada pela separação entre o ensino técnico, destinado às classes populares, e o ensino propedêutico, voltado às classes socialmente privilegiadas. A perspectiva da integração busca articular a formação geral à formação técnica, assegurando o direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Nessa concepção, objetiva-

se a formação integral do indivíduo, promovendo o desenvolvimento de suas capacidades críticas, intelectuais e profissionais, em oposição à fragmentação do ensino e em favor da apropriação dos conhecimentos técnicos, científicos e culturais de forma articulada e significativa.

No clássico livro “História da educação: da antiguidade aos nossos dias”, Manacorda (2006, p. 356) afirma que, nos primórdios da educação, o falar bem era um privilégio reservado à classe dominante. O processo educativo dessa elite era voltado para o desenvolvimento do pensamento crítico e da oratória, formando os governantes e sendo vista como a arte da palavra, entendida como a arte de governar. Em contraste, a educação da classe proletária limitava-se exclusivamente ao treinamento para o trabalho, por meio da imitação e do adestramento, excluindo a arte do bem falar dos indivíduos das classes dominadas, considerados “charlatões demagogos” ou “meduti”, termos pejorativos para aqueles que não eram educados nas habilidades retóricas e políticas dos governantes.

Evidencia-se como a educação historicamente tem sido usada como uma ferramenta de dominação e exclusão, perpetuando desigualdades sociais e limitando o acesso ao conhecimento e ao poder político para determinados grupos privilegiados. O desenvolvimento da linguagem oral no ambiente educacional era reservado apenas à elite para a formação do homem livre, dono do discurso, uma espécie de ferramenta de poder e destaque dos intelectuais.

A importância do ensino da oralidade na formação educacional é inegável, como afirmam Grilo, Oliveira e Puggina (2019, p. 2): “a oralidade norteia o processo de ensino, aprendizagem e a compreensão da fala, influenciando diretamente a compreensão do discurso”. Essa capacidade de comunicar-se de maneira eficaz é fundamental para o sucesso tanto na esfera acadêmica quanto profissional.

Assim corrobora Snow et al. (2020, p. 3): “as competências de linguagem oral, juntamente com as habilidades de alfabetização, são fundamentais para a progressão e o sucesso acadêmico”. Desse modo, o estudante com habilidades orais bem desenvolvidas passa a ser protagonista e mobiliza os conhecimentos necessários para uma análise crítica e autônoma (Santos, 2024).

Jones, Fazio e Vasey (2012) apontam que falar em público não é apenas uma habilidade social simples, envolve demandas cognitivas significativas. Isso exige conhecimento e esforço mental para organizar e expressar pensamentos de forma clara e coerente. Assim, a instituição de ensino deve ensinar o desenvolvimento de competências discursivas, permitindo que os alunos não apenas dominem a linguagem oral, mas também a utilizem de forma apropriada em diversos contextos.

Essa percepção está alinhada com a perspectiva de considerar o ensino da oralidade nas instituições de ensino como obrigatório, como eixo a ser ensinado e aprendido conforme as "prescrições marcantes na agenda dos documentos que norteiam a educação brasileira" (Costa-Maciel, 2018, p. 2). De acordo com as autoras, a legislação educacional do país enfatiza a oralidade de duas maneiras. Em primeiro lugar, no campo do currículo, essa exigência evidencia o ensino do oral como estratégia imprescindível para o domínio da fala pública e o fortalecimento do exercício da cidadania (Brasil, 1997). Em segundo lugar, a LDB destaca o ensino da língua como essencial para a formação plena do cidadão, sendo este um dos seus princípios e objetivos (Brasil, 1996).

É fundamental que a instituição de ensino oriente seus currículos e propostas pedagógicas para colocar as demandas dos jovens em diálogo com os contextos locais, uma vez que as aprendizagens só se concretizam mediante um currículo em ação (Brasil, 2018). No contexto atual, os jovens do ensino médio anseiam por práticas orais bem desenvolvidas para enfrentar o mundo do trabalho e suas relações sociais.

Para Della Fonte (2018, p. 5), as relações sociais constituem uma forma de “viver humano”, diretamente vinculadas às vivências e experiências dos sujeitos. A autora ressalta que a essência da vida humana reside na convivência e na interação com o outro, de modo que ninguém se forma ou se desenvolve isoladamente. Assim, experiências, emoções, aprendizagens e identidade são construídas nas relações estabelecidas com as pessoas, com os grupos sociais e com a cultura na qual estamos inseridos.

A linguagem oral é esse tipo de experiência que deve ser vivenciada continuamente em atividades em sala de aula, oferecida como um instrumento didático, que ao ser desenvolvido e aperfeiçoado integra-se ao conjunto de processos produtivos necessários para a formação integral do estudante.

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (Brasil, 2018, p. 19).

A inserção da oralidade como eixo no currículo de língua portuguesa é uma forma de garantir o acesso dos estudantes às práticas pedagógicas delineadas pela BNCC. Por tratar-se de um tema que afeta a vida humana, cabe à instituição de ensino tornar a aprendizagem mais relevante e significativa ao relacionar os conteúdos curriculares com questões reais e atuais que impactam a vida dos estudantes e da sociedade. Segundo suas diretrizes, o ensino da língua

materna deve capacitar os alunos a produzirem e analisarem textos orais, considerando sua forma composicional, o estilo do gênero, a clareza, a progressão temática e a variedade linguística (Brasil, 2018).

As atividades orais devem ser vistas como objeto de exploração em sala de aula para que o aluno desenvolva sua competência comunicativa em diversas situações. Assim, salienta Rodrigues Júnior e Alves Júnior (2021, p. 853), “os gêneros orais são revelados em atividades orais, que são percorridas no contexto em sala de aula como habilidades a desenvolver no escopo da formação da competência comunicativa”.

Ao estudar diferentes gêneros orais no âmbito da educação formal, os alunos desenvolvem habilidades que raramente são adquiridas em contextos informais. Essas habilidades são importantes porque requerem um planejamento cuidadoso e são essenciais para uma comunicação pública eficaz (Costa-Maciel, 2018).

Nesta perspectiva, Santos (2024) destaca que a concepção de língua como prática social reflete um novo movimento para o ensino da língua portuguesa, haja vista que não se pode mais ensiná-la sem ensinar os indivíduos a viverem e se comunicarem em um mundo de diversas práticas de linguagem.

De acordo com Magalhães e Callian (2021), as atividades didáticas e práticas educativas, mediadas pelo trabalho do professor, abrangem a linguagem e seus diversos aspectos de ensino, tais como: leitura, escrita, oralidade, análise linguística e semiótica. Essas atividades têm o potencial de gerar novas abordagens, visando uma instituição educativa mais aberta e democrática, que verdadeiramente promova o desenvolvimento pleno do ser humano em todas as suas potencialidades.

É oportuno notar a importância da linguagem oral no contexto profissional e educacional. Rizvi (2005) destaca que a habilidade de falar em público é extremamente importante nos processos seletivos profissionais, esses processos envolvem muitas interações interpessoais, como entrevistas, discussões em grupos, apresentação de produtos e serviços e outras formas de comunicação verbal essenciais para o mundo do trabalho.

Nesse sentido, Ciavatta (2005) argumenta que, embora a EPT não deva se limitar apenas às necessidades do mercado do trabalho, ela também não pode ignorar a importância de preparar os indivíduos para sobreviverem e prosperarem economicamente. A educação deve atender às necessidades de sobrevivência e às exigências econômicas, pois é a partir dessas que as pessoas obtêm seus meios de subsistência.

Na visão de Della Fonte (2018, p. 11), a formação omnilateral representa a emancipação plena e integral do ser humano, constituindo o ponto de partida para a "educação do futuro",

considerando o ser humano como produtor de sua própria realidade. O ensino médio é a etapa fundamental na formação dos estudantes, oferecendo os conhecimentos necessários para que o educando possa continuar a se desenvolver ao longo da vida, no âmbito pessoal, acadêmico e profissional.

Observa-se uma estreita relação entre o domínio da oralidade e a formação omnilateral, quando as duas visam uma educação ampla, em todas as dimensões. De acordo com Ramos (2008) a formação omnilateral tem como base a integração de todas as dimensões da vida no processo formativo que se estruturam na prática social; a oralidade, por sua vez, trabalha o protagonismo do estudante e sua preparação para enfrentar os desafios acadêmicos e profissionais vivenciados pelos sujeitos.

Para Friman (2014), o desenvolvimento da capacidade de se apresentar em público traz liberdade e autonomia ao indivíduo, tornando-o apto a assumir papéis de destaque e a influenciar outras pessoas. Essa habilidade aliada ao conteúdo curricular enriquece o processo de ensino e aprendizagem, tornando-o mais completo, abrangente e humano.

A fundamentação teórica da oralidade na EPT evidencia como a linguagem oral se configura como elemento central para o desenvolvimento de competências comunicativas, cognitivas e sociais, alinhadas à formação omnilateral dos estudantes. O próximo capítulo apresenta o desenho metodológico adotado, no qual são explicitados os procedimentos, instrumentos e estratégias de coleta e análise de dados que permitiram investigar de quais maneiras a inserção da oralidade no currículo, em especial no componente de língua portuguesa, pode contribuir para a formação integral dos estudantes do ensino médio do IFPB – Campus Cajazeiras.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

#### 3.1 Caracterização do tipo de pesquisa

A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, que visou a compreensão sobre o papel da oralidade na formação integral dos estudantes do IFPB, Campus Cajazeiras. Para alcançar esse objetivo, foram empregadas técnicas de pesquisas bibliográfica, documental, de campo e o estudo de caso, que forneceram uma base teórica sólida e contextualizada.

O método de coleta de dados adotado consistiu na realização de entrevistas individuais com os estudantes do 1º ano do Ensino Médio Integrado em Informática (INTIN), bem como com os respectivos professores. As entrevistas foram de caráter semiestruturado, orientadas por uma lista de pontos de interesse previamente definidos, os quais nortearam a condução da conversa e permitiram ao entrevistador aprofundar aspectos relevantes ao objeto da pesquisa. Esses pontos contemplaram as percepções dos participantes sobre a oralidade no ensino de Língua Portuguesa, as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, as experiências vivenciadas pelos estudantes, as dificuldades e potencialidades relacionadas ao uso da oralidade, bem como a importância atribuída a essa prática no processo formativo. Conforme destaca Minayo (2014), a entrevista constitui uma das estratégias mais recorrentes na pesquisa de campo, por possibilitar a construção de informações significativas por meio da interação entre pesquisador e participantes.

Esse instrumento foi o mais adequado em relação ao tema em estudo, e teve como vantagem a flexibilidade do entrevistador repetir, esclarecer perguntas, reformulá-las para facilitar a compreensão do entrevistado. Além disso, foi oportuno observar como o entrevistado respondeu às perguntas, seus gestos, expressões faciais e outros sinais não verbais, que forneceram informações adicionais e mais profundas sobre as percepções e sentimentos do entrevistado em relação ao tema em questão.

Essa abordagem permitiu a obtenção de resultados significativos sobre as percepções, práticas e desafios relacionados à linguagem oral no contexto em sala de aula. As entrevistas proporcionaram uma compreensão mais abrangente e detalhada sobre a receptividade dos alunos em relação às atividades que promovem a oralidade e as concepções pedagógicas dos professores.

Para a análise de dados, seguiram-se as técnicas teórico-metodológicas propostas por Bardin (2016). Assim, as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três

pólos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, englobando a inferência e a interpretação. Essas etapas, fundamentadas na enumeração e categorização dos conteúdos, permitiram sistematizar, organizar e examinar de forma mais consistente os dados obtidos, possibilitando a construção de resultados consistentes e alinhados aos objetivos da pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida em conformidade com os princípios éticos que orientam a produção científica, observando rigorosamente todas as suas etapas, desde a elaboração do texto, com respeito às diretrizes de integridade acadêmica, incluindo a adoção de práticas antiplágio e a adequada referência às fontes consultadas. Os procedimentos de coleta e análise dos dados foram realizados em consonância com as normas estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio da Plataforma Brasil. O estudo foi submetido à apreciação ética e aprovado pelo referido Comitê, conforme parecer consubstanciado nº 7.456.571, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 86806624.6.0000.8052 garantindo a proteção dos participantes e o cumprimento dos preceitos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos.

### **3.2 Local da pesquisa**

O local da pesquisa foi o IFPB, Campus Cajazeiras (figura 1). O referido Campus está localizado no Alto Sertão da Paraíba, historicamente conhecida como “a cidade que ensinou a Paraíba a ler” (Caldeira, 1987) título este que se deu desde a fundação do Colégio Padre Rolim, fundado em 1843<sup>2</sup>, no qual estudaram várias personalidades, entre elas o Padre Cícero Romão Batista, considerado "Santo Popular" por muitos fiéis católicos nordestinos (Souza, 1981).

---

<sup>2</sup> Reza a história que só duas cidades tiveram seu início de fundação em torno de uma escola e não como era de costume, em torno de uma igreja: Cajazeiras e São Paulo. A primeira iniciada pelo Padre Rolim; a segunda pelo Padre Antonio Manoel da Nóbrega (Souza, 1981).

**Figura 1:** IFPB na cidade de Cajazeiras



Fonte: Site do IFPB- Campus Cajazeiras, 2016.

A Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Cajazeiras, à época pertencente à Escola Técnica Federal da Paraíba, foi inaugurada em 04 de dezembro de 1994. Com a publicação da Lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais (IFs), a UNED se tornou IFPB - Campus Cajazeiras.

O Campus Cajazeiras tem colaborado para a transformação da realidade social e econômica não só da cidade em que está instalado, mas de toda a região. Este ano de 2025 completa trinta e um anos de existência, e, durante esse período, centenas de profissionais foram capacitados pelos cursos técnicos, desde o primeiro curso, o Curso Técnico em Agrimensura até os atuais de Informática (integrado ao ensino médio), Eletromecânica e Edificações (integrados e subsequentes ao ensino médio), além do Técnico em Meio Ambiente (modalidade integrada - PROEJA<sup>3</sup>) (IFPB, 2024).

Os cursos superiores: Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (modalidade presencial); Licenciatura em Matemática (modalidade presencial), Especialização em Matemática (modalidade presencial), Licenciatura em Computação e Informática (ensino a

---

<sup>3</sup> O PROEJA, sigla para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, foi instituído pelo Decreto nº 5.478/2005. Destina-se a jovens e adultos que não concluíram o ensino médio na idade regular, oferecendo a possibilidade de elevar a escolaridade e obter formação profissional integrada, favorecendo a inserção social e no mundo do trabalho (Brasil, 2006).

distância) e os Bacharelados em Engenharia Civil e Engenharia de Controle e Automação (modalidade presencial) têm formado mão de obra qualificada no coração do sertão, garantindo seu espaço em todo o Brasil e até fora dele (IFPB, 2024).

Atualmente, o Campus atende cerca de 1.723 alunos, distribuídos entre cursos presenciais e a distância, e conta com aproximadamente 220 servidores, incluindo docentes, técnicos administrativos e terceirizados. A instituição oferece educação pública de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento regional e fomentando a inovação científica e tecnológica.

Para a realização da pesquisa e tramitação do projeto no Comitê de Ética, foi solicitada permissão ao Diretor Geral do Campus, professor Abinadabe Silva Andrade. Em atendimento ao pedido, foi assinada a Carta de Anuência que consta em anexo (Apêndice A).

### **3.3 Participantes da pesquisa**

Os participantes desta pesquisa foram os alunos do 1º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) do IFPB, Campus Cajazeiras, assim como os professores dessa turma. A escolha desse grupo se justificou por ser o local onde atuo profissionalmente como técnica administrativa e, atualmente, exerço a função de coordenadora de estágio e relações empresariais.

Como servidora do IFPB há 9 anos, percebo que os alunos da área de informática tendem a ser mais retraídos e reservados em comparação a outros estudantes. Em conversas com esses discentes, pude observar um grande interesse deles no desenvolvimento de habilidades relacionadas à linguagem oral. A escolha da turma do 1º ano se deu pelo fato de estarem no início do Ensino Médio Integrado e com a possibilidade de compreender seus anseios, dificuldades e perspectivas para sua formação. Essa observação despertou meu interesse em conduzir esta pesquisa, com o objetivo de compreender melhor os desafios, particularidades e expectativas desses alunos em relação ao ensino da oralidade.

Foram incluídos na pesquisa os estudantes matriculados no 1º INTIN e os respectivos docentes, efetivos e substitutos, dessa turma. Os Participantes que não se enquadraram nesse perfil foram excluídos. A seleção visou analisar de que forma a inserção da oralidade no currículo contribui para a formação integral dos estudantes do ensino médio do IFPB, Campus Cajazeiras.

O Plano Pedagógico de Curso (PPC) Técnico Integrado em Informática ao Ensino Médio (IFPB, 2022) destaca que o ser humano é o produtor de sua realidade, capaz de apropriar-

se dela e transformá-la, sendo sujeito de sua própria história. Essa perspectiva fundamenta a necessidade de compreender como os estudantes enfrentam os desafios no mundo moderno, e como a oralidade pode contribuir na construção de um ensino médio mais significativo e inclusivo.

A participação dos docentes, efetivos e substitutos, do 1º INTIN foi fundamental para compreender o ensino da oralidade e os desafios enfrentados pelos estudantes. A partir das perspectivas docentes, foi desenvolvido o Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado, estruturado para atender às necessidades identificadas e fortalecer o ensino da oralidade. Essa colaboração enriqueceu os dados coletados, promoveu o diálogo entre teoria e prática e possibilitou reflexões sobre estratégias pedagógicas e necessidades educacionais, incentivando uma abordagem participativa na construção do produto educacional.

Em consonância com essa abordagem participativa e com o compromisso ético que orientou toda a pesquisa, a participação dos sujeitos ocorreu de forma voluntária e esclarecida, mediante o preenchimento e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para pais ou responsáveis legais de adultos não alfabetizados ou juridicamente incapazes (Apêndice B), do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice C) e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para maiores de 18 anos ou emancipados (Apêndice D). Ademais, os participantes foram informados acerca do Termo de Compromisso e Sigilo da Pesquisadora (Apêndice E), assegurando a confidencialidade das informações e o respeito aos princípios éticos da pesquisa.

### **3.4 Aspectos éticos**

#### **3.4.1 Aspectos éticos e pesquisa com seres humanos**

A presente pesquisa pautou-se no respeito à dignidade humana e na consideração das questões éticas decorrentes do avanço da ciência e da tecnologia, presentes em todas as áreas do conhecimento. De forma especial, assegurou-se a proteção dos participantes, com um compromisso ético fundamental para o desenvolvimento do estudo, reconhecendo sua condição de vulnerabilidade e buscando garantir o respeito, o bem-estar e a privacidade das informações fornecidas.

Por envolver seres humanos, esta pesquisa adotou medidas para assegurar a integridade dos participantes, prevenindo constrangimentos, desconfortos ou danos. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IF Sertão PE, via Plataforma Brasil,

sob parecer nº 7.456.571. O estudo segue as diretrizes da Resolução nº 466/2012 e da Resolução nº 510/2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde, que estabelecem que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos. Assim, garantiu-se o respeito aos participantes, em conformidade com os princípios éticos da autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade (Brasil, 2012; Brasil, 2016).

Os dados da pesquisa estão protegidos conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que regulamenta o tratamento de dados pessoais, inclusive em meios digitais, por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, garantindo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade (Brasil, 2018).

### **3.5 Instrumentos e etapas da pesquisa**

O instrumento de coleta de dados consistiu em entrevistas individuais, realizadas em sala reservada, com os estudantes do 1º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) do IFPB – Campus Cajazeiras e com os professores, efetivos e substitutos, dessa turma. As entrevistas trataram de temas relacionados ao currículo, aos desafios da oralidade, ao trabalho docente e às percepções dos alunos. Houve, contudo, flexibilidade para explorar novas questões e aprofundar respostas conforme o diálogo evoluía, ampliando a compreensão das experiências e pontos de vista dos participantes.

O tempo médio de cada entrevista individual foi aproximadamente de 10 minutos, contemplando 13 perguntas destinadas aos discentes e 11 aos docentes. As respostas foram registradas fielmente por meio de anotações da pesquisadora, preservando integralmente as palavras dos entrevistados e garantindo a veracidade das informações. Antes da participação, os Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram apresentados em versão impressa, sendo requisito indispensável para a realização das entrevistas.

Para resguardar a identidade dos participantes, foram utilizados códigos alfanuméricos na identificação dos depoimentos (Professor 1, Professor 2...; Aluno 1, Aluno 2...). Todos os registros da pesquisa foram armazenados em meio físico e digital, sob a guarda exclusiva da pesquisadora responsável, pelo período de cinco anos. Após esse prazo, os materiais serão integralmente descartados, de forma a assegurar a confidencialidade e a proteção dos dados, em consonância com as diretrizes éticas vigentes para pesquisas envolvendo seres humanos, conforme estabelece a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

Para o tratamento e interpretação dos dados das entrevistas, utilizou-se a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016). Esse método possibilitou a organização, codificação e categorização do corpus, permitindo identificar padrões, significados e relações nos discursos dos participantes. Dessa forma, favoreceu uma compreensão mais aprofundada das percepções e experiências acerca da oralidade no contexto investigado.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Esta seção apresenta e discute os resultados obtidos a partir da análise dos dados produzidos no desenvolvimento da pesquisa, com foco nas percepções docentes e discentes acerca da oralidade no contexto do Ensino Médio Integrado em Informática do IFPB – Campus Cajazeiras. Os dados foram analisados à luz do referencial teórico que fundamenta o estudo, especialmente no que se refere à oralidade como prática social, à formação integral e aos pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica. A discussão dos resultados busca evidenciar como a oralidade é compreendida, vivenciada e trabalhada no currículo, bem como os desafios e as potencialidades identificados, contribuindo para a reflexão crítica e para a fundamentação do produto educacional desenvolvido.

### **4.1 Percepções docentes sobre a oralidade: análise das entrevistas com professores do 1º INTIN**

A fim de compreender como a oralidade é concebida e praticada no contexto do Ensino Médio Integrado, especialmente no curso técnico em Informática do IFPB – Campus Cajazeiras, foram realizadas entrevistas com 14 docentes, efetivos e substitutos, que atuam diretamente com essa turma. Esta etapa da pesquisa visou identificar a compreensão sobre o currículo e possíveis lacunas no trato com a linguagem oral no espaço educativo, a partir do olhar dos professores. O processo seguiu três etapas principais: a pré-análise, com leitura flutuante dos dados; a exploração do material, com definição de unidades de registro e categorização temática; e, por fim, a interpretação dos resultados à luz dos objetivos da pesquisa (Bardin, 2016).

A leitura inicial dos discursos docentes revelou importantes elementos que dialogam com o problema investigado, especialmente quanto à invisibilidade da oralidade no currículo do Ensino Médio Integrado, à ausência de formação específica para o trabalho com a oralidade, à sua valorização no mundo do trabalho e ao reconhecimento do seu potencial pedagógico. De forma geral, os professores reconhecem a oralidade como um componente essencial para o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal dos alunos. É vista como um atributo fundamental para o ser humano expressar bem suas ideias, interagir em ambientes sociais, profissionais e fortalecer sua autonomia.

A primeira categoria emergente da análise refere-se à invisibilidade da oralidade no currículo. Os docentes destacaram:

*No currículo tem menção à oralidade, mas ela aparece de maneira muito tímida. Eu acho que caberia sim, uma atenção um pouco maior quanto a oralidade (Professor 1).*

*Se a gente for olhar para o currículo, ele não incentiva. Infelizmente, mas a gente faz as adaptações na medida do possível. O Rubem Alves disse que “o professor tem que ser curioso, tem que estimular”. A gente, às vezes, precisa dar um voo além dos muros da escola para tentar contemplar esses outros aspectos que também estão ligados à educação, o que a gente vê e percebe, que isso é importante, né? (Professor 2).*

*A meu ver o currículo é muito restrito, e o que a gente vê a cada dia que, com o passar do tempo, com o avanço tecnológico, as oportunidades para a oralidade, para a fala dos alunos, vem se dificultando na escola, acredito! (Professor 3).*

*Eu acredito que poderia abranger mais a oralidade, adequar mais um pouco, até porque a gente vai evoluindo e vai ter essa necessidade, até porque o PPC não fala muito o que a gente tem que fazer, tem que trabalhar (Professor 4).*

*Pelo que me recordo o currículo não contempla. Eu acho importante trabalhar a oralidade como suporte para as metodologias de ensino, porque o seminário é uma metodologia. Como se diz, o júri simulado é uma metodologia, mas às vezes, para fazer o seminário, o aluno, como ele não tem suporte, então ele tem dificuldades. Eu, particularmente, trabalho antes de tudo, essa parte emocional, oral, porque senão o aluno, às vezes, não tem condições de apresentar (Professor 5).*

*Apesar da grade curricular desses alunos, dos cursos ser muito cheia, infelizmente, às vezes, se dá muito foco na questão técnica, e a questão da linguagem, da leitura, da expressão oral, por assim dizer, fica a desejar. É necessário aprimoramento! (Professor 6).*

*A gente foca muito na produção textual, produção escrita mesmo, a oralidade geralmente fica para apresentação de trabalhos (Professor 7).*

Os relatos evidenciam que a oralidade aparece de forma pontual e desvinculada de uma proposta sistemática, o que reforça seu caráter secundário no planejamento pedagógico. Isso revela um reconhecimento formal, mas insuficiente, da oralidade como objeto de ensino.

Há uma compreensão comum entre os professores de que o Plano Pedagógico de Curso (PPC) contemplam a oralidade de forma limitada ou indireta, especialmente através de metodologias, isso aponta para a necessidade de fortalecer e ampliar as abordagens curriculares voltadas à oralidade, considerando-a como elemento estruturante na formação dos alunos.

A segunda categoria diz respeito à ausência de formação docente voltada à oralidade. Um dos entrevistados pontuou: “Nunca tivemos uma formação continuada que abordasse de fato o trabalho com gêneros orais” (Professor 8), ressaltando a fragilidade na preparação dos professores para desenvolverem práticas que contemplem as múltiplas dimensões da linguagem oral, como o domínio de gêneros discursivos orais e suas especificidades.

Outros professores ressaltaram:

*Acho importante uma formação de como trabalhar a oralidade como suporte para as metodologias, porque o seminário é uma metodologia, o júri simulado é uma metodologia, mas às vezes, para fazer o seminário, por exemplo, o aluno precisa desse suporte, então ele tem dificuldades (Professor 9).*

*Eu acho que poderia ser uma boa alternativa promover formações com ações integradas, tipo artes, língua portuguesa, história, filosofia, que envolvam a oralidade e incentivem a divulgação desses trabalhos, e que às vezes a gente não institucionaliza, não faz o projeto de ensino (Professor 10).*

Percebe-se que, embora haja iniciativas individuais significativas, é fundamental que a oralidade seja mais sistematicamente integrada à prática pedagógica e ao projeto formativo dos cursos técnicos integrados, assegurando aos estudantes o desenvolvimento pleno de suas capacidades comunicativas.

A terceira categoria se relaciona com a importância da oralidade no contexto profissional e tecnológico, reafirmando sua relevância para a formação integral. Citaram os docentes:

*A comunicação oral é essencial no mundo profissional, especialmente na área de Informática, em que, na maioria das vezes, o aluno precisa apresentar projetos ou defender ideias (Professor 11).*

*Muito necessária, até porque, tem muitas situações do dia a dia deles, que eles vão enfrentar na carreira profissional que vai depender disso. Ontem mesmo a gente estava tendo a seleção de monitoria, e no fim das contas, foi a entrevista que definiu, a forma como eles se expressaram. E teve até um aluno que a gente sabia do potencial, só que a gente fez, ah! Mas, não se destacou tanto na fala, acabou não sendo selecionado (Professor 12).*

Um Professor narrou um episódio, disse:

*Ano passado, fomos finalista do prêmio LED (Laboratório de Educação Digital), que é o Desafio Globo da Educação, ganhamos em todas as categorias e na última, que era para apresentar o projeto desenvolvido, o aluno não soube se expressar, não conseguiu falar nada, travou totalmente, só perdemos a premiação por conta disso, e eu não pude fazer nada, porque não podia falar por ele! (Professor 13).*

Outro entrevistado enfatizou:

*Eles serão futuros profissionais com diploma de uma profissão específica técnica, e precisarão de fato se comunicar para quando forem executar um serviço específico, saberem repassar o que está sendo demandado (Professor 14).*

Essas falas reiteram a pertinência do tema, uma vez que a EPT visa preparar os estudantes para os múltiplos contextos do mundo do trabalho, onde a oralidade é cada vez mais exigida.

Ao relacionar as percepções docentes às vivências educacionais dos estudantes, observa-se que os impactos da oralidade extrapolam além da sala de aula. Os professores relataram situações em que a falta de desenvoltura na expressão oral comprometeu o desempenho dos alunos em entrevistas, apresentações de projetos e atividades avaliativas, chegando, inclusive, a resultar na perda de premiações de grande relevância educacional, conforme relatado. Esse dado evidencia que a ausência de práticas sistemáticas voltadas ao desenvolvimento da oralidade não apenas limita a competência comunicativa dos estudantes, mas também restringe suas possibilidades de inserção acadêmica e profissional. Em contrapartida, quando estimulados a se expressar oralmente, os alunos demonstram maior autoconfiança, engajamento e capacidade argumentativa, competências essenciais tanto para o mundo do trabalho quanto para a vida acadêmica e participação social.

De modo geral, os dados obtidos nas entrevistas com os professores reafirmam o problema central da pesquisa: a oralidade continua sendo tratada de forma secundária no currículo, mesmo diante de sua relevância para a formação crítica, autônoma e integral dos estudantes. Ao mesmo tempo, os relatos apontam para a necessidade de um material pedagógico que subsidie o ensino sistemático da oralidade, especialmente por meio de gêneros orais que mobilizem saberes linguísticos, discursivos e sociais.

Esses achados reforçam a proposta do produto educacional desta pesquisa, a elaboração de um Guia Didático voltado para o trabalho com oralidade no Ensino Médio Integrado, que contemple práticas significativas, estratégias metodológicas e instrumentos avaliativos específicos, alinhados às diretrizes da EPT e aos desafios vivenciados pelos docentes. Segundo Marinho et al. (2019), o trabalho direcionado ao incentivo da fala em público promove e aprimora as habilidades de comunicação oral dos estudantes, mobiliza atitudes positivas do comunicador, fortalece a autoconfiança do falante, desenvolve a expressividade e contribui para a redução da ansiedade ao falar em público.

Dentre as sugestões dos docentes para fortalecer o ensino da oralidade, destacam-se: a promoção de oficinas temáticas, criação de projetos interdisciplinares, e a valorização de práticas que abordam o aspecto emocional da comunicação. Também se enfatiza a necessidade de recursos adequados (como microfones, espaços apropriados para apresentações e teatro) e a divulgação institucional das boas práticas já existentes, como forma de consolidar uma cultura de valorização da oralidade no contexto educacional.

#### **4.2 Percepções discentes sobre a oralidade: análise das entrevistas com os estudantes do 1º INTIN**

Com o intuito de compreender as percepções discentes sobre a presença (ou ausência) da oralidade no contexto educacional, foram realizadas entrevistas com 24 estudantes do 1º INTIN. Analisadas sob a ótica da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), essas falas trazem à tona sentimentos, experiências e expectativas sobre o lugar da linguagem oral na formação educacional. A seguir, as principais categorias emergentes são apresentadas, com suporte em falas reais dos estudantes, organizadas em torno dos temas propostos nesta pesquisa.

Uma das principais percepções manifestadas pelos alunos refere-se à supremacia da escrita em relação à oralidade. Muitos relataram que gostariam que houvesse mais atividades orais para que pudessem se desenvolver e aprender mais.

*Tem disciplinas que juntam os dois, a oralidade e a escrita, mas, assim, tem outros que não praticam a oralidade, só fazem prova, prova, prova (Aluno 1).*

*Na maioria das vezes, o foco é só na escrita, a gente sente falta de aprender a se comunicar melhor; principalmente porque tem gente que trava na hora de apresentar; acho que deveria ter mais apresentações, mais debates (Aluno 2).*

*A escrita é bem mais explorada em comparação com a oralidade, acho que deveria ter oficinas ensinando como apresentar os trabalhos orais (Aluno 3).*

*É claro que a escrita é muito importante, tem que ter uma redação para passar no vestibular; no ENEM, só que o foco é muito na escrita, mas acaba que os alunos não aprendem a organizar os pensamentos, as palavras, falando muito mal (Aluno 4).*

As falas demonstram que os estudantes reconhecem a importância da oralidade, mas relatam um desequilíbrio entre o tratamento da oralidade e da escrita, sendo esta última mais sistematicamente desenvolvida.

Para Schneuwly e Dolz (2004), a oralidade costuma ser explorada no contexto educacional apenas em atividades cotidianas, como a correção de exercícios, a leitura de textos ou o esclarecimento de dúvidas. No entanto, raramente é tratada como objeto sistemático de ensino, voltado ao aprimoramento das capacidades de dizer e ouvir. O autor destaca que o papel da instituição de ensino, no trabalho com os gêneros orais, deve consistir em promover produções autorreguladas, de caráter mais formal e mediado, nas quais o estudante desenvolva um controle consciente e voluntário sobre sua própria expressão e comportamento comunicativo.

Conforme defende Marcuschi (2010), tanto a oralidade quanto a escrita são práticas fundamentais para a vida em sociedade; no entanto, não se deve confundir os papéis e contextos de uso que caracterizam cada uma delas. A instituição educativa, portanto, não pode negligenciar nem excluir o trabalho com os gêneros orais, mas deve promover o

desenvolvimento do domínio da fala em diferentes situações comunicativas, favorecendo a ampliação das competências linguísticas e discursivas dos estudantes.

A maioria dos estudantes manifestam dificuldades em falar em público, relatando sintomas como nervosismo, ansiedade, lapsos de memória e o medo de julgamento. Essas reações indicam que a oralidade, para além de uma habilidade técnica, envolve aspectos afetivos que impactam diretamente o desempenho dos discentes.

*Fico ansiosa, e na hora de falar eu me esqueço (Aluno 5).*

*Fico muito nervosa, na minha primeira apresentação que fiz aqui no IF, eu chorei de tanto medo, tive crise de ansiedade, não consegui falar, apresentar nada (Aluno 6).*

*Fico muito nervoso, desconfortável, fico olhando direto para o celular ou pra folha na hora de falar (Aluno 7).*

*Dá aquele frio na barriga, acabo esquecendo alguma coisa, dá um branco. (Aluno 8)*  
*Meu cérebro processa muito rápido, só que minha boca não consegue formular as palavras (Aluno 9).*

Tais relatos evidenciam a ausência de um trabalho pedagógico estruturado e progressivo com a linguagem oral, capaz de promover não apenas o domínio expressivo, mas também a segurança emocional dos estudantes em situações de exposição pública. Esse cenário reforça a necessidade de atividades didáticas intencionais que instituem um ambiente formativo e acolhedor para o desenvolvimento da oralidade. De acordo com Fonseca D’el Rey e Pacini (2005), quando o medo de falar em público se manifesta de forma intensa, pode gerar impactos negativos na vida dos indivíduos na comunidade, estando, em casos mais severos, associado ao diagnóstico de fobia social, causando sofrimento nos mesmos. A ausência de intervenções adequadas durante a escolarização pode contribuir para a manutenção ou agravamento desse quadro, com impactos duradouros na trajetória social e laboral dos sujeitos.

Outra categoria identificada com a análise das entrevistas dos alunos é o reconhecimento da relevância da oralidade para a vida acadêmica, profissional e pessoal, especialmente em situações como entrevistas, apresentações, emprego e relações interpessoais.

*Se você não praticar isso, quando você precisar apresentar um projeto na empresa que você trabalha, não vai conseguir (Aluno 10).*

*É muito importante, porque para qualquer coisa que você for fazer, sempre vai precisar de uma boa habilidade para falar em público (Aluno 11).*

*Vai ser muito útil, porque como eu quero a área da saúde, precisarei saber me comunicar com os pacientes (Aluno 12).*

*É necessário para você perder o medo de falar em público, saber se expressar, não só na questão acadêmica, mas emocionalmente também (Aluno 13).*

As falas evidenciam que, os próprios estudantes compreendem o valor da oralidade para sua inserção no mundo do trabalho, o que reforça a urgência de estratégias didáticas que contemplem essa dimensão na formação técnica e humana.

A análise das entrevistas com os estudantes confirma a hipótese central desta pesquisa: a linguagem oral permanece minimizada no cotidiano escolar, mesmo em um contexto educacional que preza pela formação integral e articulação com o mundo do trabalho, como é o caso da EPT. As falas revelam uma demanda clara por práticas mais efetivas, intencionais e pedagógicas voltadas para o desenvolvimento da oralidade. Tal constatação reafirma a pertinência do produto educacional proposto: o Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado, concebido a partir das contribuições dos docentes entrevistados. O guia busca instrumentalizar e incentivar professores na elaboração de atividades com gêneros orais, contribuindo para a superação da lacuna curricular identificada e para o fortalecimento da formação integral dos estudantes.

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional desenvolvido nesta pesquisa, consiste em um Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado (Apêndice J). Seu objetivo central é subsidiar professores de língua portuguesa e também de outras áreas, com propostas didáticas que promovam práticas significativas de oralidade, de forma interdisciplinar, contextualizada e alinhada às demandas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O produto educacional, concebido como objeto de aprendizagem, foi estruturado em formato de oficinas. Inserido na área de ensino e articulado à dimensão extensionista, conforme as diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Brasil, 2017), o guia apresenta propostas que aliam teoria e prática, ampliando as oportunidades de aprendizagem e favorecendo a formação integral dos estudantes. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão, reafirma o compromisso com a construção de conhecimentos significativos e com sua aplicação prática, beneficiando simultaneamente a comunidade acadêmica e a sociedade.

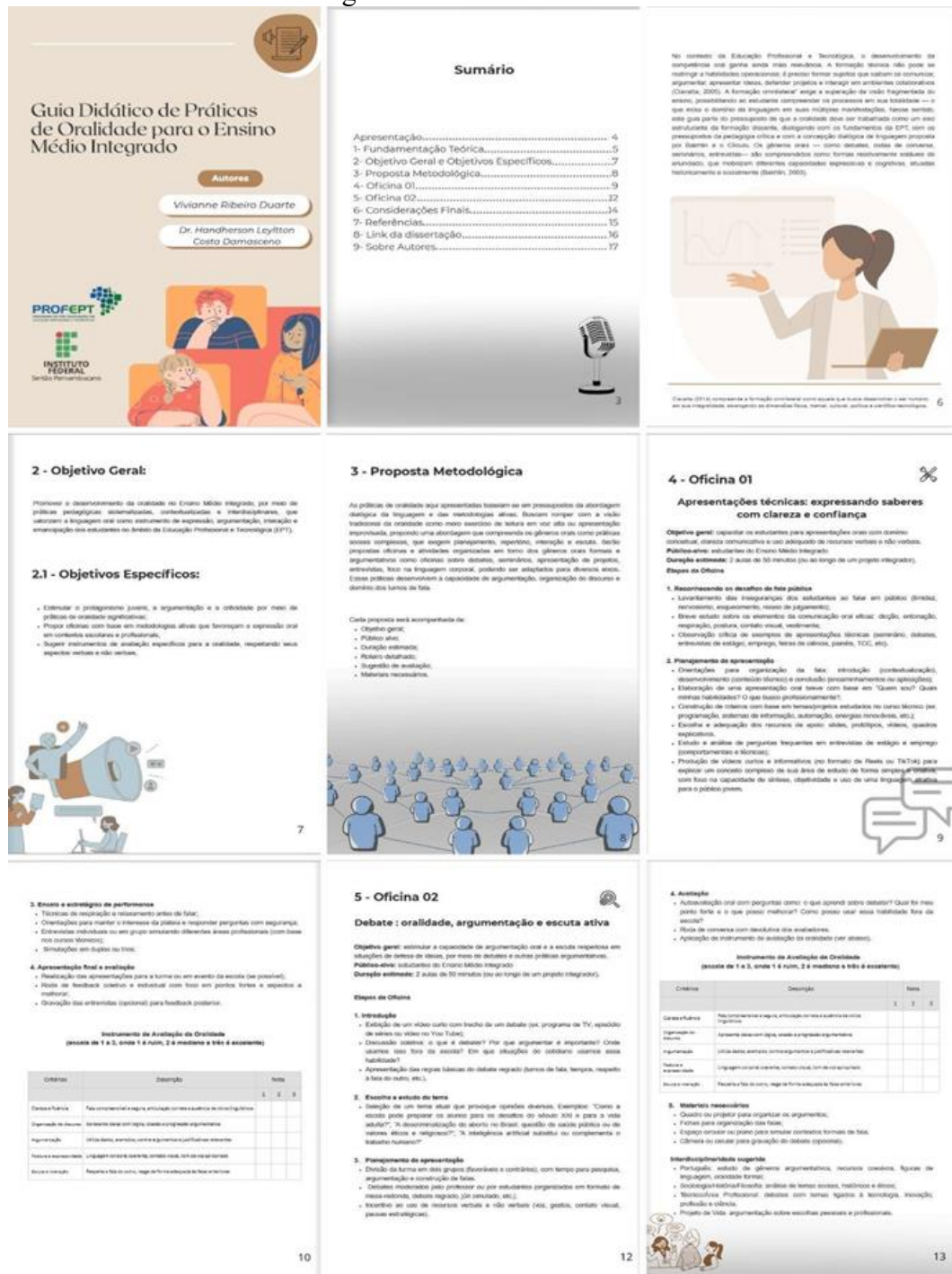
As oficinas propostas contemplam aspectos fundamentais, como a expressão verbal e não verbal, o planejamento do discurso, o desenvolvimento da capacidade argumentativa e técnicas de falar em público. A partir de atividades práticas e reflexivas, os estudantes são incentivados a explorar e aprimorar a oralidade e a oratória, fortalecendo competências essenciais tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional.

O guia apresenta dois modelos de oficinas a serem desenvolvidos com as turmas do Ensino Médio Integrado: Oficina 1 – Apresentações técnicas: expressando saberes com clareza e confiança e Oficina 2 – Debate: oralidade, argumentação e escuta ativa. Além disso, o material está disponibilizado ao público por meio do link<sup>4</sup>, assim como também foi desenvolvido no formato de cartilha digital e eventualmente, em versão impressa.

---

<sup>4</sup> Link ao acesso do produto educacional no formato de cartilha digital: <https://heyzine.com/flip-book/61b248a1ff.html#page/1>

**Figura 2:** Produto Educacional – Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado no formato de cartilha digital



Fonte: A autora (2025)

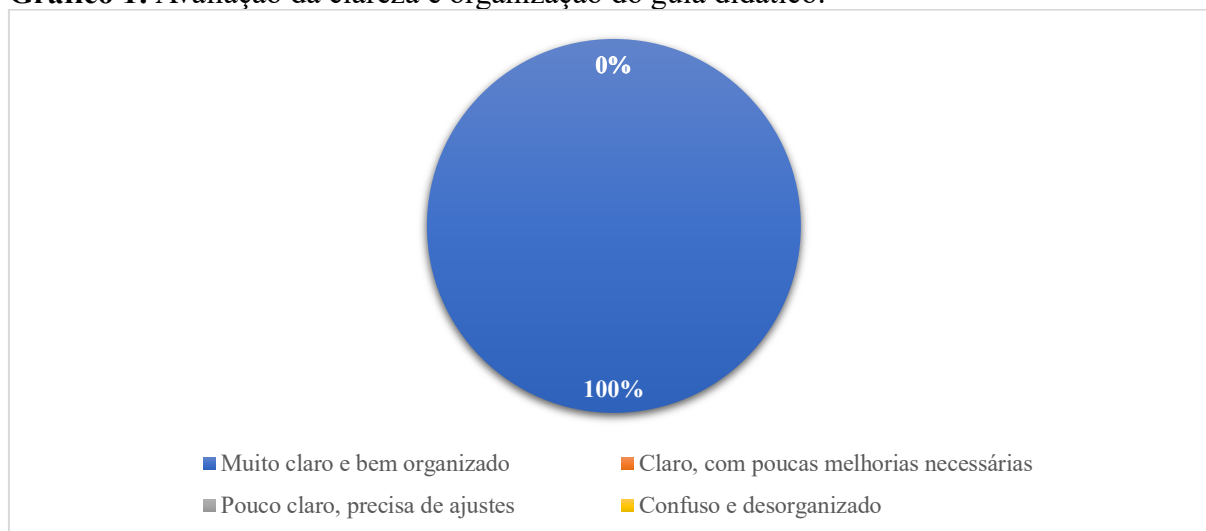
Com o intuito de aprimorar e validar o produto educacional como ferramenta pedagógica, realizamos sua avaliação junto aos professores (efetivos e substitutos) e aplicação com os estudantes do 1º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN).

Essa etapa mostrou-se fundamental para identificar fragilidades, sugerir melhorias e avaliar a eficácia das estratégias pedagógicas adotadas, contribuindo para o aprimoramento contínuo do processo de ensino e aprendizagem.

### 5.1 Validação do produto educacional pelos professores

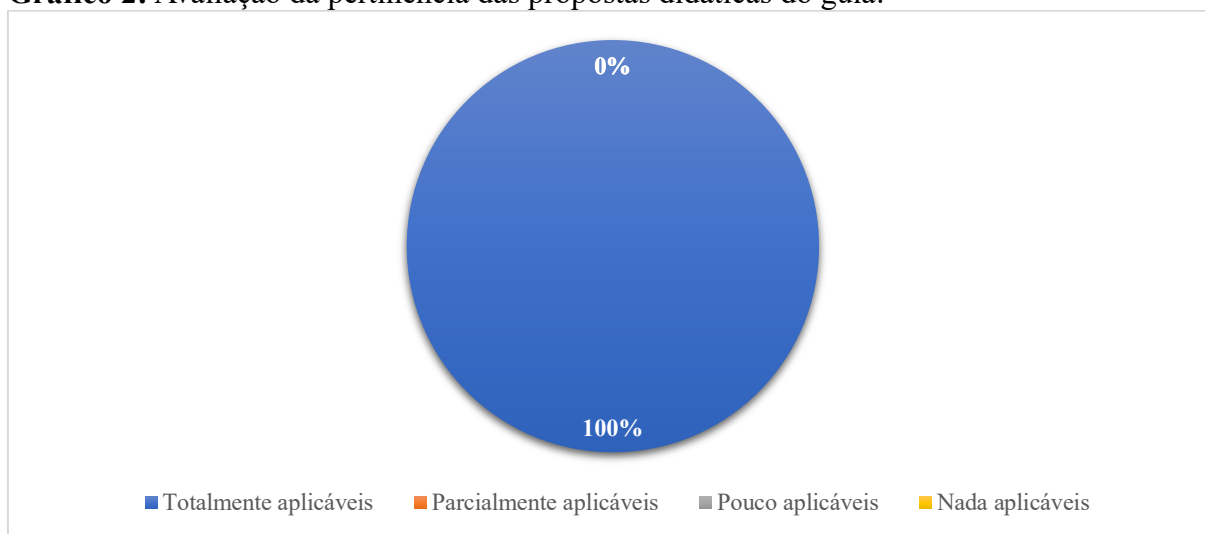
A validação do produto educacional junto aos professores participantes da pesquisa constituiu uma etapa fundamental para verificar sua aplicabilidade e potencial de contribuição no contexto do Ensino Médio Integrado. Os docentes foram convidados a analisar o Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado através de um questionário avaliativo no Google Forms<sup>5</sup> (Apêndice H) contendo 4 questões, sendo 3 de múltipla escolha e 1 questão aberta para sugestões, todos os 14 professores entrevistados avaliaram o guia e responderam ao questionário registrando suas percepções acerca da clareza, relevância e viabilidade pedagógica do material, bem como apresentaram sugestões de aprimoramento. Os resultados obtidos permitiram não apenas confirmar a relevância do guia como recurso didático, mas também identificar ajustes necessários para torná-lo ainda mais adequado às demandas do currículo da Educação Profissional e Tecnológica e às práticas de oralidade na EPT.

**Gráfico 1:** Avaliação da clareza e organização do guia didático.

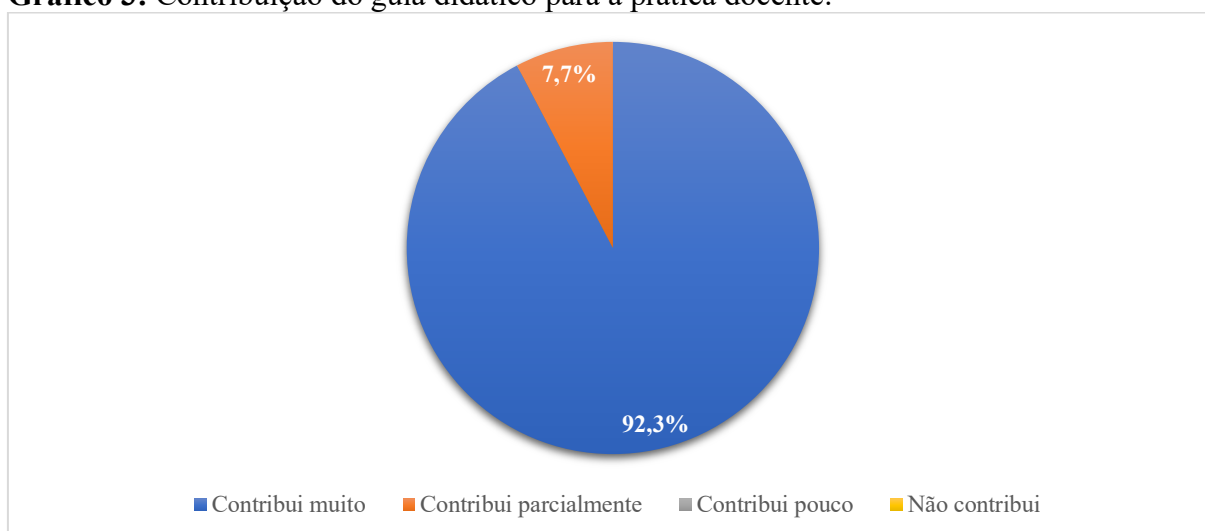


Fonte: Pesquisa direta

<sup>5</sup> Link ao acesso às respostas dos questionários dos professores: <https://docs.google.com/forms/d/1aJsJqLIF9MDxytBaOg-bSOCMWhNet75-9IEv6kuGntY/edit#responses>

**Gráfico 2:** Avaliação da pertinência das propostas didáticas do guia.

Fonte: Pesquisa direta

**Gráfico 3:** Contribuição do guia didático para a prática docente.

Fonte: Pesquisa direta

De modo geral, os docentes consideraram o guia claro, organizado, pertinente e adequado ao contexto do Ensino Médio Integrado, com uma aprovação de 100%, ressaltando sua relevância para subsidiar práticas de oralidade de forma interdisciplinar. A pergunta 3 sobre sua contribuição para prática docente, 92,3% responderam “contribui muito” e um pequeno percentual de 7,7%, ou seja, 1 professor respondeu “contribui parcialmente”. Entre as sugestões de aprimoramento, destacaram-se a inclusão de novas propostas metodológicas, como atividades ligadas à produção de vídeos curtos para redes sociais e ajustes técnicos e de formatação, como a melhor organização de notas de rodapé e a disponibilização do guia em link de acesso público, a fim de facilitar sua utilização. Tais contribuições demonstram não

apenas a aceitação do material, mas também o engajamento crítico dos docentes, que buscaram colaborar para seu aperfeiçoamento e maior aplicabilidade.

Diante dos resultados apresentados, constata-se que o feedback dos professores foi decisivo para a validação do produto educacional, evidenciando sua relevância como recurso de apoio pedagógico para fortalecer a oralidade no currículo da Educação Profissional e Tecnológica e no seu desenvolvimento prático em sala de aula, ao mesmo tempo em que indicou sugestões, as quais já foram acatadas e efetivadas pela pesquisadora no referido produto educacional.

## **5.2 Validação do produto educacional pelos alunos**

A pesquisadora realizou a aplicação do produto educacional em sala de aula com a turma do 1º INTIN, contando com a participação de 33 estudantes, por meio da Oficina 1 do Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado — Apresentações técnicas: expressando saberes com clareza e confiança. A atividade foi estruturada de modo interativo, contemplando momentos teóricos e práticos, a fim de favorecer a reflexão e a vivência dos aspectos envolvidos na prática da oralidade.

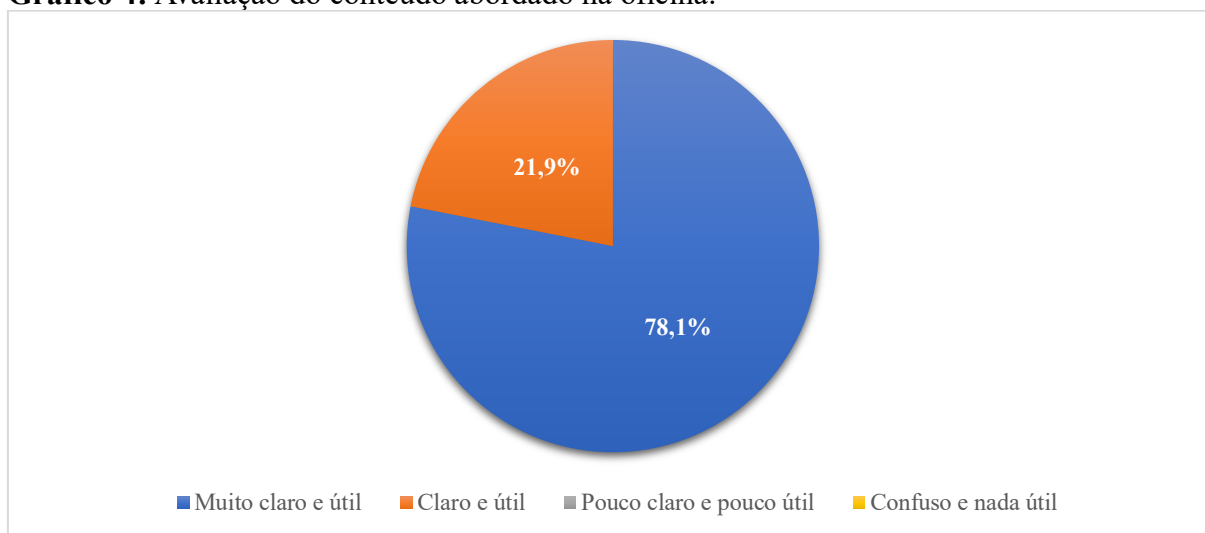
Nesse sentido, foram abordadas não apenas as dimensões técnicas da comunicação oral como: dicção, gesticulação, postura, contato visual, vestimenta, organização da fala, interação com o público e uso de recursos didáticos, mas também fatores de ordem psicológica que incidem diretamente no desempenho do estudante, a exemplo do enfrentamento do medo, do controle da ansiedade, da preparação antecipada e da superação da insegurança. Para tanto, recorreu-se a estratégias como o estudo prévio do tema e o uso de técnicas de respiração, que se mostraram fundamentais para o fortalecimento da autoconfiança e para a construção de uma postura mais consciente e assertiva diante de situações de exposição oral.

Na etapa final, realizou-se uma atividade prática em que cada estudante dispôs de até três minutos para uma breve apresentação pessoal, respondendo às questões: “Quem sou eu? Quais minhas habilidades? O que busco profissionalmente?”. Em um ambiente de aprendizagem, os alunos puderam exercitar a oralidade em diferentes níveis de segurança. A maioria conseguiu vencer o medo inicial e realizar sua apresentação utilizando as técnicas trabalhadas; outros, mais tímidos, preferiram não se apresentar, só observaram. O momento configurou-se como uma experiência de partilha e aprendizado, em que se tornou evidente o interesse dos estudantes em superar seus receios e desenvolver a oralidade.

Observou-se, ainda, que a prática recorrente tende a potencializar e encorajar os alunos, favorecendo sua capacidade de se expressar com clareza e segurança. Para o fechamento da oficina, foi exibido o vídeo “Falando nisso... técnicas para falar em público na EPT”, produto educacional desenvolvido no ProfEPT por Romanha (2019), que apresenta dez estratégias para melhorar a comunicação em contextos acadêmicos e profissionais.

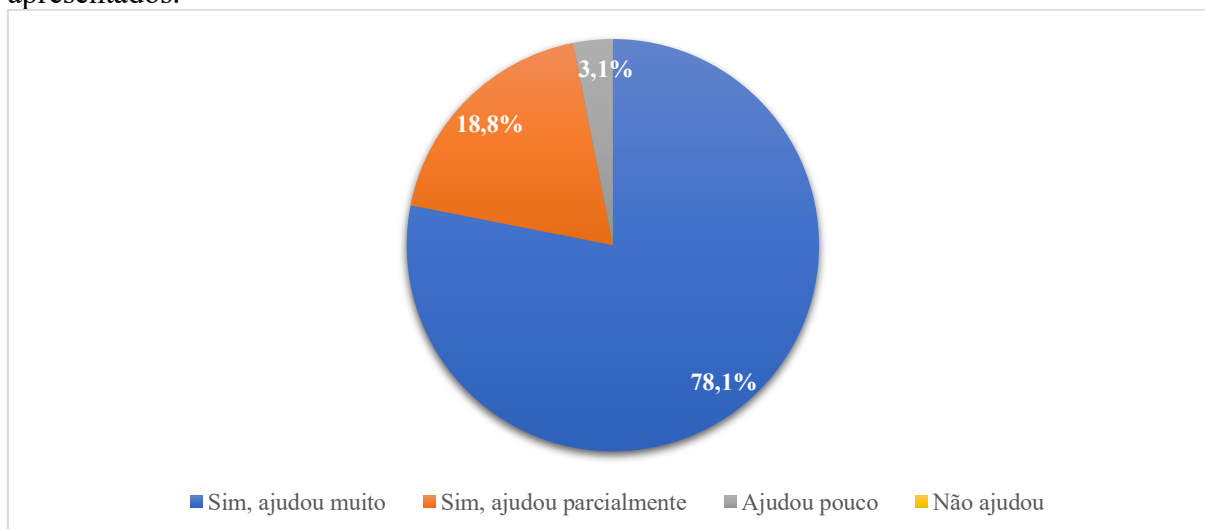
Após a exibição, foi disponibilizado um QR Code para preenchimento de um questionário avaliativo via Google Forms (Apêndice I), composto por 6 questões de múltipla escolha. O questionário teve um total de 33 respostas, as quais serão apresentadas a seguir:

**Gráfico 4:** Avaliação do conteúdo abordado na oficina.

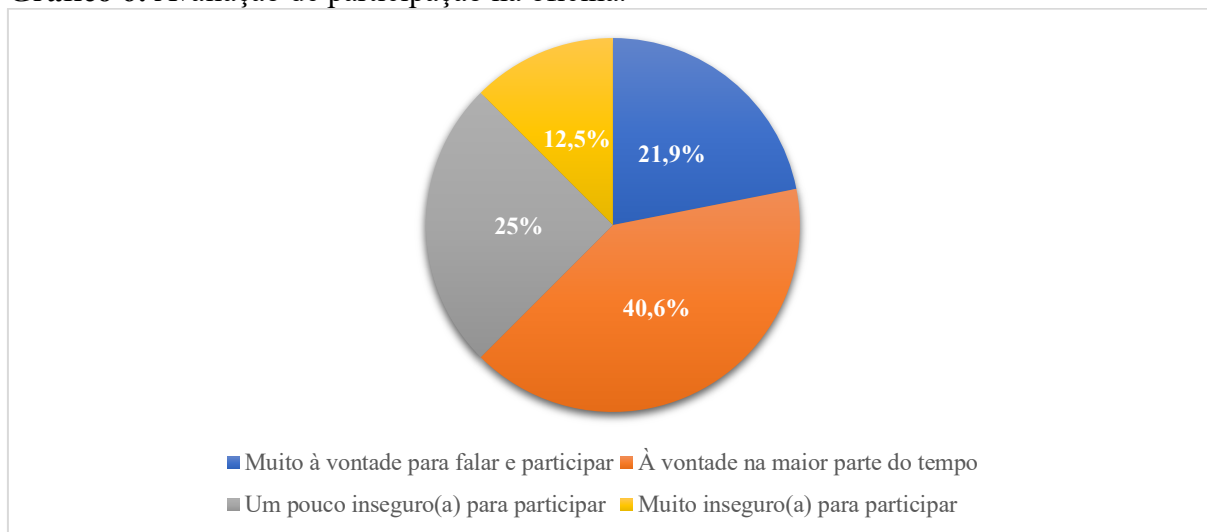


Fonte: Pesquisa direta

**Gráfico 5:** Avaliação da contribuição da atividade prática para a compreensão dos conceitos apresentados.



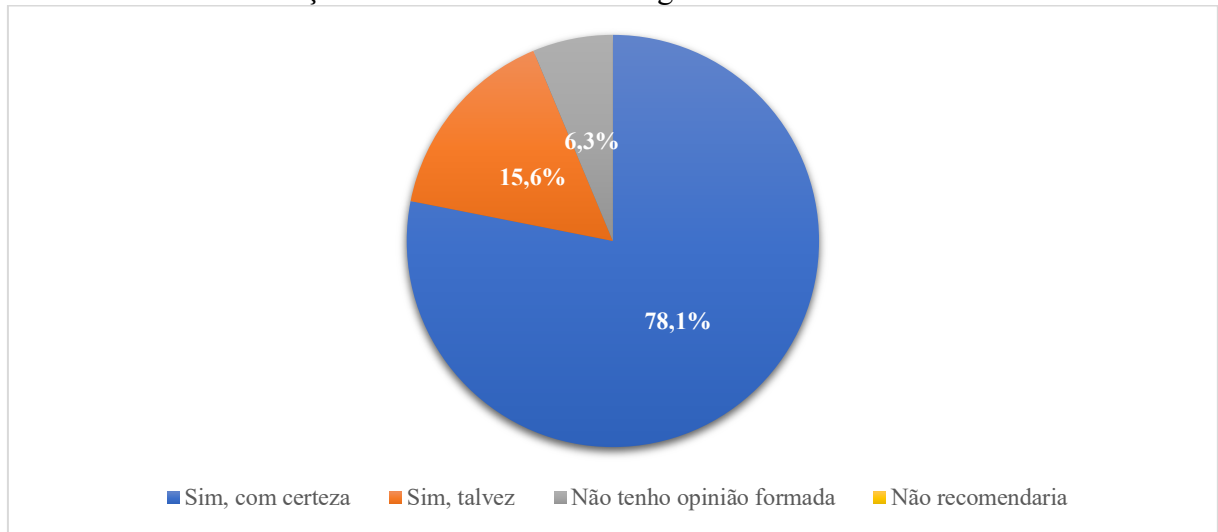
Fonte: Pesquisa direta

**Gráfico 6:** Avaliação de participação na oficina.

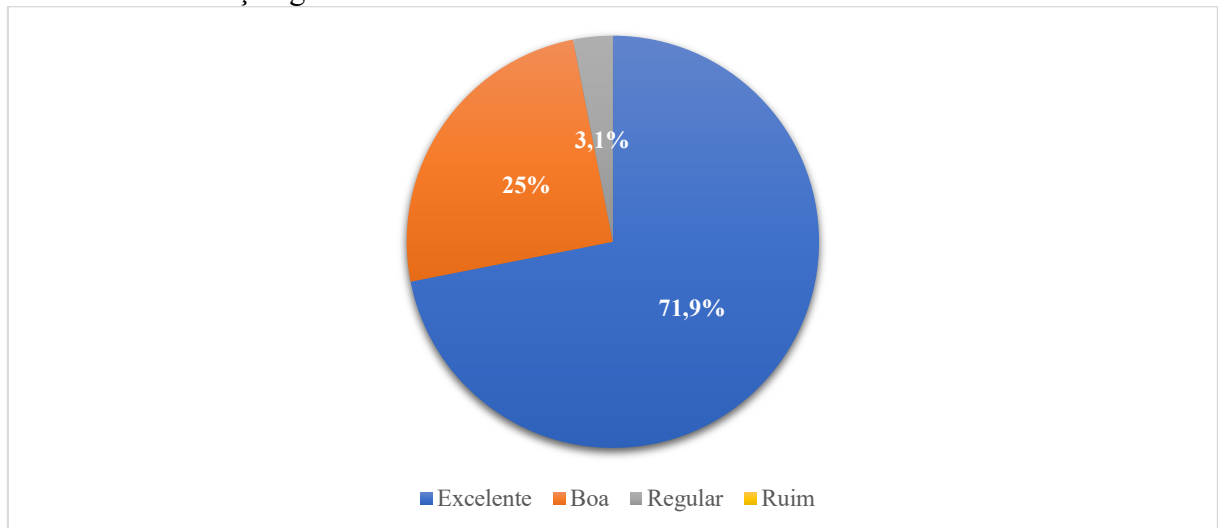
Fonte: Pesquisa direta

**Gráfico 7:** Avaliação do tempo destinado à oficina.

Fonte: Pesquisa direta

**Gráfico 8:** Recomendação da oficina a outros colegas.

Fonte: Pesquisa direta

**Gráfico 9:** Avaliação geral da oficina de oralidade.

Fonte: Pesquisa direta

**Figura 3:** Apresentação e validação do Produto Educacional.



Fonte: Autora (2025).

A avaliação realizada pelos estudantes do 1º INTIN, por meio do questionário de feedback, revelou percepções bastante positivas em relação à oficina de oralidade. No que se refere ao conteúdo abordado, a ampla maioria considerou-o “muito claro e útil” (78,1%) e “claro e útil” (21,9%), demonstrando que os objetivos pedagógicos foram alcançados.

A atividade prática, momento em que os alunos puderam se apresentar oralmente, foi avaliada como altamente significativa: a maior parte apontou que ela “ajudou muito” (78,1%) e “ajudou parcialmente” (21,9%) na compreensão dos conceitos, confirmando a importância da vivência concreta para o desenvolvimento da oralidade.

Quanto ao nível de participação, as respostas mostraram um quadro variado: declararam sentir-se “muito à vontade para falar e participar” (21,9%); “à vontade na maior parte do tempo” (40,6%) e “um pouco inseguro” (25%) e “muito inseguro para participar” (12,5%). Esse dado indica que a oralidade, por ser uma habilidade construída gradativamente, demanda práticas recorrentes e um ambiente de incentivo que fortaleça a confiança dos estudantes.

Em relação ao tempo destinado à oficina, a maioria o considerou “suficiente e bem aproveitado” (68,7%), embora alguns tenham sugerido “suficiente, mas poderia ser melhor aproveitado” (18,8%) e outros declararam “insuficiente” (12,5%), o que demonstra que alguns necessitam de um tempo a mais dedicado a oralidade.

Já no tocante à possibilidade de recomendar a oficina, prevaleceu a opção “sim, com certeza” (78,1%), “sim, talvez” (15,6) e “não tenho opinião formada” (6,3%). Esse dado revela o reconhecimento do valor formativo da experiência.

Por fim, a avaliação geral da oficina foi predominantemente “excelente” (71,9%) e “boa” (25%), com pouquíssimos registros de avaliação “regular” (3,1%). Esse resultado aponta para a efetividade da proposta em despertar interesse, promover a reflexão e ampliar as competências de oralidade, além de reforçar a pertinência do produto educacional como recurso pedagógico no Ensino Médio Integrado.

As oficinas propostas neste guia tiveram como foco o desenvolvimento da oralidade no contexto acadêmico. Sua aplicação evidenciou uma contribuição significativa para o aprimoramento da comunicação dos estudantes, refletindo-se na qualidade de suas apresentações. Além disso, demonstraram potencial para fortalecer o desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional dos participantes.

Almeja-se que o produto educacional aqui desenvolvido possa influenciar diretamente a aprendizagem dos alunos, facilitando a construção do conhecimento em seu contexto educacional. Para que isso ocorra, a instituição de ensino deve garantir que os materiais didáticos, elaborados como produtos educacionais, integrem um conjunto diversificado de

recursos e estejam alinhados à mediação do professor, rompendo barreiras no processo de ensino e aprendizagem e promovendo um desenvolvimento mais efetivo e significativo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar de quais maneiras a inserção da oralidade no currículo, especialmente no componente de língua portuguesa, pode contribuir para a formação integral dos estudantes do ensino médio do IFPB – Campus Cajazeiras. Partiu-se da constatação de que, embora prevista nas orientações da BNCC e reconhecida como dimensão essencial da linguagem, a oralidade ainda é frequentemente minimizada nos currículos e nas práticas pedagógicas, sobretudo no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Os resultados evidenciam que a linguagem oral, articulada à linguagem escrita, constitui um caminho para uma educação que fomente o pensamento crítico e reflexivo. A EPT não se limita ao desenvolvimento de habilidades técnicas; ela visa estimular a ação transformadora na sociedade. Ao capacitar os indivíduos a pensar de forma independente, agir de maneira consciente e usar a palavra como uma ferramenta de mudança social, permite-se que se tornem agentes de transformação em seu próprio contexto.

O estudo evidenciou a relevância da oralidade para a vida acadêmica, social e profissional. Contudo, permanecem desafios significativos: a sua invisibilidade no currículo integrado, a ausência de formação docente voltada às práticas orais, as inseguranças emocionais dos discentes diante de situações de exposição, a carência de estratégias sistematizadas e de recursos pedagógicos específicos, além da falta de instrumentos avaliativos consistentes.

A análise das entrevistas e do Plano Pedagógico de Curso (PPC) técnico em informática revelou uma lacuna na valorização da oralidade como dimensão formativa, especialmente diante das exigências do mundo do trabalho, que demanda competências comunicativas cada vez mais complexas. O currículo integrado, entretanto, apresenta potencial para ampliar horizontes, articulando a formação geral ao campo profissional, favorecendo a construção do projeto de vida dos estudantes por meio da valorização da oralidade.

Os objetivos específicos também foram contemplados: identificaram-se os principais desafios relacionados à linguagem oral enfrentados pelos estudantes, tais como insegurança, medo de falar em público, dificuldades argumentativas e ausência de práticas pedagógicas estruturadas; compreendeu-se o papel da oralidade no processo formativo, reconhecendo-a como competência indispensável para a vida acadêmica, social e profissional; e, por fim, elaborou-se o Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado, produto educacional construído a partir das demandas identificadas na pesquisa, nas entrevistas e validado junto aos docentes, com potencial para instrumentalizar práticas pedagógicas mais efetivas e contribuir para a superação da lacuna curricular observada.

O Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado foi organizado no modelo de oficinas que articulam teoria e prática com o objetivo de subsidiar docentes de língua portuguesa e de outras áreas no desenvolvimento de atividades significativas de oralidade. A validação junto a docentes confirmou sua pertinência e aplicabilidade, ao mesmo tempo em que indicou possibilidades de aprimoramento, como a ampliação de estratégias metodológicas e a integração com outros componentes curriculares, (como artes, filosofia, história). A aplicação de uma das oficinas com estudantes do 1º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) demonstrou o potencial da proposta para estimular criticidade, autoconfiança e protagonismo, além de abrir perspectivas para outras iniciativas complementares, como palestras, workshops, concursos de oratória, por exemplo.

Por fim, ressalta-se que a oralidade não deve ser compreendida como prática exclusiva da disciplina de língua portuguesa, mas como eixo transversal e integrador, capaz de potencializar aprendizagens em diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, espera-se, assim, que este trabalho contribua para o fortalecimento do debate sobre a oralidade na EPT, inspire a elaboração de novos produtos educacionais e estimule investigações sobre componentes curriculares, livros didáticos e práticas pedagógicas adotadas pelas instituições de ensino em todo o Brasil. Ao reconhecer a oralidade como dimensão indissociável da formação omnilateral, reforça-se sua importância para o desenvolvimento humano integral dos educandos, incentivando metodologias que valorizem a comunicação e preparando os estudantes para atuar de forma crítica, criativa e autônoma nos diferentes contextos sociais e profissionais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. O. de. Educação e serviço público federal: o que esperar do governo Lula? **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 6, n. 1, p. 15420-01i, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/15420/7826>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ARAÚJO, F. B. S. A oralidade entre o prescrito e o possível: a modalidade oral no currículo e na prática de docentes de língua portuguesa do ensino médio da rede estadual de Pernambuco. 2021. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/36349/23876>. Acesso em: 9 abr. 2024.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da União, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saude Publica. Diário Oficial da União, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Diário Oficial da União, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição de 1946**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6545.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm). Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 1997. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=106035&filename=LegislacaoCitada%20-PL%207375/2002](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=106035&filename=LegislacaoCitada%20-PL%207375/2002). Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria MEC nº 646, de 14 de maio de 1997.** Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). Ministério da Educação e Cultura, 1997. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf). Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Senado Federal. Presidência da República, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5154-23-julho-2004-533121-normaatualizada-pe.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=713583](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=713583). Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2008. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11788-25-setembro-2008-581200-publicacaooriginal-104017-pl.html>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS nos. 196/96, 303/2000 e 404/2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Resolução no 510, de 7 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Área Ensino: Documento de área**. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Institucional, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-quadrienal-2017/21012022\\_Ensino.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-quadrienal-2017/21012022_Ensino.pdf). Acesso em 07 de jul. de 2024

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm). Acesso em 20 de maio de 2024.

BRASIL. **Governo federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais**. Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 17 mar. 2024.

BUENO, L.; COSTA-HÜBES, T. C. **Gêneros orais no ensino**. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

BUNZEN, C. A fabricação da disciplina escolar Português. **Revista Diálogo Educacional**, v. 11, n. 34, p. 885–911, 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/4513>. Acesso em: 5 nov. 2024.

CABRAL, D. M. B. Quem canta seus males espanta: um caderno de atividades para o ensino da oralidade e da escrita no contexto de formação do técnico de nível médio. 2021.

**Dissertação** (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, 2021.

CALDEIRA, F. A. **(R) Urbanização paraibana – Cajazeiras, “a cidade que ensinou a Paraíba a ler”**. In: MELO, José Otávio de Arruda (coord.) Capítulos de história da Paraíba. Campina Grande: Grafset, 1987.

CARDOSO, B. L. A.; GUERRA, L. L. de L.; SOUSA, J. M. de. Efeitos de uma disciplina de relações interpessoais no repertório social de estudantes de exatas. **Psico**, v. 51, n. 3, p. 1-13, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2020.3.34055>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CARVALHO, R. S.; FERRAREZI JR., C. **Oralidade na educação básica: o que saber, como ensinar**. São Paulo: Parábola, 2018.

CECHIN, M. R.; PILATTI, L. A. Da formação de artífices à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Pro-Posições**, v. 34, p. e20210113, 2023.

CHAVES, L. Q. L. Um breve comparativo entre as LDBs. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 29, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/um-breve-comparativo-entre-as-ldbs>. Acesso em: 2 abr. 2024.

CIAVATTA, M. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

COSTA-MACIEL, D. A. G. (Org.). **Por que ensinar gêneros orais na escola? Teorias e didatizações**. Olinda: Editora da Universidade de Pernambuco, 2018.

COSTA-MACIEL, D. A. G. da; BILRO, F. K. da S. O que é ensinar a oralidade? Análise de proposições didáticas apresentadas em livros destinados aos anos iniciais da Educação Básica. **Educação em Revista**, v. 34, p. e165712, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LvZJ8QpLLLwGV98ZfnSTw4K/?lang=pt>. Acesso em: 24 de jun. de 2024.

DELLA FONTE, S. S. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 2, n. 2, p. 6-19, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v2i2.383>. Acesso em: 1 ago. 2024.

D'EL REY, G. J. F.; PACINI, C. A. Medo de falar em público em uma amostra da população: prevalência, impacto no funcionamento pessoal e tratamento. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 237-242, 2005.

DUARTE, V. R. O exercício da oratória como competência no desenvolvimento dos alunos do 1º ano do ensino médio integrado em informática do IFPB Campus Cajazeiras. **Cadernos Cajuína**, v. 8, n. 2, e238203, 2023.

ESCOTT, C. M. Educação profissional e tecnológica: avanços, retrocessos e resistência na busca por uma educação humana integral. **Revista de Educação Pública**, v. 29, 2020.

FRANCISCHINI, A. W. F. Guardiões das Memórias: um estudo sobre práticas de uso da Língua Portuguesa na Comunidade Rural Remanescente Quilombola de Furnas do Dionísio, Jaraguari (MS). **Tese** (Doutorado em Letras), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/19953>. Acesso em: 10 abr. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005.

FRIMAN, P. C. Behavior analysts to the front! A 15-step tutorial on public speaking. **The Behavior Analyst**, v. 37, n. 2, p. 109–118, 2014.

GRILO, A. P. S. da.; PINA-OLIVEIRA, A. A.; PUGGINA, A. C. G. Falar em público: relações com competência em comunicação, ansiedade e experiências de oratória de discentes. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 9, 2019.

IFPB. **Resolução 54-2022**. Plano Político Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Informática. IFPB, 2022. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-54-2022-ppc-anexo.pdf/view>. Acesso em: 1 mar. 2024.

IFPB. **Sobre o Campus Cajazeiras**. IFPB, 2024. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/cajazeiras/institucional/sobre-o-campus>. Acesso em: 3 mar. 2024.

JONES, C. R.; FAZIO, R. H.; VASEY, M. W. Attentional control buffers the effect of public-speaking anxiety on performance. **Social Psychological and Personality Science**, v. 3, n. 5, p. 556–561, 2012.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, v. 20, n. 2, p. 13-36, 2016.

LIMA, A. P. M. de.; SOUZA, F. C. S.; OLIVEIRA, L. A. B. de. A legalização da dualidade no ensino técnico brasileiro: um estado do conhecimento sobre o Decreto nº 2.208/1997. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, n. 47, p. 172-180, 2019.

LOUSADA, E. G.; et al. **Gêneros orais e ensino de línguas: propostas de pesquisa e dispositivos didáticos**. Campinas: Pontes Editores, 2023.

MAGALHÃES, T. G.; CALLIAN, G. R. Concepções do ensino de oralidade em uma proposta curricular de língua portuguesa: anos iniciais. **Educação em foco**, v. 26, n. Especial 03, p. e26074, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/36349>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MAGALHÃES, T. G.; CARVALHO, T. A. B. Análise do eixo da oralidade na Proposta Curricular de Língua Portuguesa da rede municipal de ensino de Juiz de Fora (MG). **Revista**

**Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, p. 111-131, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/3dkH6FBvt3byLb4c6qXYZVG/>. Acesso em: 13 maio 2024.

MAGALHÃES, T. G.; BUENO, L.; STORTO, L. J.; COSTA-MACIEL, D. A. G. da. Um decálogo para a inserção da oralidade na formação docente. **Veredas - Revista de Estudos Linguísticos**, v. 26, n. 1, p. 384-413, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/37776>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARINHO, A. C. F.; MEDEIROS, A. M. de; LIMA, E. de P.; PANTUZA, J. J.; TEIXEIRA, L. C. Prevalence and factors associated with fear of public speaking. **CoDAS**, São Paulo, v. 31, n. 6, e20180266, 2019.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007.

NONATO, S. Oralidade, ensino de língua portuguesa e formação do professor. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, p. 49-68, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/GNQBXXVbQj5rmyZSN5hyCyK/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

NUNES, G. V. A. L.; MARQUES, V. T.; KABENGELE, D. C.; SIMONARD, P.; CASTILHO, F. F. A Lei nº 11.892/2008 e a criação do Instituto Federal de Alagoas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 20, p. e10665, 2021.

PELISSARI, L. B. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, v. 39, p. e37056, 2023.

PROFEPT. **Observatório ProfEPT**. ProfEPT, 2025. Disponível em: <https://obsprofeppt.midi.upt.iftm.edu.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

REZENDE, D. B. B. de; CAVALCANTE, R. P.; RYTHOWEM, M.; MALDANER, J. J. Uma análise dos desafios do ensino/aprendizagem da oralidade do Inglês para finalidades do técnico em Eventos no Instituto Federal do Tocantins. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, v. 6, Edição Especial, p. e121720, 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1217>. Acesso em: 15 jul. 2024.

RIZVI, M. A. Using students' analysis in teaching public speaking for business. **Profile, Dhanbad, Índia**, p. 107-118, 2005. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/profile/article/view/11130>. Acesso em: 25 jun. 2024.

RODRIGUES JÚNIOR, H.; ALVES JÚNIOR, H. G. A oralidade como conteúdo digital na graduação: uma experiência com o podcast em tempos de ensino remoto. **Estudos Linguísticos**, v. 50, n. 2, p. 850-869, 2021.

ROMANHA, W. R. Mediações pedagógicas para o desenvolvimento da oralidade na educação profissional e tecnológica. 2019. **Dissertação** (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Vitória, Vitória, 2019.

SALES, F. A. C.; PEREIRA, L. L. S. A educação profissional e tecnológica no Brasil: um estudo a partir de periódicos e dos anais da ANPED. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 23, p. e14002, 2023.

SANTOS, M. H. B. O trabalho com a oralidade na aula de Língua Portuguesa: um olhar para o ensino médio à luz da BNCC. **Revista Leitura**, n. 80, p. 72-82, 2024. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/16699>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SANTOS, V. O exercício da oralidade como competência laboral na educação profissional de nível técnico. 2019. **Dissertação** (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SAVIANI, D. O choque teórico da Politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SILVA, R. F. da; AZEVEDO, M. M. de.; PETEROSS, H. G. Os marcos regulatórios da educação técnica e profissional brasileira de 1909 a 1988 segundo o Ministério da Educação. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 6, p. e33711629111, 2022.

SNOW, P. C.; GRAHAM, L. J.; MCLEAN, E. J.; SERRY, T. A. The oral language and reading comprehension skills of adolescents in flexible learning programmes. **International Journal of Speech Language Pathology**, v. 22, n. 4, p. 425-434, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17549507.2019.1652343>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SOUZA, A. de. **Cajazeiras nas crônicas de um mestre escola**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1981.

VILANOVA, F. R. dos S.; SPÍNDOLA, A. E. V.; MARINHO, J. Z. S. As propostas constitucionais para a educação brasileira (1891-1946). **Manduarisawa**, v. 4, n. 1, p. 348-361, 2020.

VOLÓCHINOV, V. N. (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução, notas e

glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

## **APÊNDICES**

## Apêndice A – Carta de anuência

---



Rua José Antônio da Silva, nº 300, Jardim Oásis - CEP: 58.900-000 - Cajazeiras/PB.  
Tel.: (83) 3532-4100  
E-mail: campus\_cajazeiras@ifpb.edu.br

### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB CAMPUS CAJAZEIRAS

#### CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro, para os devidos fins, que aceitei a pesquisadora Vivianne Ribeiro Duarte a desenvolver o seu projeto de pesquisa intitulado **“O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA EXPERIÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO”**, a ser realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras no período de 2024 a 2025. O projeto está sob a orientação do Prof. Dr. Handherson Leylton Costa Damasceno, ambos pesquisadora e orientador respectivamente, estão vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - **ProfEPT**, oferecido pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). O objetivo da pesquisa é analisar como a inserção da oralidade no currículo de língua portuguesa pode contribuir na formação integral dos estudantes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) do IFPB, Campus Cajazeiras. Autorizo a análise dos documentos oficiais que fundamenta o currículo, aplicação de entrevistas com alunos do 1º ano do INTIN e com os professores da respectiva turma. A aceitação está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções 466/12 e 510/16 do CNS/MS e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais e materiais coletados exclusivamente para os fins da pesquisa.

Cajazeiras/PB, em 01 de novembro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **VIVIANNE RIBEIRO DUARTE**  
Data: 19/11/2024 14:31:47-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Vivianne Ribeiro Duarte (Pesquisador)

Documento assinado digitalmente  
 **ABINADABE SILVA ANDRADE**  
Data: 19/11/2024 16:41:16-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Abinadabe Silva Andrade (Diretor Geral do IFPB – Campus Cajazeiras)

---

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SERTÃO PERNAMBUCANO - UNIDADE ACADÊMICA SALGUEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para pais ou responsáveis legais de adultos não alfabetizados ou juridicamente incapazes (Resolução nº 466/12 CNS; Resolução nº 510/16 CNS)**

Convidamos o (a) Sr.(a)\_\_\_\_\_ para permitir que a pessoa, a qual esteja sob sua responsabilidade, participe como voluntário(a), da pesquisa O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA EXPERIÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO, tendo como instituição proponente o Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), Campus Salgueiro-PE, localizado à BR-232, Km 508, s/n – Zona Rural, Salgueiro - PE, CEP 56000-000, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Vivianne Ribeiro Duarte, residente e domiciliada na Rua Vila Fazendinha, 380, Bairro Marieta, CEP: 63.340-000, Ipaumirim/CE, telefone (83)9.9619-9077 (inclusive ligações a cobrar) e e-mail vivianne.ribeiro@aluno.ifsertao-pe.edu.br e está sob a orientação do Prof. Dr. Handherson Leylton Costa Damasceno, telefones para contato (71)9.9110-9172 (inclusive ligações a cobrar) e e-mail handherson.damasceno@ifsertao-pe.edu.br.

Este Termo de Consentimento pode conter informações que o/a senhor/a não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entregando o termo para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre essa pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de permitir a participação na pesquisa, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o/a senhor/a não será penalizado (a) de forma alguma. O (a) Senhor (a) tem o direito de retirar sua permissão sobre participação na pesquisa referente à pessoa que está sob sua responsabilidade em qualquer tempo, sem qualquer penalidade.

A presente pesquisa tem como objetivo geral “de quais maneiras a inserção da oralidade no currículo, em especial no componente de língua portuguesa, pode contribuir para a formação integral dos estudantes do ensino médio do IFPB – Campus Cajazeiras”.

Os dados coletados nesta pesquisa serão por meio de entrevistas individuais aplicadas em sala reservada, com os estudantes e com os professores do 1º ano do Curso Técnico em

Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) do IFPB, Campus Cajazeiras, período de 17 a 28 de março de 2025. O tempo estimado para entrevista individual é de 20 minutos, no qual serão feitas anotações pela pesquisadora com os dizeres dos participantes e para garantir o anonimato, seus nomes serão substituídos por codinomes.

Os dados ficarão armazenados em pastas de arquivo, sob a responsabilidade da pesquisadora Vivianne Ribeiro Duarte, no endereço acima informado, pelo período de cinco anos. Após o término da pesquisa, terminado o prazo de arquivamento, todos os dados serão excluídos de forma permanente de qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", de forma a assegurar o compromisso com a segurança dos dados.

Os riscos associados a esta pesquisa são mínimos, podendo incluir, por exemplo, desconforto, constrangimento ou insegurança em relação ao sigilo das informações fornecidas. Contudo, serão adotadas medidas minimizadoras, para mitigar quaisquer riscos, o pesquisador responsável adotará medidas que evitem aborrecimentos e situações indesejadas, realizando uma pausa durante a participação, e possibilitando ao participante uma remarcação do agendamento para outro momento, caso necessário.

Ao longo de todas as fases da pesquisa e após a sua conclusão, serão assumidos os compromissos relacionados à preservação da segurança e do bem-estar dos participantes, garantindo rigorosa preservação da privacidade, sigilo e anonimato das informações obtidas, assim como a proteção da imagem e a não discriminação.

A participação será totalmente voluntária, com respeito irrestrito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos envolvidos, além da garantia de que não haverá indução de respostas.

No caso de emergência ou desconforto emocional relacionado à participação no estudo, será direcionado ao participante a assistência imediata, integral e gratuita, sob responsabilidade do pesquisador responsável, assim como o encaminhamento para o suporte de profissionais qualificados, como psicólogos, se necessário, cobrindo quaisquer custos associados a essa assistência.

A participação dos voluntários nesta pesquisa poderá trazer diversos benefícios. A entrevista poderá proporcionar um espaço de reflexão sobre o papel fundamental da investigação e identificar aspectos que possam contribuir para aprimorar o ensino e aprendizagem. Ao compartilhar experiências e percepções, os voluntários colaborarão para uma análise detalhada sobre como a inserção da oralidade no currículo pode impactar o desenvolvimento integral dos estudantes do ensino médio do IFPB, Campus Cajazeiras.

Essa contribuição é de grande relevância para impulsionar melhorias nos processos educacionais, promovendo práticas que potencializam o aprendizado e a formação dos educandos. Além disso, a participação ajudará a construir um conhecimento mais sólido e fundamentado, capaz de orientar transformações significativas no cenário educacional, beneficiando tanto a comunidade escolar quanto a sociedade em geral.

O (a) senhor (a) não pagará nada para permitir a participação nessa pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a participação da pessoa que está sob sua responsabilidade serão assumidas pela pesquisadora (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF Sertão PE no endereço: Reitoria – Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2350, Ramal 2364, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa>, [cep@ifsertao-pe.edu.br](mailto:cep@ifsertao-pe.edu.br); ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, [conep.cep@saude.gov.br](mailto:conep.cep@saude.gov.br).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos

---

Vivianne Ribeiro Duarte (Pesquisadora)

## **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado pelo meu representante legal, após a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar e esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo **O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA EXPERIÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora responsável sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os

possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

A rogo de \_\_\_\_\_, que é (não alfabetizado/juridicamente incapaz/ deficiente visual), eu \_\_\_\_\_ assino o presente documento que autoriza a sua participação neste estudo.

Impressão  
digital  
(opcional)

Cajazeiras/PB, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do (da) responsável: \_\_\_\_\_

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar:

|                |                |
|----------------|----------------|
| NOME COMPLETO: | NOME COMPLETO: |
| ASSINATURA:    | ASSINATURA:    |

OBS. 02 Testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SERTÃO PERNAMBUCANO - UNIDADE ACADÊMICA SALGUEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**Apêndice C – Registro de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)**

PARA ADULTOS NÃO ALFABETIZADOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E PESSOAS LEGALMENTE INCAPAZES (Resolução Nº 466/12 CNS; resolução nº 510/16 CNS)

**O que é assentimento?**

O assentimento significa que você concorda em participar de uma pesquisa, na qual serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações necessárias para compreender a importância de sua participação.

Convidamos você para participar, como voluntário (a), da pesquisa: **O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA EXPERIÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador Vivianne Ribeiro Duarte, residente e domiciliada na Rua Vila Fazendinha, bairro Marieta, 380, CEP: 63.340-000, Ipaumirim/CE, telefone (83)9.9619-9077 (inclusive ligações a cobrar) e e-mail [vivianne.ribeiro@aluno.ifsertao-pe.edu.br](mailto:vivianne.ribeiro@aluno.ifsertao-pe.edu.br) e está sob a orientação do Prof. Dr. Handherson Leylton Costa Damasceno, telefones para contato (71)9.9110-9172 (inclusive ligações a cobrar) e e-mail [handherson.damasceno@ifsertao-pe.edu.br](mailto:handherson.damasceno@ifsertao-pe.edu.br).

A presente pesquisa tem como objetivo geral “de quais maneiras a inserção da oralidade no currículo, em especial no componente de língua portuguesa, pode contribuir para a formação integral dos estudantes do ensino médio do IFPB – Campus Cajazeiras”.

Os dados coletados nesta pesquisa serão por meio de entrevistas individuais aplicadas em sala de reservada, com os estudantes e com os professores do 1º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) do IFPB, Campus Cajazeiras, período de 17 a 28 de março de 2025. O tempo estimado para entrevista individual é de 20 minutos, no qual serão feitas anotações pela pesquisadora com os dizeres dos participantes e para garantir o anonimato, seus nomes serão substituídos por codinomes.

Os dados ficarão armazenados em pastas de arquivo, sob a responsabilidade da pesquisadora Vivianne Ribeiro Duarte, no endereço acima informado, pelo período de cinco anos. Após o término da pesquisa, terminado o prazo de arquivamento, todos os dados serão excluídos de forma permanente de qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", de forma a assegurar o compromisso com a segurança dos dados.

Os riscos associados a esta pesquisa são mínimos, podendo incluir, por exemplo, desconforto, constrangimento ou insegurança em relação ao sigilo das informações fornecidas. Contudo, serão adotadas medidas minimizadoras, para mitigar quaisquer riscos, o pesquisador responsável adotará medidas que evitem aborrecimentos e situações indesejadas, realizando uma pausa durante a participação, e possibilitando ao participante uma remarcação do agendamento para outro momento, caso necessário.

Ao longo de todas as fases da pesquisa e após a sua conclusão, serão assumidos os compromissos relacionados à preservação da segurança e do bem-estar dos participantes, garantindo rigorosa preservação da privacidade, sigilo e anonimato das informações obtidas, assim como a proteção da imagem e a não discriminação.

A participação será totalmente voluntária, com respeito irrestrito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos envolvidos, além da garantia de que não haverá indução de respostas.

No caso de emergência ou desconforto emocional relacionado à participação no estudo, será direcionado ao participante a assistência imediata, integral e gratuita, sob responsabilidade do pesquisador responsável, assim como o encaminhamento para o suporte de profissionais qualificados, como psicólogos, se necessário, cobrindo quaisquer custos associados a essa assistência.

A sua participação nesta pesquisa poderá trazer diversos benefícios. A entrevista poderá proporcionar um espaço de reflexão sobre o papel fundamental da investigação e identificar aspectos que possam contribuir para aprimorar o ensino e aprendizagem. Ao compartilhar experiências e percepções, os participantes colaboraram para uma análise detalhada sobre como a inserção da oralidade no currículo de língua portuguesa pode impactar no desenvolvimento integral dos estudantes do ensino médio do IFPB, Campus Cajazeiras.

Essa contribuição é de grande relevância para impulsionar melhorias nos processos educacionais, promovendo práticas que potencializam o aprendizado e a formação dos educandos. Além disso, a participação ajudará a construir um conhecimento mais sólido e fundamentado, capaz de orientar transformações significativas no cenário educacional, beneficiando tanto a comunidade escolar quanto a sociedade em geral.

## **ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO COMO VOLUNTÁRIO (A)**

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos voluntários, a menos que seja autorizado pelo participante da pesquisa.

O (A) voluntário (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Caso tenha alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando, seus pais e/ou seu responsável legal para que esteja bem esclarecido (a) sobre sua participação na pesquisa.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar em fazer parte do estudo, assine este documento que será rubricado e assinado também por seus pais ou seu responsável legal, que está em duas vias, uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Se você não quiser participar da pesquisa, não será prejudicado (a) de forma alguma e tem o direito de desistir da participação na pesquisa em qualquer momento.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IF Sertão PE, Reitoria – Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2350 / Ramal 2364, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa,cep@ifsertao-pe.edu.br>; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, [conep.cep@saude.gov.br](mailto:conep.cep@saude.gov.br).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, objetivando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. Por isso, o CEP estará à disposição caso você deseje maiores informações.

---

Vivianne Ribeiro Duarte (Pesquisadora)

---

Assinatura do (a) Voluntário (a)

---

Assinatura do (a) Responsável Legal ou Pais

**ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, portador (a) do documento de Identidade: \_\_\_\_\_ CPF  
\_\_\_\_\_ (se já tiver documento), fui informado (a) dos  
objetivos da pesquisa de maneira clara/ detalhada e esclareci minhas dúvidas.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável legal  
poderá modificar a decisão de minha participação se assim o desejar, mesmo já tendo assinado  
o consentimento/ assentimento.

Declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de  
assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Impressão  
digital  
(opcional)

Cajazeiras/PB \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do (da) Participante/ Voluntário (a)

---

Assinatura do (a) Responsável Legal ou Pais

Presenciamos a realização de esclarecimentos sobre a pesquisa, aceite do sujeito em participar da pesquisa, bem como o assentimento do responsável legal ou pais do voluntário (a).

|                |                |
|----------------|----------------|
| NOME COMPLETO: | NOME COMPLETO: |
| ASSINATURA:    | ASSINATURA:    |

OBS. 02 Testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SERTÃO PERNAMBUCANO - UNIDADE ACADÊMICA SALGUEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**Apêndice D -- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para maiores de 18  
anos ou emancipados (Resolução nº 466/12 CNS; Resolução nº 510/16 CNS)**

Convidamos o (a) Sr. \_\_\_\_\_

(a) para participar como voluntário (a) da pesquisa: **O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA EXPERIÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Vivianne Ribeiro Duarte, residente e domiciliada na Rua Vila Fazendinha, 380, bairro Marieta, CEP: 63.340-000, Ipaumirim/CE, telefone (83)9.9619-9077 (inclusive ligações a cobrar) e e-mail [vivianne.ribeiro@aluno.ifsertao-pe.edu.br](mailto:vivianne.ribeiro@aluno.ifsertao-pe.edu.br) e está sob a orientação do Prof. Dr. Handherson Leyltton Costa Damasceno, telefones para contato (71)9.9110-9172 (inclusive ligações a cobrar) e e-mail [handherson.damasceno@ifsertao-pe.edu.br](mailto:handherson.damasceno@ifsertao-pe.edu.br).

Ao ler este documento, caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando, para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está respondendo. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o (a) Sr. (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garantimos que o (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

A presente pesquisa tem como objetivo geral “de quais maneiras a inserção da oralidade no currículo, em especial no componente de língua portuguesa, pode contribuir para a formação integral dos estudantes do ensino médio do IFPB – Campus Cajazeiras”.

Os dados coletados nesta pesquisa serão por meio de entrevistas individuais aplicadas em sala de reservada, com os estudantes e com os professores do 1º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) do IFPB, Campus Cajazeiras, período de 17 a 28 de março de 2025. O tempo estimado para entrevista individual é de 20 minutos, no qual

serão feitas anotações pela pesquisadora com os dizeres dos participantes e para garantir o anonimato, seus nomes serão substituídos por codinomes.

Os dados ficarão armazenados em pastas de arquivo, sob a responsabilidade da pesquisadora Vivianne Ribeiro Duarte, no endereço acima informado, pelo período de cinco anos. Após o término da pesquisa, terminado o prazo de arquivamento, todos os dados serão excluídos de forma permanente de qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", de forma a assegurar o compromisso com a segurança dos dados.

Os riscos associados a esta pesquisa são mínimos, podendo incluir, por exemplo, desconforto, constrangimento ou insegurança em relação ao sigilo das informações fornecidas. Contudo, serão adotadas medidas minimizadoras, para mitigar quaisquer riscos, o pesquisador responsável adotará medidas que evitem aborrecimentos e situações indesejadas, realizando uma pausa durante a participação, e possibilitando ao participante uma remarcação do agendamento para outro momento, caso necessário.

Ao longo de todas as fases da pesquisa e após a sua conclusão, serão assumidos os compromissos relacionados à preservação da segurança e do bem-estar dos participantes, garantindo rigorosa preservação da privacidade, sigilo e anonimato das informações obtidas, assim como a proteção da imagem e a não discriminação.

A participação será totalmente voluntária, com respeito irrestrito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos envolvidos, além da garantia de que não haverá indução de respostas.

No caso de emergência ou desconforto emocional relacionado à participação no estudo, será direcionado ao participante a assistência imediata, integral e gratuita, sob responsabilidade do pesquisador responsável, assim como o encaminhamento para o suporte de profissionais qualificados, como psicólogos, se necessário, cobrindo quaisquer custos associados a essa assistência.

A sua participação nesta pesquisa poderá trazer diversos benefícios. A entrevista poderá proporcionar um espaço de reflexão sobre o papel fundamental da investigação e identificar aspectos que possam contribuir para aprimorar o ensino e aprendizagem. Ao compartilhar suas experiências e percepções, você estará colaborando para uma análise detalhada sobre como a inserção da oralidade no currículo pode impactar o desenvolvimento integral dos estudantes.

Essa contribuição é de grande relevância para impulsionar melhorias nos processos educacionais, promovendo práticas que potencializam o aprendizado e a formação dos educandos. Além disso, sua participação ajudará a construir um conhecimento mais sólido e

fundamentado, capaz de orientar transformações significativas no cenário educacional, beneficiando tanto a comunidade escolar quanto a sociedade em geral.

O participante possui plena autonomia para não responder quaisquer perguntas que de algum modo possa lhe constranger, causar-lhe desconforto ou que possa expô-lo de forma indevida, todas as informações prestadas durante a pesquisa serão mantidas sob sigilo, divulgando-as apenas para os fins da pesquisa sem haver possibilidade de identificação individual, exceto quando consentida essa identificação pelo participante.

O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF SertãoPE no endereço: Reitoria – Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2350 / Ramal 2364, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa>, [cep@ifsertao-pe.edu.br](mailto:cep@ifsertao-pe.edu.br); ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, [conep.cep@saude.gov.br](mailto:conep.cep@saude.gov.br).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

---

Vivianne Ribeiro Duarte (Pesquisadora)

## **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo, assinado, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo: **O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA**

**EXPERIÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento).

Cajazeiras/PB \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do (da) Participante/ Voluntário (a)

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar:

|                |                |
|----------------|----------------|
| NOME COMPLETO: | NOME COMPLETO: |
| ASSINATURA:    | ASSINATURA:    |

OBS. 02 Testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores.

## Apêndice E – Termo de compromisso e sigilo dos pesquisadores



BR 232, Km 504, sentido Recife, Zona Rural – Salgueiro/PE – CEP: 56000-000. Tel (87) 98119-2921  
E-mail: cs.direcao@ifsertao-pe.edu.br



### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERTÃO PERNAMBUCANO - UNIDADE ACADÊMICA SALGUEIRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

#### TERMO DE COMPROMISSO E SIGILO DOS PESQUISADORES

Por este termo, nós, Vivianne Ribeiro Duarte e o prof. Dr. Handherson Leylton Costa Damasceno abaixo-assinados, respectivamente, pesquisadora principal e professor orientador da pesquisa intitulada **O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA EXPERIÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO**, assumimos cumprir fielmente as diretrizes regulamentadoras emanadas das Resoluções nº 466/12 e/ou nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde/ MS e suas Complementares e pela Resolução nº 51, de 19 de outubro de 2022 do Conselho Superior do IFSertãoPE, a qual institui o Regimento Interno do CEP IFSertãoPE, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, ao (s) sujeito (s) da pesquisa e ao Estado.

Reafirmamos nossa responsabilidade indelegável e intransferível, mantendo em arquivo todas as informações inerentes à presente pesquisa, respeitando a confidencialidade e sigilo das fichas correspondentes a cada participante incluído na pesquisa, por um período de 05 (cinco) anos após o término desta; assim como nos comprometemos a anexar os resultados da Pesquisa na Plataforma Brasil.

Apresentaremos sempre que solicitado pelo CEP IFSertãoPE (Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Sertão Pernambucano) ou CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) ou, ainda, às Curadorias envolvidas no presente estudo, relatório sobre o andamento da pesquisa, comunicando ainda, qualquer eventual modificação proposta no supracitado projeto.

Salgueiro, 25 de novembro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**VIVIANNE RIBEIRO DUARTE**  
Data: 25/11/2024 11:36:07-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Autora da Pesquisa

Documento assinado digitalmente  
**HANDHERSON LEYLTTON COSTA DAMASCENO**  
Data: 25/11/2024 11:40:34-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Professor Orientador

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SERTÃO PERNAMBUCANO - UNIDADE ACADÊMICA SALGUEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**Apêndice F - Entrevista para alunos**

**ENTREVISTA - O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA  
EXPERIÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,  
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO**

**CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Curso: Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) Turma: 1º ano

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

**VIVÊNCIA E PERCEPÇÃO DA ORALIDADE**

1. Você já teve experiências anteriores com apresentações orais (seminários, palestras, entrevistas, trabalhos em grupo)? Se sim, como foi?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ 2.

Como você se sente ao realizar apresentações orais em sala de aula (seminários, debates, etc.)?

( ) Muito à vontade

( ) À vontade

( ) Um pouco desconfortável

( ) Muito desconfortável

3. Quais são as maiores dificuldades que você encontra ao falar em público? (Exemplos: nervosismo, organização das ideias, falta de prática, etc.)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. Você acredita que a oralidade, ou seja, a habilidade de falar em público e se expressar verbalmente são importantes para sua formação acadêmica e profissional? Por quê?

---

---

---

5. Você percebe que a prática da oralidade (falar em público, apresentações) tem algum impacto em sua confiança ou no seu desempenho geral como estudante? De que maneira?

---

---

---

6. Você já teve que falar em público fora da escola (entrevistas de estágio, emprego, eventos, etc.)? Como essa experiência se relaciona com o que aprendeu na escola?

---

---

---

7. Pensando na sua futura carreira, em que áreas você acha que a habilidade de comunicação oral será mais útil?

---

---

---

### **ORALIDADE NO CURRÍCULO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

8. Em sua opinião, como a disciplina de língua portuguesa poderia ajudar a melhorar sua capacidade de comunicação oral? (Exemplos: mais apresentações, debates em sala, atividades práticas, etc.)

---

---

---

9. Como você vê a relação entre a oralidade e a escrita? Acha que as duas são igualmente desenvolvidas na escola?

---

---

---

10. Como você avalia os conteúdos e atividades relacionadas ao desenvolvimento da linguagem oral na disciplina de língua portuguesa?

( ) Muito bom

( ) Bom

( ) Médio

( ) Ruim

( ) Muito ruim

### **SUGESTÕES DOS ENTREVISTADOS**

11. O que você acha que poderia ser feito para melhorar o ensino da oralidade nas aulas de língua portuguesa?

---

---

---

12. Que tipo de atividades você gostaria de realizar para melhorar sua comunicação oral?

---

---

---

13. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa que acha importante sobre a prática da oralidade no seu curso?

---

---

---

### **OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR**

---

---

---

---

---

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SERTÃO PERNAMBUCANO - UNIDADE ACADÊMICA SALGUEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**Apêndice G - Entrevista para professores**

**ENTREVISTA - O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA  
EXPERIÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,  
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO**

**CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Formação acadêmica:** \_\_\_\_\_ **Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino

**Tempo de atuação na Educação:**

\_\_\_\_\_

**Disciplina(s) que leciona:**

\_\_\_\_\_

**PERCEPÇÃO DA ORALIDADE NO CURRÍCULO**

1. Na sua experiência como professor(a), como avalia a importância da linguagem oral na formação integral dos alunos?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2. Em sua opinião, como a oralidade contribui para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes do Ensino Médio Integrado?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3. A disciplina que você ministra tem desenvolvido atividades que incentivam a prática da oralidade?

( ) Sim

( ) Não

Se sim, poderia descrever quais atividades?

---

---

---

4. Quais são os maiores desafios que você identifica ao trabalhar a linguagem oral em sala de aula?

---

---

---

#### **IMPACTO E PERCEPÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE**

5. Você observa diferenças no desempenho dos alunos em atividades de comunicação oral ao longo do curso? Pode citar alguns exemplos?

---

---

---

6. Em sua visão, a prática da oralidade contribui para o aumento da confiança e do engajamento dos alunos? Se sim, de que forma?

---

---

---

7. Considerando os desafios dos alunos em se expressar verbalmente, quais práticas são mais desenvolvidas e quais precisam de maior incentivo?

---

---

---

#### **ORALIDADE E CURRÍCULO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

8. Você tem conhecimento se o currículo de língua portuguesa do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) contempla a oralidade? Acha que seria necessário aprimorar ou incluir novas atividades para desenvolver essa habilidade?

---

---

---

9. Quais são suas sugestões para fortalecer o ensino da oralidade nos cursos técnicos integrados do IFPB, Campus Cajazeiras?

---

---

---

10. Como professor (a), que tipo de suporte ou recursos adicionais você considera necessários para melhor trabalhar a oralidade em sala de aula?

---

---

---

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

11. Gostaria de acrescentar mais algum comentário sobre o ensino da linguagem oral e seu impacto na formação dos estudantes?

---

---

---

### OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

---

---

---

**SERTÃO PERNAMBUCANO - UNIDADE ACADÊMICA SALGUEIRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E**  
**TECNOLÓGICA**

**Apêndice H - Questionário de avaliação docente do guia didático de práticas de oralidade**

Este questionário tem como objetivo coletar a percepção dos docentes sobre a clareza, relevância e aplicabilidade do Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado.

As respostas são confidenciais e serão utilizadas apenas para fins acadêmicos.

1. O guia é claro e bem organizado?

- a) Muito claro e bem organizado
- b) Claro, com poucas melhorias necessárias
- c) Pouco claro, precisa de ajustes
- d) Confuso e desorganizado

2. As oficinas propostas no guia são aplicáveis à sua realidade de ensino?

- a) Totalmente aplicáveis
- b) Parcialmente aplicáveis
- c) Pouco aplicáveis
- d) Nada aplicáveis

3. Na sua opinião, o guia contribui para enriquecer as práticas de oralidade em sala de aula?

- a) Contribui muito
- b) Contribui parcialmente
- c) Contribui pouco
- d) Não contribui

4. O tempo destinado à oficina foi:

- a) Suficiente e bem aproveitado
- b) Suficiente, mas poderia ser melhor aproveitado
- c) Insuficiente

d) Excessivo

## 5. Sugestões de melhorias

---

---

---

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SERTÃO PERNAMBUCANO - UNIDADE ACADÊMICA SALGUEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**Apêndice I - Questionário de avaliação discente do produto educacional – Oficina 1 –  
Apresentações técnicas: expressando saberes com clareza e confiança**

Este questionário tem como objetivo coletar suas impressões sobre a Oficina de Oralidade. Sua participação é fundamental para avaliarmos a atividade, identificar pontos positivos e possíveis melhorias.

1. O conteúdo abordado durante a oficina (técnicas de fala, organização da apresentação, interação com a plateia, etc.) foi:
  - a) Muito claro e útil
  - b) Claro e útil
  - c) Pouco claro e pouco útil
  - d) Confuso e nada útil
  
2. A atividade prática realizada ajudou a compreender melhor os conceitos apresentados?
  - a) Sim, ajudou muito
  - b) Sim, ajudou parcialmente
  - c) Ajudou pouco
  - d) Não ajudou
  
3. Em relação à sua participação, você se sentiu:
  - a) Muito à vontade para falar e participar
  - b) À vontade na maior parte do tempo
  - c) Um pouco inseguro(a) para participar
  - d) Muito inseguro(a) para participar

4. O tempo destinado à oficina foi:

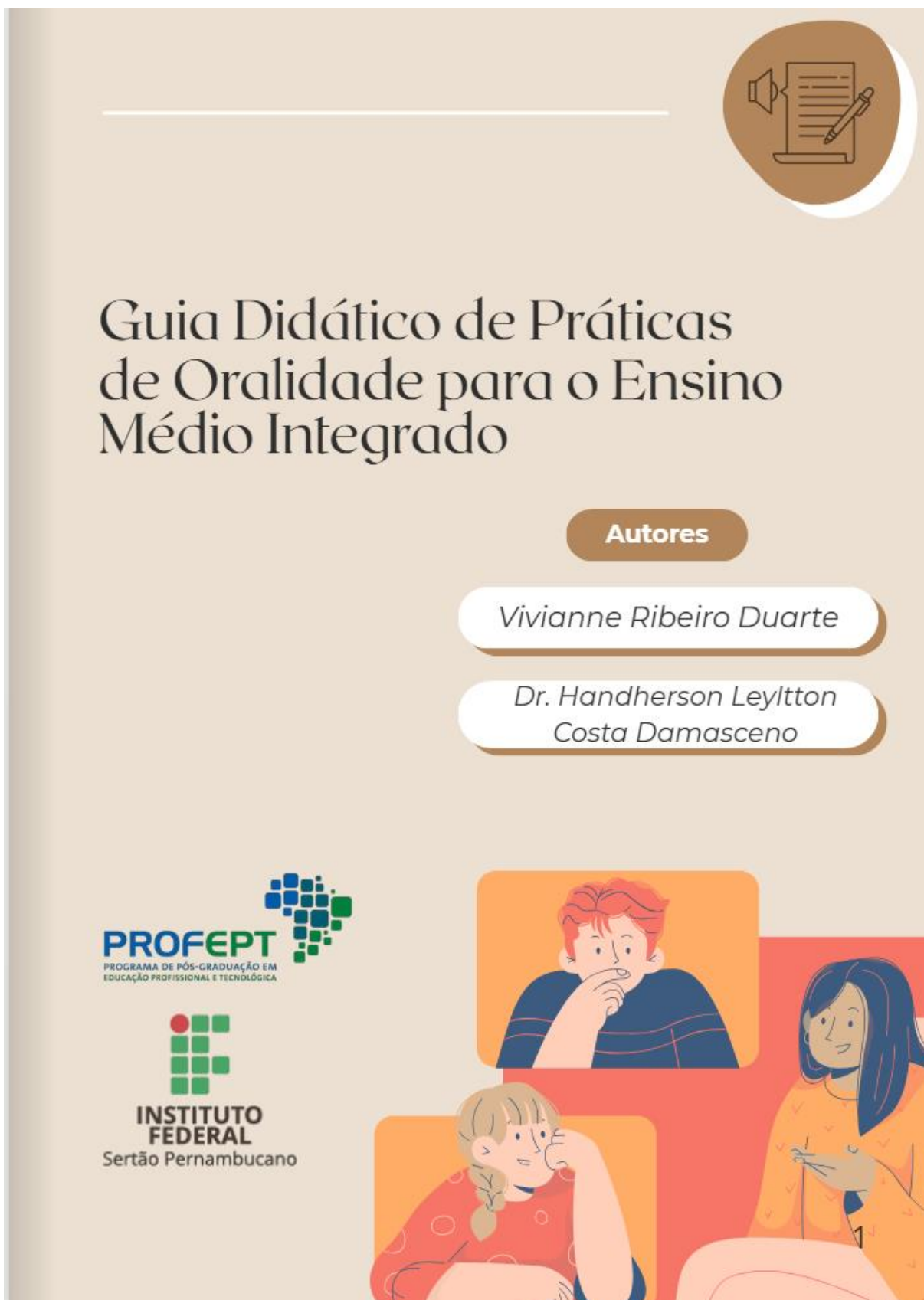
- a) Suficiente e bem aproveitado
- b) Suficiente, mas poderia ser melhor aproveitado
- c) Insuficiente
- d) Excessivo

5. Você recomendaria essa oficina para outros colegas?

- a) Sim, com certeza
- b) Sim, talvez
- c) Não tenho opinião formada
- d) Não recomendaria

6. De forma geral, como você avalia a oficina de oralidade?

- a) Excelente
- b) Boa
- c) Regular
- d) Ruim

**Apêndice J - Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado**

## **Ficha Técnica**

Roteiro: Vivianne Ribeiro Duarte

Diagramação: Thamires Antunes da Silva

Orientação: Dr. Handherson Leylton Costa Damasceno

**Salgueiro - PE**  
**2025**

## Sumário

|                                                |    |
|------------------------------------------------|----|
| Apresentação.....                              | 4  |
| 1- Fundamentação Teórica.....                  | 5  |
| 2- Objetivo Geral e Objetivos Específicos..... | 7  |
| 3- Proposta Metodológica.....                  | 8  |
| 4- Oficina 01.....                             | 9  |
| 5- Oficina 02.....                             | 12 |
| 6- Considerações Finais.....                   | 14 |
| 7- Referências.....                            | 15 |
| 8- Link da dissertação.....                    | 16 |
| 9- Sobre Autores.....                          | 17 |



## Apresentação

A oralidade constitui uma das práticas sociais de linguagem mais recorrentes no cotidiano e é essencial para a formação integral dos estudantes, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). De acordo com Mészáros (2008, p. 12), "a educação libertadora tem a função de transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age e que usa a palavra como arma para transformar o mundo". A EPT não se limita ao desenvolvimento de habilidades técnicas; ela visa estimular o pensamento crítico e a ação transformadora na sociedade. Ao capacitar os indivíduos a pensar de forma independente, agir de maneira consciente e usar a palavra como uma ferramenta de mudança social, permite-se que se tornem agentes de transformação em seu próprio contexto. No entanto, ainda é visível a sua secundarização nos currículos escolares, onde predomina a valorização da escrita em detrimento da linguagem oral. Essa lacuna compromete o desenvolvimento de competências comunicativas fundamentais para a inserção crítica e autônoma dos jovens no mundo do trabalho, da ciência e da vida em sociedade. É essencial que a escola ressignifique o lugar da oralidade no currículo, superando práticas que ainda a tratam de forma secundária (Magalhães e Callian, 2021). Este guia didático é um produto educacional oriundo de uma pesquisa de mestrado profissional no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), desenvolvida no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – Campus Cajazeiras. A proposta surge da constatação, por meio de entrevistas com professores e alunos do 1º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN), de que há um déficit no currículo, na formação dos professores e na habilidade oral dos estudantes, tanto no que se refere a fatores técnicos e emocionais para o seu desenvolvimento em situações comunicativas formais no contexto escolar e profissional. O objetivo central deste guia é subsidiar os professores de língua portuguesa — e também de outras áreas — com propostas didáticas que promovam práticas significativas de oralidade, de forma interdisciplinar, contextualizada e alinhada às demandas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da EPT. De acordo com Magalhães e Carvalho (2018, p.4) "referimo-nos ao imbricamento entre oralidade e escrita, de modo que o letramento escolar deve envolver práticas reais de uso da língua, por meio dos gêneros orais e escritos". Por meio de oficinas, metodologias ativas e instrumentos avaliativos específicos, busca-se fomentar uma abordagem que compreenda a linguagem oral como prática social, promovendo o protagonismo juvenil, a criticidade e o desenvolvimento omnilateral dos sujeitos.

# 1 - Fundamentação Teórica



A oralidade é uma forma de linguagem que antecede historicamente a escrita, tendo servido, ao longo de séculos, como principal meio de transmissão de saberes, valores, tradições e experiências culturais. Sua centralidade nas sociedades orais está relacionada ao caráter interativo e situacional da linguagem falada, que envolve não apenas sons articulados, mas também gestos, expressões faciais, entonações e pausas significativas. De acordo com Santos (2024), mesmo após a consolidação da escrita como ferramenta hegemônica nas instituições escolares, a oralidade nunca deixou de compor os processos comunicativos, embora tenha sido minimizada nos currículos, sendo tratada, muitas vezes, de forma espontânea e não sistematizada. De acordo com a BNCC o objetivo do ensino de língua materna é levar os estudantes a "produzir e analisar textos orais, considerando sua adequação aos contextos de produção, à forma composicional e ao estilo do gênero em questão, à clareza, à progressão temática e à variedade linguística empregada" (Brasil, 2018, p.500). Ao reconhecer a oralidade como uma das práticas de linguagem que devem ser contempladas de modo equitativo, junto à leitura, à escrita e à análise linguística, sinaliza para a necessidade de (re)inserção qualificada da linguagem oral no planejamento pedagógico, sendo fundamental que o trabalho em sala de aula também aborde:

*Elementos relacionados à fala (modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração, etc.) e à cinestesia (postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia, etc.), envolvendo escuta e produção oral (Brasil, 2018, p. 500).*

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, o desenvolvimento da competência oral ganha ainda mais relevância. A formação técnica não pode se restringir a habilidades operacionais; é preciso formar sujeitos que saibam se comunicar, argumentar, apresentar ideias, defender projetos e interagir em ambientes colaborativos (Ciavatta, 2005). A formação omnilateral<sup>1</sup> exige a superação da visão fragmentada do ensino, possibilitando ao estudante compreender os processos em sua totalidade — o que inclui o domínio da linguagem em suas múltiplas manifestações. Nesse sentido, este guia parte do pressuposto de que a oralidade deve ser trabalhada como um eixo estruturante da formação discente, dialogando com os fundamentos da EPT, com os pressupostos da pedagogia crítica e com a concepção dialógica de linguagem proposta por Bakhtin e o Círculo. Os gêneros orais — como debates, rodas de conversa, seminários, entrevistas— são compreendidos como formas relativamente estáveis de enunciado, que mobilizam diferentes capacidades expressivas e cognitivas, situadas historicamente e socialmente (Bakhtin, 2003).



Ciavatta (2014) compreende a formação omnilateral como aquela que busca desenvolver o ser humano em sua integralidade, abrangendo as dimensões física, mental, cultural, política e científico-tecnológica.

## 2 - Objetivo Geral:

Promover o desenvolvimento da oralidade no Ensino Médio Integrado, por meio de práticas pedagógicas sistematizadas, contextualizadas e interdisciplinares, que valorizem a linguagem oral como instrumento de expressão, argumentação, interação e emancipação dos estudantes no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

### 2.1 - Objetivos Específicos:

- Estimular o protagonismo juvenil, a argumentação e a criticidade por meio de práticas de oralidade significativas;
- Propor oficinas com base em metodologias ativas que favoreçam a expressão oral em contextos escolares e profissionais;
- Sugerir instrumentos de avaliação específicos para a oralidade, respeitando seus aspectos verbais e não verbais.

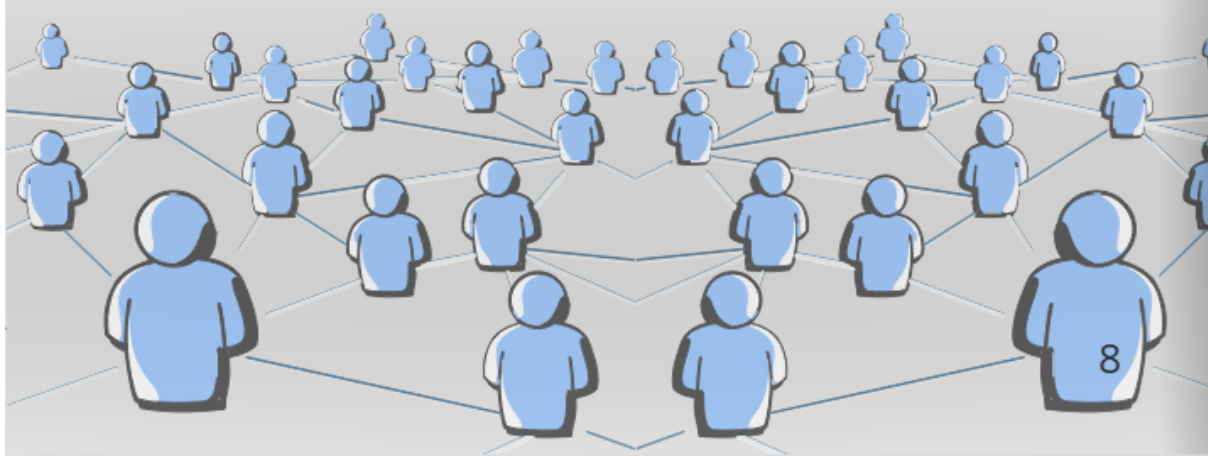


### 3 - Proposta Metodológica

As práticas de oralidade aqui apresentadas baseiam-se em pressupostos da abordagem dialógica da linguagem e das metodologias ativas. Buscam romper com a visão tradicional da oralidade como mero exercício de leitura em voz alta ou apresentação improvisada, propondo uma abordagem que compreenda os gêneros orais como práticas sociais complexas, que exigem planejamento, repertório, interação e escuta. Serão propostas oficinas e atividades organizadas em torno dos gêneros orais formais e argumentativos como oficinas sobre debates, seminários, apresentação de projetos, entrevistas, foco na linguagem corporal, podendo ser adaptados para diversos eixos. Essas práticas desenvolvem a capacidade de argumentação, organização do discurso e domínio dos turnos de fala.

Cada proposta será acompanhada de:

- Objetivo geral;
- Público alvo;
- Duração estimada;
- Roteiro detalhado;
- Sugestão de avaliação;
- Materiais necessários.



## 4 - Oficina 01



### **Apresentações técnicas: expressando saberes com clareza e confiança**

**Objetivo geral:** capacitar os estudantes para apresentações orais com domínio conceitual, clareza comunicativa e uso adequado de recursos verbais e não verbais.

**Público-alvo:** estudantes do Ensino Médio Integrado

**Duração estimada:** 2 aulas de 50 minutos (ou ao longo de um projeto integrador).

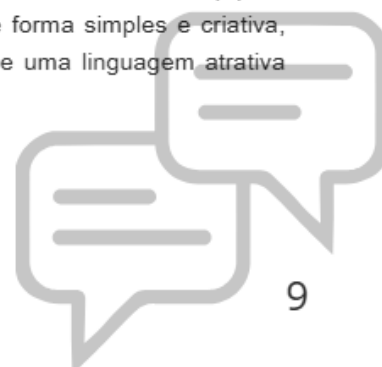
#### **Etapas da Oficina**

##### **1. Reconhecendo os desafios da fala pública**

- Levantamento das inseguranças dos estudantes ao falar em público (timidez, nervosismo, esquecimento, receio de julgamento);
- Breve estudo sobre os elementos da comunicação oral eficaz: dicção, entonação, respiração, postura, contato visual, vestimenta;
- Observação crítica de exemplos de apresentações técnicas (seminário, debates, entrevistas de estágio, emprego, feiras de ciência, painéis, TCC, etc).

##### **2. Planejamento da apresentação**

- Orientações para organização da fala: introdução (contextualização), desenvolvimento (conteúdo técnico) e conclusão (encaminhamentos ou aplicações);
- Elaboração de uma apresentação oral breve com base em "Quem sou? Quais minhas habilidades? O que busco profissionalmente?";
- Construção de roteiros com base em temas/projetos estudados no curso técnico (ex: programação, sistemas de informação, automação, energias renováveis, etc.);
- Escolha e adequação dos recursos de apoio: slides, protótipos, vídeos, quadros explicativos.
- Estudo e análise de perguntas frequentes em entrevistas de estágio e emprego (comportamentais e técnicas);
- Produção de vídeos curtos e informativos (no formato de Reels ou TikTok) para explicar um conceito complexo de sua área de estudo de forma simples e criativa, com foco na capacidade de síntese, objetividade e uso de uma linguagem atrativa para o público jovem.



### 3. Ensaio e estratégias de performance

- Técnicas de respiração e relaxamento antes de falar;
- Orientações para manter o interesse da plateia e responder perguntas com segurança;
- Entrevistas individuais ou em grupo simulando diferentes áreas profissionais (com base nos cursos técnicos);
- Simulações em duplas ou trios;

### 4. Apresentação final e avaliação

- Realização das apresentações para a turma ou em evento da escola (se possível);
- Roda de feedback coletivo e individual com foco em pontos fortes e aspectos a melhorar;
- Gravação das entrevistas (opcional) para feedback posterior.

**Instrumento de Avaliação da Oralidade**  
(escala de 1 a 3, onde 1 é ruim, 2 é mediano e três é excelente)

| Critérios                | Descrição                                                                          | Nota |   |   |
|--------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|------|---|---|
|                          |                                                                                    | 1    | 2 | 3 |
| Clareza e fluência       | Fala compreensível e segura, articulação correta e ausência de vícios linguísticos |      |   |   |
| Organização do discurso  | Apresenta ideias com lógica, coesão e progressão argumentativa                     |      |   |   |
| Argumentação             | Utiliza dados, exemplos, contra-argumentos e justificativas relevantes             |      |   |   |
| Postura e expressividade | Linguagem corporal coerente, contato visual, tom de voz apropriado                 |      |   |   |
| Escuta e interação       | Respeita a fala do outro, reage de forma adequada às falas anteriores              |      |   |   |

**Materiais necessários**

- Computador e projetor multimídia (se possível);
- Cartolinas, marcadores, quadros ou protótipos;
- Gravador de vídeo para autoavaliação (opcional).

**Interdisciplinaridade sugerida**

- Português: estrutura dos gêneros orais de apresentação;
- Informática / áreas técnicas: conteúdos temáticos, linguagem específica e aplicações;
- Projeto Integrador ou Empreendedorismo: desenvolvimento de projetos;
- Matemática / Física / Química: apresentação de resultados de experimentos ou modelagens.
- Projeto de Vida: argumentação sobre escolhas pessoais e profissionais.



## 5 - Oficina 02



### Debate : oralidade, argumentação e escuta ativa

**Objetivo geral:** estimular a capacidade de argumentação oral e a escuta respeitosa em situações de defesa de ideias, por meio de debates e outras práticas argumentativas.

**Público-alvo:** estudantes do Ensino Médio Integrado

**Duração estimada:** 2 aulas de 50 minutos (ou ao longo de um projeto integrador).

#### Etapas da Oficina

##### 1. Introdução

- Exibição de um vídeo curto com trecho de um debate (ex: programa de TV, episódio de séries ou vídeo no You Tube);
- Discussão coletiva: o que é debater? Por que argumentar é importante? Onde usamos isso fora da escola? Em que situações do cotidiano usamos essa habilidade?
- Apresentação das regras básicas do debate regrado (turnos de fala, tempos, respeito à fala do outro, etc.).

##### 2. Escolha e estudo do tema

- Seleção de um tema atual que provoque opiniões diversas. Exemplos: "Como a escola pode preparar os alunos para os desafios do século XXI e para a vida adulta?"; "A descriminalização do aborto no Brasil: questão de saúde pública ou de valores éticos e religiosos?"; "A inteligência artificial substitui ou complementa o trabalho humano?"

##### 3. Planejamento da apresentação

- Divisão da turma em dois grupos (favoráveis x contrários), com tempo para pesquisa, argumentação e construção de falas.
- Debates moderados pelo professor ou por estudantes (organizados em formato de mesa-redonda, debate regrado, júri simulado, etc.);
- Incentivo ao uso de recursos verbais e não verbais (voz, gestos, contato visual, pausas estratégicas).

#### 4. Avaliação

- Autoavaliação oral com perguntas como: o que aprendi sobre debater? Qual foi meu ponto forte e o que posso melhorar? Como posso usar essa habilidade fora da escola?
- Roda de conversa com devolutiva dos avaliadores.
- Aplicação de instrumento de avaliação da oralidade (ver abaixo).

#### Instrumento de Avaliação da Oralidade (escala de 1 a 3, onde 1 é ruim, 2 é mediano e três é excelente)

| Critérios                | Descrição                                                                          | Nota |   |   |
|--------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|------|---|---|
|                          |                                                                                    | 1    | 2 | 3 |
| Clareza e fluência       | Fala compreensível e segura, articulação correta e ausência de vícios linguísticos |      |   |   |
| Organização do discurso  | Apresenta ideias com lógica, coesão e progressão argumentativa                     |      |   |   |
| Argumentação             | Utiliza dados, exemplos, contra-argumentos e justificativas relevantes             |      |   |   |
| Postura e expressividade | Linguagem corporal coerente, contato visual, tom de voz apropriado                 |      |   |   |
| Escuta e interação       | Respeita a fala do outro, reage de forma adequada às falas anteriores              |      |   |   |

#### 5. Materiais necessários

- Quadro ou projetor para organizar os argumentos;
- Fichas para organização das falas;
- Espaço circular ou plano para simular contextos formais de fala.
- Câmera ou celular para gravação do debate (opcional).

#### Interdisciplinaridade sugerida

- Português: estudo de gêneros argumentativos, recursos coesivos, figuras de linguagem, oralidade formal;
- Sociologia/História/Filosofia: análise de temas sociais, históricos e éticos;
- Técnico/Área Profissional: debates com temas ligados à tecnologia, inovação, profissão e ciência.
- Projeto de Vida: argumentação sobre escolhas pessoais e profissionais.



## 6 - Considerações Finais



O Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado buscou responder a uma demanda concreta observada no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT): a necessidade de valorizar e sistematizar o trabalho com a oralidade como eixo fundamental da formação integral dos estudantes. Ao reconhecer que a linguagem oral ainda ocupa lugar secundário nos currículos, o guia propôs oficinas e atividades pedagógicas que a tratam como prática social significativa, capaz de articular conhecimentos técnicos, científicos e humanos. As oficinas apresentadas evidenciam que o desenvolvimento da oralidade vai além da simples exposição oral em sala de aula: trata-se de promover a autonomia, a criticidade e a capacidade argumentativa dos sujeitos, preparando-os para desafios acadêmicos, profissionais e sociais. Nesse sentido, as propostas metodológicas aqui reunidas procuram fortalecer a integração entre teoria e prática, incentivando os estudantes a se expressarem com clareza, confiança e responsabilidade em diferentes contextos comunicativos. Além de oferecer subsídios pedagógicos aos professores de Língua Portuguesa, este guia também pode ser apropriado por docentes de outras áreas, em uma perspectiva interdisciplinar que reforça a formação omnilateral. Ao propor práticas de oralidade articuladas a conteúdos técnicos, científicos e sociais, reafirma-se o compromisso da EPT em formar cidadãos críticos, participativos e capazes de transformar sua realidade. Por fim, considera-se que este guia não representa um ponto de chegada, mas um convite à reflexão e ao aprimoramento contínuo das práticas de ensino da oralidade. Cabe à escola, aos professores e aos próprios estudantes ressignificar constantemente o lugar da palavra no processo educativo, garantindo que ela seja instrumento de emancipação, diálogo e transformação social.

## Referências

BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Área Ensino: Documento de área. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Institucional, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-quadrienal-2017/21012022\\_Ensino.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-quadrienal-2017/21012022_Ensino.pdf). Acesso em 08 de ago de 2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 11 jun. 2024.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?/The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight?. Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

MAGALHÃES, T. G.; CALLIAN, G. R. Concepções do ensino de oralidade em uma proposta curricular de língua portuguesa: anos iniciais. Educação em foco, v. 26, n. Especial 03, p. e26074, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/36349>. Acesso em: 22 abr. 2024.

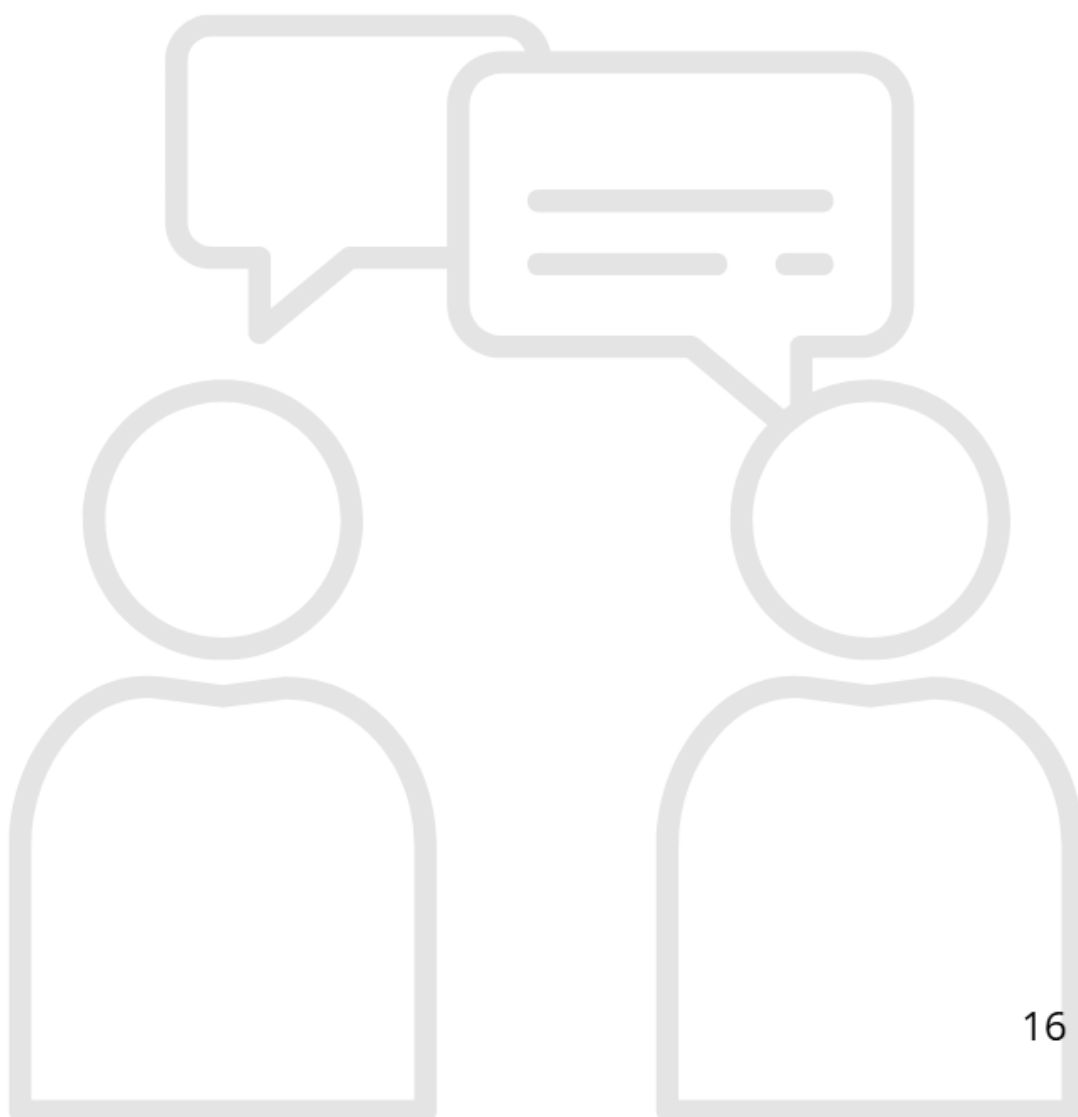
MAGALHÃES, T. G.; CARVALHO, T. A. B. Análise do eixo da oralidade na proposta curricular de língua portuguesa da rede municipal de ensino de Juiz de Fora (MG). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 99, p. 111-131, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbeped/a/3dkH6FBvt3byLb4c6qXYzVG/>. Acesso em: 13 maio 2024.

Mészáros, István. Para além do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, M. H. B. O trabalho com a oralidade na aula de língua portuguesa: um olhar para o ensino médio à luz da BNCC. Revista Leitura, n. 80, p. 72-82, 2024. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/16699>. Acesso em: 13 jun. 2024.

Para aqueles que desejam se aprofundar nas reflexões teóricas, metodológicas e nos resultados que fundamentaram este Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado, a dissertação completa encontra-se disponível para consulta no repositório institucional Releia do IFSertãoPE, acessível por meio do link.

[clique aqui para ver a minha dissertação](#)



## Sobre Autores

*Vivianne Ribeiro Duarte*

Autora



Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (ProfEPT/IFSertão Pernambucano, 2025). Bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2007). Possui especialização em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Católica da Paraíba (2020) e formação no Curso Preparatório para Ingresso nas Carreiras Jurídicas – MP Master, pela Fundação Escola Superior do Ministério Público da Paraíba (FESMIP/PB, 2007). É membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práticas Educacionais Tecnológicas (GEPET/CNPq/IFSertãoPE) e servidora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras, onde exerce a função de Coordenadora de Estágio e Relações Empresariais.

[vivianne.rolim@ifpb.edu.br](mailto:vivianne.rolim@ifpb.edu.br)

[Currículo Lattes](#)

## Sobre Autores

*Dr. Handherson Leylton  
Costa Damasceno*

Orientador



Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) - Campus SalgueiroPE, no qual como Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica e Professor da Especialização em Metodologia para o Ensino de Línguas EMEL da mesma instituição. Doutor e Mestre em Educação - Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em Educação a Distância, pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Ensino de Língua Portuguesa e em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional pela Universidade Cândido Mendes (UCAM/RJ). Graduado em Pedagogia - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS e em Licenciatura em Letras - Português, pelo Centro Universitário Claretiano. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino e Gestão de Processos Educativos, Linguagem/Leitura e Tecnologia. Membro do Grupo de Pesquisa "Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital" LTI Digital/CNPq/UFBA e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práticas Educacionais Tecnológicas (GEPET/CNPq/IFSertãoPE)

[handherson.damasceno@ifsertao-pe.edu.br](mailto:handherson.damasceno@ifsertao-pe.edu.br)

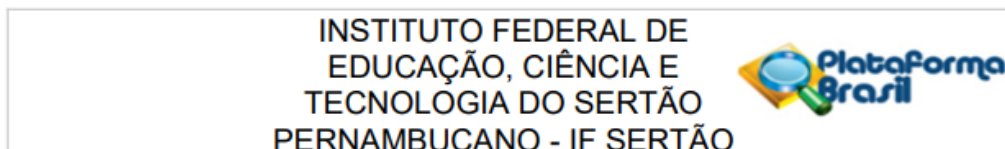
[Currículo Lattes](#)



## **ANEXOS**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SERTÃO PERNAMBUCANO - UNIDADE ACADÊMICA SALGUEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLOGICA**

**Anexo A – Parecer Comitê de Ética em Pesquisa**



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA EXPERIÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO

**Pesquisador:** VIVIANNE RIBEIRO DUARTE

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 86806624.6.0000.8052

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SERTAO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 7.456.571

**Apresentação do Projeto:**

1. A equipe do projeto é composta pelos membros VIVIANNE RIBEIRO DUARTE e HANDHERSON LEYLTTON COSTA DAMASCENO que foram cadastrados devidamente

1.2 A presente pesquisa intitulada "O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA EXPERIÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO" tem como objetivo geral analisar como a inserção da oralidade no currículo de língua portuguesa pode contribuir na formação integral dos estudantes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, Campus Cajazeiras.

1.3 A metodologia adotada será de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, visando à compreensão sobre o papel da oralidade na formação integral dos estudantes. Para alcançar esse objetivo, serão empregadas técnicas de pesquisas bibliográfica, documental, de campo e o estudo de caso, que fornecerão uma base teórica sólida e contextualizada sobre o estudo. O método de coleta de dados será aplicado entrevistas individuais em sala reservada com esses estudantes e com os respectivos professores dessa turma.

**Endereço:** Rua Aristarco Lopes, 240, 2º andar, sala 46.

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 56.302-100

**UF:** PE

**Município:** PETROLINA

**Telefone:** (87)2101-2364

**E-mail:** cep@ifsertao-pe.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO SERTÃO  
PERNAMBUCANO - IF SERTÃO**



Continuação do Parecer: 7.456.571

As entrevistas serão baseadas em perguntas parcialmente estruturadas, orientadas por uma lista de pontos de interesse, que o entrevistador irá expor ao longo da conversa.

O tempo estimado para entrevista individual é de 20 minutos, com 13 perguntas para os discentes e 11 perguntas para os docentes, as quais serão feitas anotações pela pesquisadora com os dizeres dos participantes. Para garantir o anonimato, seus nomes serão substituídos por codinomes. Os dados ficarão armazenados em pastas de arquivo, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável Vivianne Ribeiro Duarte, pelo período de cinco anos. Após o término da pesquisa, terminado o prazo de arquivamento, todos os dados serão excluídos de forma permanente de qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", de forma a assegurar o compromisso com a segurança dos dados. A participação será totalmente voluntária, com respeito irrestrito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos envolvidos, além da garantia de que não haverá indução de respostas. O local da pesquisa será no IFPB, Campus Cajazeiras.

1.4 O projeto apresenta todos os itens necessários à análise ética.

**Objetivo da Pesquisa:**

Os objetivos de pesquisa são claros, estão alinhados com a metodologia proposta e são exequíveis dentro do cronograma apresentado.

**Objetivo Primário:**

Analisar como a inserção da oralidade no currículo de língua portuguesa pode contribuir na formação integral dos estudantes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) do IFPB, Campus Cajazeiras.

**Objetivo Secundário:**

\*Revisar os documentos oficiais que fundamentam a proposta curricular de língua portuguesa do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN) do IFPB - Campus Cajazeiras, para que seja proposta a inclusão e abordagem da oralidade como prática essencial para a formação integral dos estudantes;

\*Identificar os principais desafios na linguagem oral enfrentados por esses estudantes;

\*Compreender o papel da linguagem oral no desenvolvimento educacional;

\*Elaborar uma oficina para promover a competência comunicacional dos estudantes.

**Endereço:** Rua Aristarco Lopes, 240, 2º andar, sala 46.

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 56.302-100

**UF:** PE

**Município:** PETROLINA

**Telefone:** (87)2101-2364

**E-mail:** cep@ifsertao-pe.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO SERTÃO  
PERNAMBUCANO - IF SERTÃO**



Continuação do Parecer: 7.456.571

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Os riscos associados a esta pesquisa são mínimos, podendo incluir, por exemplo, desconforto, constrangimento ou insegurança em relação ao sigilo das informações fornecidas. Contudo, serão adotadas medidas minimizadoras, para mitigar quaisquer riscos, o pesquisador responsável adotará medidas que evitem aborrecimentos e situações indesejadas, realizando uma pausa durante a participação, e possibilitando ao participante uma remarcação do agendamento para outro momento, caso necessário. Será garantido o direito ao participante de pausar, interromper ou até mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum tipo de penalidade ou prejuízo. Ao longo de todas as fases da pesquisa e após a sua conclusão, serão assumidos os compromissos relacionados à preservação da segurança e do bem-estar dos participantes, garantindo rigorosa preservação da privacidade, sigilo e anonimato das informações obtidas, assim como a proteção da imagem e a não discriminação. No caso de emergência ou desconforto emocional relacionado à participação no estudo, será direcionado ao participante a assistência imediata, integral e gratuita, sob responsabilidade do pesquisador responsável, assim como o encaminhamento para o suporte de profissionais qualificados, como psicólogos, se necessário, cobrindo quaisquer custos associados a essa assistência.

**Benefícios:**

A entrevista poderá proporcionar um espaço de reflexão sobre o papel fundamental da investigação e identificar aspectos que possam contribuir para aprimorar o ensino e aprendizagem. Ao compartilhar experiências e percepções, os voluntários colaborarão para uma análise detalhada sobre como a inserção da oralidade no currículo pode impactar o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa colaboração promove o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem, favorecendo a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e eficazes. Assim, o impacto positivo transcende a sala de aula, gerando transformações significativas no cenário educacional e beneficiando tanto a comunidade escolar quanto a sociedade como um todo.

A descrição dos riscos e benefícios aos quais os participantes do estudo serão submetidos está em conformidade com os princípios éticos.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto apresenta adequadamente os seguintes itens necessários para a análise ética: tema,

|                                                               |                             |                                       |  |
|---------------------------------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|--|
| <b>Endereço:</b> Rua Aristarco Lopes, 240, 2º andar, sala 46. |                             |                                       |  |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                         |                             | <b>CEP:</b> 56.302-100                |  |
| <b>UF:</b> PE                                                 | <b>Município:</b> PETROLINA |                                       |  |
| <b>Telefone:</b> (87)2101-2364                                |                             | <b>E-mail:</b> cep@ifsertao-pe.edu.br |  |

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO SERTÃO  
PERNAMBUCANO - IF SERTÃO**



Continuação do Parecer: 7.456.571

objeto da pesquisa, relevância social, local de realização da pesquisa, população a ser estudada, garantias éticas aos participantes da pesquisa, método a ser utilizado, cronograma, orçamento, critérios de inclusão dos participantes na pesquisa, critérios de encerramento ou suspensão da pesquisa (quando couber) e divulgação dos resultados do estudo.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O projeto apresenta em conformidade os seguintes itens: TCLE para professores, pais e estudantes; termo de assentimento, carta de anuência, Currículo do pesquisador responsável e Declaração de compromisso dos pesquisadores.

**Recomendações:**

6. Estar atualizado(a) em relação às resoluções e legislações que regulamentam a ética em pesquisas científicas envolvendo seres humanos utilizadas pelo sistema CEP-CONEP (resoluções 466/2012 e 510/2016 e Lei 14.874/2024).

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

7. No que concerne aos aspectos éticos, o projeto está aprovado. Adicionalmente, o pesquisador responsável deve:

7.1. Atentar-se aos prazos para submissão de relatórios parcial (quando cabível) e/ou final (obrigatório) conforme os prazos previstos nas resoluções CEP-CONEP;

7.2. Entrar em contato com o CEP em caso(s) de: a) necessidade de mudança na metodologia do projeto que envolva contato com seres humanos b) dúvidas acerca dos aspectos éticos da pesquisa científica envolvendo seres humanos

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento                 | Arquivo                                       | Postagem               | Autor                   | Situação |
|--------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------|-------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2464291.pdf | 20/02/2025<br>22:34:13 |                         | Aceito   |
| Outros                         | Questionario_discentes.pdf                    | 20/02/2025<br>22:18:05 | VIVIANNE RIBEIRO DUARTE | Aceito   |
| Outros                         | Entrevista_docentes.pdf                       | 20/02/2025<br>22:17:13 | VIVIANNE RIBEIRO DUARTE | Aceito   |
| Outros                         | Entrevista_discentes.pdf                      | 20/02/2025<br>22:16:30 | VIVIANNE RIBEIRO DUARTE | Aceito   |

**Endereço:** Rua Aristarco Lopes, 240, 2º andar, sala 46.

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 56.302-100

**UF:** PE

**Município:** PETROLINA

**Telefone:** (87)2101-2364

**E-mail:** cep@ifsertao-pe.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO SERTÃO  
PERNAMBUCANO - IF SERTÃO**



Continuação do Parecer: 7.456.571

|                                                           |                                                                        |                        |                            |        |
|-----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|------------------------|----------------------------|--------|
| Cronograma                                                | CRONOGRAMA.pdf                                                         | 20/02/2025<br>22:16:02 | VIVIANNE RIBEIRO<br>DUARTE | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_professores.pdf                                                   | 20/02/2025<br>22:15:40 | VIVIANNE RIBEIRO<br>DUARTE | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TALE_pdf.pdf                                                           | 20/02/2025<br>22:14:41 | VIVIANNE RIBEIRO<br>DUARTE | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_pais_responsaveis.pdf                                             | 20/02/2025<br>22:14:24 | VIVIANNE RIBEIRO<br>DUARTE | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | PROJETO_DE_PESQUISA_Vivianne.docx                                      | 20/02/2025<br>22:12:51 | VIVIANNE RIBEIRO<br>DUARTE | Aceito |
| Declaração de concordância                                | Carta_anuencia.pdf                                                     | 29/11/2024<br>11:46:49 | VIVIANNE RIBEIRO<br>DUARTE | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores                               | Termo_de_Compromisso_e_Sigilo_dos_Pesquisadoresassinado_29assinado.pdf | 29/11/2024<br>11:43:04 | VIVIANNE RIBEIRO<br>DUARTE | Aceito |
| Orçamento                                                 | ORCAMENTO.pdf                                                          | 29/11/2024<br>11:30:25 | VIVIANNE RIBEIRO<br>DUARTE | Aceito |
| Folha de Rosto                                            | folhaDeRosto_Vivianneassinado.pdf                                      | 29/11/2024<br>11:24:14 | VIVIANNE RIBEIRO<br>DUARTE | Aceito |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PETROLINA, 21 de Março de 2025

\_\_\_\_\_  
**Assinado por:**  
**Ednaldo Gomes da Silva**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Aristarco Lopes, 240, 2º andar, sala 46.

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 56.302-100

**UF:** PE

**Município:** PETROLINA

**Telefone:** (87)2101-2364

**E-mail:** cep@ifsertao-pe.edu.br